

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
NÍVEL MESTRADO

LARISSA DANIELA DE ALMEIDA AMORIM COSTA

**FAMÍLIAS PRODUZIDAS NOS DISCURSOS PSICOLÓGICOS: UM DIÁLOGO
COM A PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

Maceió

2014

LARISSA DANIELA DE ALMEIDA AMORIM COSTA

**FAMÍLIAS PRODUZIDAS NO DISCURSO PSICOLÓGICO: UM DIÁLOGO COM A
PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro.

Maceió

2014

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade

C837f Costa, Larissa Daniela de Almeida Amorim.
Famílias produzidas nos discursos psicológicos: um diálogo com a produção científica / Larissa Daniela de Almeida Amorim Costa. – 2014.
104 f. : il.

Orientadora: Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2014.

Bibliografia: f. 63-67.
Apêndices: f. 68-104.

1. Família – Aspectos psicológicos. 2. Psicologia – Análise do discurso.
3. Discurso psicológico. I. Título.

CDU: 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Ata nº 011 da Sessão de Defesa Pública de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. **Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas, realizou-se no auditório do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes da Universidade Federal de Alagoas**, a sessão Pública de Defesa de Dissertação de Mestrado de **Larissa Daniela de Almeida Amorim Costa**, intitulada **“Psicologia e a produção de famílias: Uma discussão a partir da literatura”**. A Comissão Examinadora ficou assim constituída: Prof.^a Dr.^a MARIA AUXILIADORA TEIXEIRA RIBEIRO (UFAL), Orientadora, Prof. Dr. JEFFERSON DE SOUZA BERNARDES (UFAL), Membro Interno, Prof. Dr. JORGE LUIZ CARDOSO LYRA DA FONSECA (UFPE), Membro Externo. A Professora Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro, Presidente da Comissão Examinadora, iniciou os trabalhos e passou a palavra à candidata para que a mesma procedesse à apresentação de seu trabalho de dissertação. A seguir, a Presidente da Comissão Examinadora passou a palavra à examinadora externa, professor Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca que arguiu a candidata. Logo após, foram ouvidos os comentários e análises dos demais componentes da banca. Em seguida, a candidata teve oportunidade para a defesa de seu trabalho, respondendo às considerações dos examinadores. A seguir, a Comissão Examinadora reservou-se para julgar a presente defesa de dissertação. Após analisar o trabalho, a Comissão Examinadora atribuiu o seguinte conceito:

Aprovado ()

Aprovado com reformulações ()

Reprovado ()

Considerações e Recomendações da Comissão Examinadora:

O trabalho apresentado cumpriu os requisitos necessários para obtenção do grau de mestre

Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora e por mim, Liliane Henrique do Nascimento, Assistente em Administração. Maceió, 08 de agosto de 2014.

Assinaturas

Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro

AGRADECIMENTOS

Lembrar todos aqueles que fizeram e fazem parte da minha história para registrar na forma de agradecimentos não é tarefa simples. As palavras fogem para expressar o emaranhado de sentimentos que vivi nesse período de tanta dedicação e intensidade, o que muitas vezes significou ausências e distanciamento, daqueles que são tão importantes para mim

Agradeço a Deus pela vida, por permitir minhas conquistas. Por conceder força, foco e fé quando mais preciso.

A minha filha Sophia, por ter mudado completamente minha vida, reordenado minhas prioridades. Sou desafiada diariamente a amá-la mais. Sua doce presença tem sido fundamental para seguir minha jornada. Cabe pedir perdão pelas ausências, dolorosas, mas essenciais, nessa fase de escrita.

Aos meus pais, Lula e Dorinha, por toda dedicação, amor, carinho e confiança prestados ao longo da minha vida. Meu pai por todas as vezes que apostou nas minhas certezas e incertezas, ainda que “os estudos” (como ele fala) não tenha sido sua escolha, sonhou e sonha ter uma filha doutora e, esse é mais um degrau. Minha mãe com sua corujice desmedida dedicou-se a nós. Seus cuidados com minha princesa foi fundamental para tornar possível a conclusão desse trabalho.

Ao meu esposo, Alex, meu grande incentivador. Por sua companhia diária, pela reciprocidade do amor e carinho, pela filha que ganhamos durante o meu mestrado e o seu doutorado. Suas palavras e presença, nos momentos mais difíceis, foram fundamentais.

Às minhas irmãs, Luana e Lisandra, pelo apoio, presença e amizade que nos une. Por terem também contribuído, mimando a Sophia, e assim tornasse possível estudar na UFAL.

Aos meus cunhados Lilyan e Régio pela amizade, encontros e risadas.

Aos cunhados Victor e Manu, pela torcida por minhas conquistas.

Ao meu sobrinho Pietro por sua doçura e amor.

Aos meus sogros por compreenderem as ausências justificadas em virtude dessa fase de dedicação ao mestrado.

A minha orientadora Xili, por compartilhar suas experiências e conhecimento. Há um tempinho estamos construindo juntas e só tenho a agradecer suas contribuições e compreensão. Foi uma honra ser sua primeira orientanda de mestrado.

Às minhas amigas Carol, Stephane e Scheila por terem participado da minha vida, escutado minhas palavras quando precisei falar ou respeitado meu silêncio. Pela leitura cuidadosa que fizeram desse texto.

Aos professores Benedito Medrado pelas pontuações no processo de qualificação e, ao professor Jefferson por estar contribuindo com minha formação desde o primeiro período da graduação.

Ao professor Jorge Lyra por ter aceito o convite para participar da banca.

Aos meus colegas de graduação e mestrado pelas contribuições e convivência.

A minha família e às amizades construídas ao longo da vida.

Aos autores dos documentos analisados que possibilitaram a construção desse trabalho.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa.

“Todo ponto de vista é a vista de um ponto (...) Isso faz da leitura sempre uma releitura (...) cada leitor é co-autor (...). Porque compreende e interpreta a partir do mundo que habita .”

Leonardo Boff

RESUMO

Busca compreender e problematizar a família produzida pelo discurso psicológico, no Brasil, a partir do posicionamento teórico e metodológico das Práticas Discursivas e Produção de Sentidos, pautado no Construcionismo Social. A fim de configurar esses discursos, buscamos a literatura indexada no Banco de teses e dissertação da CAPES e no SciELO utilizando os descritores “família” e “Psicologia”. Nesse mapeamento, identificamos os campos temáticos e destacamos para análise a literatura que discute a família como espaço de risco e proteção, as quais têm interlocução com documentos que normatizam e propõem ações para a família, colocando-a como objetivo, meio e fim, entre eles: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Programa Nacional de Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), Programa Família Acolhedora (PFA), Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). A partir de uma leitura desnaturalizante, apontamos eixos discursivos que fazem amarrações e irrupções de posicionamentos críticos e controversos da Psicologia. Hegemonicamente, considera-se a pobreza facilitadora do rompimento de vínculos, corroborando a produção de famílias pobres e violadoras. A família é categorizada, idealizada e normatizada; fala-se de uma estrutura familiar, de arranjos familiares, das funções maternas e paternas atreladas a um cuidado *natural*.

Palavras-chave: Psicologia, família, discurso psicológico.

ABSTRACT

From the theoretical and methodological positioning of Constructionism and Discursive Practices and Production of Meanings, this paper seeks to understand and discuss the family produced by psychological discourse in Brazil. In order to configure these speeches, we search for the indexed literature in the Bank of theses and dissertations of Capes and SciELO, using family and psychology as descriptors. In this mapping, we identified thematic fields, and highlight the literature that discusses the family as a place of risk and protection, which have dialogue with documents that standardize and propose actions for the family, placing in it purpose, middle and end, such as: Statute of Child and Adolescent (ECA), National Plan for the Promotion, Protection and Defense of the Rights of Children and Adolescents to Family and Community Life (PNCFC), Cozy Family Program (PAF), Organic Law of Social Assistance (LOAS). From a denaturing reading, we pointed discursive axes that make moorings and irruptions of critical and controversial placements of Psychology. Hegemonically, poverty is considered as a facilitator of the disruption of ties, supporting the production of poor and violator families. The family is categorized and idealized; there is talk of a family structure, family arrangements, maternal and paternal functions linked to a *natural* care.

Keywords: Psychology, family, psychological discourse.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Fluxo da produção científica (teses e dissertações): Psicologia e Família	35
Gráfico 2- Fluxo da produção científica (artigos): Psicologia e Família	35
Gráfico 3- Temática (Psico) patologias	37
Gráfico 4- Temática Atuação/Intervenção	38
Gráfico 5- Temática- Rede/Violação	39
Gráfico 6- Temática – Processos Educativos	40
Gráfico 7- Temática – Gênero/sexualidade	41
Gráfico 8- Temática – Questões Jurídica	42
Gráfico 9- Temática – Pesquisa com família	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – SciELO, Psicologia e Família	33
Quadro 2 – Categorias e quantitativo de publicações	36

LISTA DE SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESF	Estratégia Saúde da Família
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
PFA	Programa Família Acolhedora
PNCFC	Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1.	Introdução.....	12
2.	Família, Estado e Discurso Psicológico	17
2.1.	Governo das famílias	19
2.2.	Para além do DNA: família e pertencimento.....	20
2.3.	Políticas na/para a/ da família	22
3.	Posicionamento Teórico-Conceitual	26
3.1	A centralidade da linguagem e o Construcionismo Social	26
3.2.	Práticas Discursivas e Produção de Sentidos	28
3.3.	A performatividade do discurso	28
4.	Percursos Metodológicos	31
4.1.	Banco de dados como campo-tema	31
4.1.2	Incurção nos Bancos de Dados	32
4.2.	O que se fala: a construção de categorias temáticas	34
4.2.1	Revisitando as categorias	37
4.2.2	Construção do dispositivo analítico e a visibilidade dos discursos.....	42
5.	Sobre a construção dos eixos discursivos e as produções científicas	
	 analizadas	47
5.1.	O contexto da literatura analisada	47
5.2	Os discursos produzidos pela Psicologia: o que encontramos na literatura	48
5.2.1	Família: definições e funções	48
5.3.	(Des) estruturação familiar: de que estrutura se fala.....	50
5.3.1	Ausência paterna e família matrilinear: família (des) estruturada?	52
5.4.	Família: um lugar de risco e proteção	54
5.5.	“Dar” família a quem precisa? O discurso estatal e a produção da falta familiar	56
6.	Considerações Finais	59
	Referências	62
	Apêndice A	67
	Apêndice B	88

1. INTRODUÇÃO

O percurso no mestrado levou-me por caminhos diversos à família como interesse de estudo. Refiro-me a caminhos diversos as reelaborações da pergunta de pesquisa, seja devido ao processo de amadurecimento ou à imersão no campo-tema. Inicialmente, o interesse era compreender o ser-mãe/mulher em famílias de vulnerabilidade social, para isso foi necessário entender o espaço que produz e reproduz formas de estar nessas funções, a família. A discussão temporal realizada, no primeiro momento dessa pesquisa, remonta para a construção sociocultural da família e para o interesse estatal em instituí-la aliada, como estratégia de governo. Essas políticas fundamentadas na família e que objetivam intervir nas relações familiares, resultaram na produção do discurso da família como lugar de promoção de cuidado e proteção, mas também de risco (AYRES, 2005; RIBEIRO, 2004; SARTI, 2004).

Como práticas sociais, as disciplinas científicas são reguladas pelo contexto sócio-histórico, elas possibilitam a emergência de saberes e modos de intervenção sobre o que consideram relevante tornar “objeto” de estudo. Uma discussão sobre família, a partir da perspectiva de tempo longo, possibilita compreender a construção, manutenção e atualização de repertórios. Por tempo longo compreende-se:

(...) o domínio da construção social dos conteúdos culturais que formam os discursos de uma dada época. Constitui um espaço de acontecimentos produzidos e interpretados por diferentes domínios de saber. Esses conhecimentos antecedem a vivência da pessoa, mas se fazem nela presentes por meio de instituições, modelos, normas (SPINK; MEDRADO, 2004, p. 51).

Os repertórios discursivos são dispositivos linguísticos que utilizamos para construir versões das ações, é por meio deles que podemos entender tanto a estabilidade como a dinâmica e variabilidade das produções linguísticas humanas. Esses repertórios são moldados por contingências sociais, constituem e são constituintes dos campos de conhecimentos, são presentificados no cotidiano por meio dos aparatos sociais.

Propomos, nessa dissertação, a desnaturalização dos discursos psicológicos que circulam nas produções científicas analisadas, a desfamiliarização das construções conceituais sobre família, a problematização do caráter histórico do conhecimento. A historicidade na construção do conhecimento se constitui como uma forma de questionar a objetividade dos saberes, considerando que estes são configurados na história da sua produção, nas tradições,

nos modos de vida da sociedade e, portanto, não podem ser considerados naturais (MÉLLO, et. al., 2007, p. 28).

É nesse sentido, que P. Spink (2003, p. 25) afirma: “há campo-temas¹ que já foram declarados psicologicamente relevantes tantas vezes que corremos o risco de assumi-los como óbvios esquecendo que são construções sociais”.

Enveredamos no convite construcionista de estranhar o que nos é familiar e, nada mais familiar do que família. A possibilidade de estranhamento é essencial para a desfamiliarização de noções que foram naturalizadas, problematizamos o caráter performativo das ações, que em sua repetição compulsiva, criam o efeito-ilusão de essência natural (ÍNIGUEZ, 2003).

As políticas públicas brasileiras apresentam ações que trazem a família como núcleo dos programas, trabalham na/para a/ e com a família. Os objetivos apresentam-se de acordo com a proposta das ações governamentais, mas em linhas gerais buscam promover saúde e o fortalecimento de vínculos, por vezes esgarçados.

A Psicologia, enquanto ciência produz e é produzida nesse campo. Com a crescente inserção de psicólogos nos serviços públicos, vemos a necessidade de reformulação dos conceitos e fundamentações teóricas outrora produzidos para lidar com o sujeito.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, dispõe sobre os direitos das crianças e adolescentes e, regula a garantia de oferta pela família, Estado e sociedade. Esse dispositivo legal retira da família uma sacralidade que foi moldada historicamente, ao dispor sobre a possibilidade de violação e violência intrafamiliar.

A família enquanto grupo requer uma atenção que valorize a complexidade das relações familiares, por vezes dirimidas em programas e políticas, ainda que nomeadas enquanto “da” família, cindem-na em suas ações e, direcionam-se para os indivíduos que a compõe. Trabalhar com famílias exige flexibilidade conceitual e dissolução de valores morais, porém, ideais normalizadores preenchem o discurso científico e governamental. Adota-se um referencial a partir da qualidade dos vínculos estabelecidos, dos tipos de apego, dos

¹ Para P. Spink estamos no campo-tema durante todo o processo de construção de conhecimento, não é necessário deslocarmo-nos para um lugar delimitado, que pudesse ser qualificado como campo, pois o tema apresenta-se diluído no cotidiano. Assim, sempre que conversamos, assistimos, lemos, por exemplo, estamos em contato com o tema, portanto estamos no campo-tema.

comportamentos parentais, da função² materna e com isso produz-se uma família ideal³. Todavia, essa família conceitual não corresponde à família real, a família vivida e, com isso há a produção da ausência, a inadequação. A família que não corresponde à demanda criada, torna-se sujeito das expressões que a qualificam como “desagregada”, “desestruturada”, termos esses que performam-na como causadora de desvios e violação, corroborando com as explicações que buscam dar conta da ação não-virtuosa e das infrações cometidas pelos que estão sob sua tutela. Já os programas e legislação que almejam o fortalecimento dos vínculos e reinserção familiar - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Programa Família Acolhedora (PFA), Lei Nacional da Adoção, Programa Nacional de Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) - buscam na família a “causa” e a “cura” da violação dos direitos de crianças e adolescentes.

Assim, no cenário social coexistem discursos que reiteram a família como pilar da sociedade e instituição essencial para a formação do sujeito/cidadão/pessoa e os que destacam os fatores de risco e violação praticados pelas famílias. Ambos promovem a necessidade de formulação de políticas públicas que contemplem os arranjos familiares, e promovam ações sociais na/com e para a família. As Psicologias com suas teorias embasam políticas e ações para a família e por meio da socialização e “apropriação” dos seus repertórios produzem famílias ao falar sobre ela. Buscamos identificar e compreender quais Psicologias têm produzido sobre família? Quais famílias têm sido produzidas? De que família falamos?

Nossa discussão tem como interlocutores a produção científica da Psicologia, publicada no SciELO e Banco de teses e dissertações da CAPES, as quais norteiam o desenvolvimento dos objetivos desta pesquisa, que tem como objetivo geral:

- Compreender quais famílias são performadas nos discursos científicos da Psicologia.

E, como objetivos específicos:

- Configurar as produções científicas da Psicologia, encontradas no portal SciELO e Banco de teses e dissertações da CAPES, que foram indexadas com os descritores família e Psicologia.

² Dialogamos com o conceito de posicionamento de Davies e Harré (1990, p. 4) que pontua que: “Ao falar e agir a partir de uma posição as pessoas estão trazendo para a situação particular sua história como seres subjetivos, ou seja a história de alguém que esteve em múltiplas posições e engajou-se em diferentes formas de discurso. trazemos nossa história ao falar/agir” .

³ Referimo-nos à família real e ideal por terem sido termos utilizados pela literatura analisada nessa dissertação.

- Identificar em quais campos temáticos a discussão de família é produzida.
- Problematizar a produção científica psicológica, que discute família como lugar de proteção/violação.

Nossa leitura da produção científica da Psicologia buscou a presença de fios que possibilitem amarrações e pontos de rupturas com os discursos hegemônicos sobre família. A discussão foi realizada através do diálogo com os autores que compuseram o *corpus* deste trabalho e a literatura que discute a temática. Na discussão, destacamos as temáticas, os interlocutores, os repertórios e a fundamentação teórica que norteiam a produção do conhecimento psicológico.

No segundo capítulo apresentamos um resgate temporal da construção e transformações vividas pela família. Assinalamos as reorganizações forjadas no arranjo familiar que possibilitaram desde a delimitação do espaço doméstico, passando pela importância conferida à noção de pertencimento atrelada aos aspectos biológicos até as atuais noções de pertencimento relacionadas ao vínculo. Ainda nesse capítulo, delineamos a promoção da família como estratégia de governo, assegurada pelo discurso da proteção e garantia dos direitos da criança e adolescente⁴.

No terceiro capítulo alegamos os preceitos do referencial teórico e metodológico desse trabalho, fundamentado no Construcionismo Social e nas Práticas Discursivas. São apresentadas ainda interlocuções com a teorização foucaultiana e a conceituação de performatividade austiniana.

No capítulo 4 são apresentados os percursos metodológicos. Dialogamos sobre a com documentos, descrevemos a incursão realizada nos bancos de dados a qual possibilitou a construção das categorias temáticas e, a partir dessas, construímos o que nomeamos dispositivo analítico.

O capítulo cinco refere-se à discussão realizada a partir do diálogo com a literatura psicológica que compôs o *corpus* de análise desse trabalho. A partir da leitura questionadora e inquietante construímos o que nomeamos eixos discursivos: os discursos produzidos pela Psicologia: o que encontramos na literatura; família: definições e funções; (des) estruturação

⁴Ainda que outros atores sujeitos de programas e políticas sociais pudessem ter sido destacados, como o idoso, a mulher, nos documentos legais e científicos presentificados nessa dissertação, consideramos a garantia da efetividade dos direitos da criança e adolescente.

familiar: de que estrutura se fala?; ausência paterna e família matrilinear: família (des) estruturada?; família: um lugar de risco e proteção.

Nossas considerações, nada finais, são apontadas no capítulo 7.

2. FAMÍLIA, ESTADO E DISCURSO PSICOLÓGICO

A família configurou-se, até o século XV, segundo a historiografia realizada por Ariès (1981), enquanto realidade moral e social. Devido às modificações nas relações dos adultos com as crianças, ocorridas no século XVIII, as quais Ariès chama de “paparicação”, tem início a construção da família como a conhecemos hoje. Tarefas, hoje, consideradas naturais foram construídas ao longo do tempo, como por exemplo a educação dos filhos. As crianças até o século XVII eram enviadas a casa de outras pessoas, os mestres, na função de aprendizes para aprenderem ofícios, dentre eles o serviço doméstico. Esse costume Ariès (1981) chama de circulação de crianças.

A infância começa a ser delineada no século XVIII, com a revalorização das tarefas educativas e a medicina doméstica. Até o século XVII, a medicina não possuía qualquer interesse em estudar as crianças nem as mulheres, essas últimas eram consideradas apenas máquinas de reprodução para a ciência da época. Numa perspectiva prescritiva, a medicina, fomenta a vigilância familiar em relação aos filhos. Surge o interesse na proteção dessa infância emergente, fundamentada nos altos índices de mortalidade infantil. Contudo, era em nome das práticas higienistas de controle de doenças e preservação das crianças que vigorava essa preocupação, além de ter em vista uma economia social, já que havia um alto gasto do governo com os *menores* abandonados (DONZELOT, 2001).

Com o aumento na quantidade de crianças abandonadas, pelas famílias pobres, e de filhos fora do casamento, o Estado cria um aparato para “limpar” a cidade e manter a ordem social vigente, a Roda dos Expostos (DONZELOT, 2001; AYRES, 2005).

A Roda tinha como uma de suas principais marcas garantir a manutenção do anonimato e da moralidade das crianças e das mães, além de preservar a sociedade dos enjeitados, vistos como desviantes em potencial. Uma interpretação muito comum consistia em atribuir o abandono a motivos morais (AYRES, 2005, p.36).

O Estado intervinha em situações, nas quais o pátrio poder não alcançava ou nos casos de abandono. Através de instituições fechadas como os asilos, orfanatos, Santas Casas de Misericórdia, oferecia-se proteção ou correção (CARVALHO, 2010; DONZELOT, 2001). Produz-se daí, a necessidade de cuidar das crianças,

Conservar as crianças significará pôr fim aos malefícios da criadagem, promover novas condições de educação que, por um lado, possam fazer frente à nocividade de seus efeitos sobre as crianças que lhes são confiadas e, por outro lado, fazer com que todos os indivíduos que têm tendência a entregar seus filhos à solicitude do Estado ou à indústria mortífera das nutrizes voltem a educá-los (DONZELOT, 2001, p. 21).

Devido ao ônus para o Estado com a manutenção desse tipo de acolhimento e aos protestos de que a existência desse dispositivo fortalecia a manutenção do abandono, houve a extensão para as camadas populares da promoção do casamento, como estratégia para a diminuição da responsabilidade estatal.

Nos tratados médicos do séc. XIX, as prescrições assumem um caráter imperativo, quando é estabelecida a aliança entre a medicina e a mulher. Nessa aliança, foi delegado à mulher o cuidado para com as crianças e com o marido (ARIÈS, 1981; DONZELOT, 2001; SARTI, 2004). Através do discurso científico o Estado faz-se presente no ambiente doméstico.

A figura materna atrelada ao amor incondicional é uma associação que tem sido forjada ao longo dos tempos. Até o século XVIII as demonstrações de cuidados, como a amamentação, não estava entre as incumbências maternas; as nutrizes, amas de leite, eram remunerados para realizar esse ofício (DONZELOT, 2001). Responsável por garantir os interesses estatais referentes à normalidade e salubridade, os médicos elegem a mulher/mãe como figura-chave e, com isso é produzido o discurso da naturalidade da função feminina para cuidar do casamento e da prole, em consequência propala-se o mito do amor materno (ARIÈS, 1981; DONZELOT, 2001).

Essa nova função não foi prontamente aceita pelas mães de camadas mais pobres, já que não dispunham de tempo livre para dedicarem-se aos seus filhos, tal recusa era interpretada pelos médicos como anormal e criminosa, pois poderia acarretar em graves consequências (CUNHA, 2008).

Com essas transformações graduais, além de um grupo moral e social, surge a afetividade relacionada à família e, com isso, é criada a necessidade de estar próximo dos filhos. Essa construção social da família e da infância, não atingiu inicialmente todos os níveis econômicos, os pobres não tinham o luxo de ter um médico responsável por sua família ou uma escola para seus filhos. No final do séc. XIX têm início campanhas moralizantes dos pobres, nas quais o casamento é pregado como estratégia de construção da família, ao colocar o homem e a mulher sob o mesmo teto, com responsabilidades legais e morais a partir daí.

O conhecimento científico, representado pela medicina doméstica, por meio de ações normativas incita a família a dedicar-se à educação e vigilância dos filhos, estabelece com a mulher uma aliança e confere a essa o lugar de cuidadora:

A preocupação dos médicos com os altos índices de mortalidade infantil fez com que estes direcionassem as campanhas para a formação de um novo modelo familiar. Neste sentido, aponta-se para a redefinição do papel da

mulher, uma vez que, através do discurso da valorização desta, visavam convencê-la da importância do cuidado permanente e direto com os filhos (CRUZ; HILLESHEIM; GUARESCHI, 2005, p. 42).

Essa nova preocupação requer alterações significativas no espaço familiar, dentre elas a necessidade de criação de um espaço privado e de intimidade. Para Donzelot (2001), o sentimento de família exige um mínimo de segredo. O espaço doméstico é associado à privacidade e os lugares públicos além de desqualificados, passam a ser identificados como lugares do perigo, das doenças (COIMBRA; LEITÃO, 2003). Produz-se a família enquanto lugar de segurança, saúde e afeto, favorecendo o controle estatal e a proteção social (RIBEIRO, 2004).

A medicina higienista ultrapassa os muros acadêmicos e tem acesso ao ambiente, privado, familiar através dos discursos sobre educação, saúde e proteção, elegendo a relação familiar burguesa como objeto de estudo (CUNHA, 2008). É nessa relação que é produzido o amor entre pais e filhos. Os pais burgueses são capturados pelos discursos dos especialistas, e recorrem aos saberes científicos para se assegurarem se estão agindo certo ou errado. A educação higiênica, ordem médica, produz a norma familiar que solicita a presença de intervenções disciplinares por parte dos agentes de normalização (COSTA, 2004).

2.1. GOVERNO DAS FAMÍLIAS

A formação da família conjugal moderna, burguesa, acarretou no empobrecimento das famílias das classes populares no século XIX, o que passou a requerer do Estado uma presença maior através das políticas sociais (RIBEIRO, 2004). Ainda segundo a autora, o Estado de Bem-Estar social presente no século XX, surge para manter sob controle a vulnerabilidade social emergente.

Em 1888, junto com a corte real portuguesa, chega ao Brasil os preceitos higienistas da medicina europeia objetivando moldar as famílias coloniais. Emerge daí o padrão brasileiro ainda vigente de família ideal, cristã, saudável e normal (AYRES, 2005). Com o regime republicano de 1889, segundo a autora, é legislado o relacionamento conjugal higiênico, monogâmico e indissolúvel; apenas os filhos da união, reconhecida civil e religiosamente são considerados legítimos.

O Código Civil brasileiro de 1916 regulamenta os direitos individuais, de propriedade e de família. Compreende-a enquanto unidade de produção, a qual possibilitaria a formação e manutenção dos bens patrimoniais adquiridos com a “sociedade matrimonial”, união que traz

consigo o reconhecimento dos filhos legítimos. O código regula ainda o pátrio poder e mantém o assujeitamento da mulher: a ela é atribuído papel secundário na organização social e ao homem é delegado o poder de decisão, pátrio poder (CUNHA, 2008). A mulher possuía funções sociais, mas sob autoridade do cônjuge:

Art. 133 Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos (arts. 240, 247 e 251).

Art. 240 - A mulher, com o casamento, assume a condição de companheira, consorte e colaboradora do marido nos encargos de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta.

As primeiras modificações jurídicas surgem na década de 1920, as quais se debruçam sobre a infância pobre e cria as categorias *abandono* e *menor*. Os menores tornam-se preocupação do poder público por destoarem das medidas higiênicas de “limpeza” do espaço urbano, preventivas de conluio e vadiagem. Para o “bem” dessas crianças abandonadas são estabelecidos espaços de internação e correção.

O afeto é tido como fator estruturante do núcleo familiar somente no Código Civil de 2002 (SILVA; ROVINSKI, 2012). A família deixa de ser compreendida como núcleo econômico e reprodutivo, para ser pensada numa dimensão sócio-afetiva, unidade de afeto e entre-ajuda, cria-se abertura para o surgimento de novos arranjos familiares (FARIAS, 2012). O empobrecimento populacional e a crescente demanda de ações governamentais, sob a forma de políticas sociais, aliado à ênfase neoliberal dos anos 1980, contribuem para a falência do Estado paternalista, nos moldes do *Welfare State*.

Assim, frente à “deterioração” das condições de vida e dos serviços prestados pelo Estado, “teoricamente” protetor das classes populares, haveria um ressurgimento da família, cujas dimensões parecem ampliar-se através de redes de solidariedade para além dos limites dos laços de parentesco por sangue ou adoção (GOLDANI, 1994, p. 8).

As políticas sociais “neofamiliaristas”, como nomeadas por Ribeiro (2004), convocam a família e a comunidade como lugares de proteção social. Com a função de proteger os grupos/indivíduos que estão sob sua tutela, as políticas sociais têm suas obrigações comparadas às da família (CARVALHO, 2010).

2.2. PARA ALÉM DO DNA: FAMÍLIA E PERTENCIMENTO

A constituição brasileira de 1988 institui profundas alterações no que se refere à família, tais como: quebra da chefia conjugal masculina, fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, amplia a noção de pertencimento para além dos laços sanguíneos. Fazem parte da

família aqueles com quem se pode contar, aqueles em quem se pode confiar, as obrigações morais recíprocas definem a pertinência ao grupo familiar (SARTI, 2004).

Com o avanço da tecnologia, a conotação natural e biológica de família tem sofrido importantes modificações, o suporte natural da maternidade e da paternidade tem sido cada vez mais encapsulado pelo avanço de tecnologias reprodutivas (ROMANELLI, 2004). A família gradualmente tem se distanciado desse caráter biológico, assumindo feições forjadas por fenômenos culturais (FARIAS, 2002).

Romanelli (2004) aponta que:

(...) uma das contribuições dos estudos antropológicos sobre família foi demonstrar seu caráter não natural que repousa em fundamentos biológicos vinculados à reprodução e ao aleitamento. Contudo, a dimensão biológica é elaborada culturalmente em todas as sociedades humanas e adquire significado mediante a construção de normas e modelos que passam a orientar o conjunto das relações familiares, inclusive na expressão de vínculos afetivos do par conjugal e entre esse e os filhos (p. 2).

Devido ao fechamento da família em um espaço íntimo, privado, que torna possível ser vigiada, não é incomum encontrarmos definições que a limitam ao ambiente doméstico. Amazonas *et al* (2003) circunscreve o arranjo familiar aos membros da família residentes no mesmo domicílio. Para Fonseca (2002) essa é a família nuclear. Ainda que a consanguinidade não seja apontada como delimitadora desses laços, são empreendidas outras estratégias de limitação da extensão da família.

Nas famílias pobres a solidariedade apresenta-se como estratégia de sobrevivência. A mulher conta com uma rede de apoio, da comunidade ou família extensa, no cuidado com os filhos, já que seu trabalho em muitos lares significa a única fonte de renda familiar. Esse apoio permite a convivência dos filhos com outras figuras de identificação, o que é interpretado por Amazonas *et al* (2003) como indiferenciação entre os espaços público e privado. Não seria uma conclusão apressada julgar que há uma perda de limites entre a rua e a casa?

Nesse sentido, Dimenstein (2000) aponta a ingenuidade dos psicólogos em querer transpor modelos construídos para lidar no âmbito do atendimento privado, com um sujeito, destaca em especial os padrões pré-estabelecidos de subjetividade: “(...) tais populações são caracterizadas por um ideário onde a coletividade, as tradições e os costumes, a rede de

reciprocidade e de solidariedade condicionam as existências individuais” (DIMENSTEIN, 2000, p. 110).

2.3. POLÍTICAS NA/PARA A/ DA FAMÍLIA

O Estado Moderno produziu um modo de viver individualizante, o qual prima pelo investimento no modo-indivíduo, uma tecnologia que toma o corpo do indivíduo para cuidar, esquadrihando-o a fim de obter conhecimento suficiente para assegurar seu funcionamento (BARROS; JOSEPHSON, 2005). Ainda arraigados às contribuições cartesianas, divide-se o *objeto* no maior número de partes possível para melhor compreender o todo. As ações governamentais, sob a forma de políticas públicas, reproduzem esse cidadão/sujeito cindido. São formuladas ações a partir das necessidades apresentadas, consideradas direitos: saúde, educação, transporte, alimentação (CARVALHO, 1995). Em decorrência disso, a família nas políticas públicas também é subdividida, as ações são comumente endereçadas a um dos componentes: adolescente, criança, mulher, idoso - o que tende a simplificar esse sistema de relações sociais.

Dentre esses aparatos legais, queremos destacar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual legitima os direitos das crianças e adolescentes e transforma-os em sujeitos. Nosso interesse reside no discurso de família que é trazido nesse documento, na contramão das políticas e ações apresentadas até então de consagração da família, esse documento dispõe sobre a necessidade de proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Fala-se de uma família “capaz” de violar os seus, retira-se a sacralidade dela, a qual foi construída historicamente e, ao estabelecer protocolos e diretrizes para ações em casos de violação - abuso sexual, violência doméstica, negligência, maus tratos - dessacraliza a família. Regulamenta ainda o Conselho Tutelar, enquanto órgão autônomo e jurisdicional responsável pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes (BRASIL, 1990).

O ECA ao descrever formas de violação e violência no ambiente doméstico abre possibilidades para a existência de outro viés na atenção à família, a necessidade de proteção. Com isso, não negamos a existência de práticas violentas intrafamiliares anteriores ao Estatuto, reiteramos o caráter performático desse documento, que ao descrever e categorizar formas de maus-tratos, violência, negligência, produz ações passíveis de serem categorizadas assim.

O ECA regulamenta o Conselho Tutelar (CT) enquanto órgão responsável pela garantia e guarda dos direitos, ambos com a finalidade de fixar os indivíduos e famílias em aparelhos de

normatização e normalização, ao prescrever e estabelecer diretrizes para ação em casos de violação de direitos na família. O Conselho Tutelar possui caráter administrativo e não assistencial, surge como estratégia para operacionalizar essa vigilância, característica da sociedade disciplinar, discutida por Foucault (2010):

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las e utilizá-las num todo (...). A disciplina fabrica indivíduos (p. 164).

As políticas públicas brasileiras apresentam ações que trazem a família como núcleo dos programas, trabalham na/para a/ ou com a família e, objetivam transformá-la em espaço de promoção de saúde e de fortalecimento dos vínculos familiares. São diversas as reiteraões legais que trazem a importância da família: Constituição de 1988, ECA (1990), em 1993 a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) institui oficialmente os programas de atenção à família no Brasil (JUNQUEIRA; PROENÇA, 2010). No cenário internacional Siqueira e Dell’aglio (2011) apontam para a existência de campanhas de fortalecimento familiar:

(...) no sentido de incentivar ações de fortalecimento das famílias, através de uma política de preservação familiar; configuram-se como ações de curto a médio prazos que apostam no fortalecimento das famílias em crise, em situação de risco, através do incremento da parentalidade e do funcionamento familiar, evitando o afastamento desnecessário das crianças (p.263).

A garantia da convivência familiar proposta pelo ECA é reafirmada no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), formulado em 2006, pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Esse Plano explica alguns dos preceitos regulamentados pelo Estatuto, dentre eles a concepção de sujeito que norteia esse documento legal:

A palavra “sujeito” traduz a concepção da criança e do adolescente como indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade próprias que, na sua relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros “objetos”, devendo participar das decisões que lhes dizem respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento (BRASIL, 2006, p. 25).

Os repertórios linguísticos da Psicologia contribuem para a produção de sujeitos de direitos enquanto indivíduos autônomos, dotados de personalidade e, fundamenta ainda a relevância em considerar as fases do desenvolvimento. A produção de um sujeito psíquico,

possuidor de interioridade que o torna singular é fruto dos conhecimentos psicológicos e das teorias psicanalíticas (DIMENSTEIN, 2000). A autora destaca algumas estratégias que facilitaram a promoção da psicologização do cotidiano e da vida social:

A ênfase na privatização e nuclearização da família, na responsabilidade individual de cada um dos seus membros, a ênfase nos projetos de ascensão social, na descoberta de si mesmo, na busca da essência e na libertação das repressões, foram algumas destas estratégias que culminou na promoção de uma psicologização do cotidiano e da vida social e num esvaziamento político (p.99).

A família enquanto responsável pela socialização primária é considerada condição *sine qua non* para um “bom” desenvolvimento e aquisição de habilidades “normais” para a faixa etária. O PNCFC postula, referendado nos discursos de especialistas, que:

Nos primeiros anos de vida, a criança faz aquisições importantes, desenvolvendo comportamentos dos mais simples aos mais complexos – diferenciação e construção de seu “eu”, desenvolvimento da autonomia, da socialização, da coordenação motora, linguagem, afeto, pensamento e cognição, dentre outros. Sua capacidade de explorar e relacionar-se com o ambiente será gradativamente ampliada. A interação com adultos e outras crianças e o brincar contribuirão para o processo de socialização, ajudando-a a perceber os papéis familiares e sociais e as diferenças de gênero, a compreender e aceitar regras, a controlar sua agressividade, a discernir entre fantasia e realidade, a cooperar, a competir e a compartilhar, dentre outras habilidades importantes para o convívio social (p. 26).

O conhecimento psicológico hegemônico circula sob a forma de aconselhamentos e prescrições sobre normalidade, delimita etapas evolutivas, legitima práticas escolares, prescreve cuidados e formas de enfrentamento. Os discursos sobre a normalidade da infância e das relações familiares contribuem para a legitimação do que Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005, p. 44) nomeiam atitudes de exclusão e desqualificação, uma vez que faz recair a terapêutica sobre o indivíduo desviante, esvaziando discussões quanto aos aspectos sociais que compõe o desvio.

A vida adquire na modernidade padrões de normalidade e é atribuída uma linearidade ao desenvolvimento. A subdivisão em períodos, estritamente organizados e regulados por idade cronológica, permite a produção de saberes sobre essas fases, a partir daí possibilitam a formulação de estratégias de governo da vida:

Um exemplo típico desse modo de gerir a vida com base em idade, do individual ao coletivo, são aqueles cartazes comumente afixados em maternidades e clínicas pediátricas que instruem, quase como uma bula farmacêutica, as medidas ideais (peso e altura) e os cuidados necessários com o bebê, nos primeiros meses ou anos de vida, desconsiderando,

completamente, características individuais, genéticas, familiares e contextuais do bebê em questão (MEDRADO, 2002, p.21).

Busca-se a todo custo alcançar os critérios estipulados para que haja um curso normal da vida, sob a ameaça velada do surgimento de patologias, problemas de comportamento, dentre outras consequências danosas. As explicações psicológicas buscam a etiologia das violações ou de problemas - distúrbios comportamentais, afetivos ou psíquicos- das crianças e adolescentes na rede de relações e ambiente doméstico, como os apontados por Milani e Loureiro (2008) que associa a violência doméstica à: psicopatologia dos pais, discórdia conjugal, baixa renda familiar e outros eventos de vida, como a experiência de separação e perda.

A pobreza, desde o ECA, não mais justifica o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar. Quando esgotadas as possibilidades de manutenção na família, de origem ou extensa, ou seja, quando ocorrerem violação aos direitos, a criança ou adolescente deverá ser afastada do convívio familiar (BRASIL, 1990; 2006). O afastamento poderá resultar na institucionalização ou acolhimento em uma família desconhecida, em pleno século XXI reinaugura-se a circulação de crianças, sob o rótulo: Programa Família Acolhedora (PFA). Esse programa representa uma modalidade de atendimento que visa oferecer proteção integral às crianças e aos adolescentes até que seja possível a reintegração familiar (BRASIL, 2006, p. 41). A (o) criança/adolescente quando afastada(o) da família de origem por medidas de proteção, são acolhidas por alguma família cadastrada, a qual recebe auxílio financeiro conforme o tempo de acolhimento. Esse serviço caracteriza-se como um dispositivo provisório, já que são preconizadas tentativas de retomada dos vínculos, com a família de origem (BRASIL, 2008).

Assim, a família circula nas ações e políticas públicas como meio e fim. Através das ações na família são fortalecidos os vínculos, promovida a saúde e a reinserção social. As ações para a família buscam restaurá-la e torná-la capaz de cuidar daqueles que estão sob sua tutela, de dirimir e/ou minimizar os riscos possíveis e reais apresentados no espaço intrafamiliar, seja através de ações sociais, da oferta de auxílio financeiro ou de intervenções interdisciplinares.

3. POSICIONAMENTO TEÓRICO-CONCEITUAL

Nesse capítulo são apresentados os pressupostos do Construcionismo Social e em seguida, discutiremos o suporte teórico-metodológico das Práticas Discursivas que fundamentam esta pesquisa.

3.1. A CENTRALIDADE DA LINGUAGEM E O CONSTRUCIONISMO SOCIAL

No século XX, por volta dos anos 1970/1980, as Ciências Sociais e a Filosofia foram impulsionadas a direcionar seus estudos para a importância da linguagem na construção do conhecimento; esse movimento ficou conhecido como “Giro Linguístico”, influenciado pela obra de Richard Rorty (1967). O interesse utilitarista na linguagem predominante era fundamentando então em uma compreensão representacionista, sendo a linguagem utilizada enquanto instrumento. Esse movimento questionou sobretudo a (in) eficácia da construção de uma linguagem formal que explicasse o mundo. A importância conferida à linguagem traz alterações significativas para as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, ao instaurar movimentos teóricos de produção do conhecimento a partir de, e na linguagem (IBÁÑEZ, 2004).

Esta dissertação fundamenta-se nos pressupostos do Construcionismo Social, cujo referencial não está circunscrito ao rol das escolas psicológicas e tampouco se apresenta como uma teoria, uma vez que não pretende postular verdades a partir de princípios pré-estabelecidos e inquestionáveis. Caracteriza-se como um movimento, uma postura crítica diante do mundo (MÉLLO, *et al*, 2007).

Apesar de relutar em aceitar definições que remetam a uma cristalização da sua proposta epistemológica, já que propõe o constante estranhamento das “verdades”, aproxima-se das concepções pós-modernas, ao defender o abandono de grandes verdades fundadas na modernidade, tais como: a representação do conhecimento, a retórica da verdade, a neutralidade e endeuamento do conhecimento científico (SPINK, 2004).

Os pressupostos epistemológicos construcionista trazem para o trabalho científico uma postura desreificante, desnaturalizante e dessencializadora, que radicalizam ao máximo tanto a natureza do mundo como a historicidade das nossas práticas e da nossa existência (IÑIGUEZ, 2003). A pesquisa construcionista é um convite a examinar essas convenções e

entendê-las como regras socialmente construídas e historicamente localizadas (SPINK; FREZZA, 2004).

O que falamos ou escrevemos nas diversas funções/posicionamentos que ocupamos cotidianamente - seja como pesquisadores, clientes, psicólogos- é balizado pelas condições de possibilidade do contexto, essas condições são discutidas por Foucault (2008),

As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa "dizer alguma coisa" e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação - essas condições, como se vê, são numerosas e importantes. Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade (p. 50).

Falar em contexto significa considerar as condições temporais e culturais nas quais a fala, enquanto prática social, emerge, permanece ou desaparece. Nesse sentido, não estamos referindo-nos a uma fala inovadora tampouco sugerimos que ela possa padecer ao longo do tempo; com a dinamicidade da vida, o modo que falamos e os sentidos que atribuímos são ressignificados e atualizados. Nesse sentido, as produções acadêmicas e documentos de domínio público estão sujeitos às condições de possibilidade. Mélló *et al* (2007) apontam que,

Considerar a linguagem como condição de possibilidade é afirmar seu caráter atributivo, constituinte, provocador de regularidades e de discontinuidades, ou seja, ao mesmo tempo em que possibilita a estabilidade de certos acontecimentos, maneiras de ser ou subjetivações, ethos, saberes e poderes, também pode se configurar como um campo de resistências e rupturas (pág. 28).

Nossa compreensão de temporalidade dialoga com a discussão realizada por Spink (2010), que organiza, didaticamente, o tempo em três períodos: tempo longo (histórico, dos conteúdos culturais), tempo vivido (das linguagens sociais) e o tempo curto (dos processos dialógicos). Esses discursos são atualizados e ressignificados e a linguagem em uso apresenta-se como dispositivo para isso.

3.2. PRÁTICAS DISCURSIVAS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

As práticas discursivas estão relacionadas à linguagem em uso; a análise das práticas discursivas permite o estudo dos aspectos performáticos da linguagem e das suas condições de produção.

A compreensão da linguagem como prática social fundamenta-se na perspectiva bakhtiniana, segundo a qual a linguagem se constitui dialogicamente na interação social, rejeitando as concepções estruturalistas e essencialistas (RIBEIRO, 2011). Autores que discutem práticas discursivas e discurso (SPINK, 2004; SPINK 2010; IÑIGUEZ, 2004) trabalham com a diferenciação entre esses conceitos. O discurso remete ao uso institucionalizado da linguagem e de sistemas de sinais de tipo linguísticos, os quais são produzidos por diversos domínios de saber (SPINK; MEDRADO, 2004).

Essa proposta é interessante, porque permite fazer a distinção entre práticas discursivas – as maneiras pelas quais as pessoas, por meio da linguagem, produzem sentidos e posicionam-se em relações sociais cotidianas – e o uso institucionalizado da linguagem – quando falamos a partir de estilos de linguagem, próprios a certos domínios de saber, a Psicologia, por exemplo (SPINK, 2010).

O estudo dessas práticas discursivas não fica restrito às palavras e frases ou aos significados que elas possuem, mas volta-se para a compreensão das relações de poder que perpassam os discursos e suas condições de produção (MÉLLO, *et al*, 2007). A fala aqui é compreendida para além da verbalização, inclui o dito, o silêncio, as pausas, o escrito. Sendo assim, a análise das práticas discursivas pode ter como materialidade tanto conversas como documentos.

3.3. A PERFORMATIVIDADE DO DISCURSO

O conceito de performatividade tem sua origem nas teorias de Austin (1971) sobre linguagem, a qual ele compreende como instrumento que está além de uma descrição reflexiva do mundo, mas que se compromete com a comunicação (COSTA, 2007). Austin e os filósofos de Oxford questionaram a supremacia do positivismo lógico nos estudos da linguagem, romperam com a tradição cartesiana da filosofia da consciência para inaugurar uma filosofia da linguagem. Acentuam que a linguagem não só fabrica pensamentos, mas

também realidades e, com isso, é fundado o estudo pragmático da linguagem, que atenta para seu uso ordinário (IBAÑEZ, 2004; OTONNI, 2002).

Nesse sentido Iñiguez (2003) afirma que a performatividade não é somente uma ação linguística, um ato de fala intencional, mas sim uma forma de poder.

La capacidad performativa del lenguaje implica, entre otras cosas, que nuestras concepciones del mundo no tienen su origen en la realidad objetiva sino en las variadas interacciones que las personas realizamos cada día, así como en las que mantuvieron quienes nos antecedieron en el tiempo. Cuando llegamos al mundo el entramado, las estructuras y las categorías conceptuales propios de nuestra cultura ya existen, y es precisamente durante el desarrollo de nuestra capacidad lingüística, y por medio de ella, cuando adquirimos estos conceptos socialmente elaborados (2003, p. 4).

Partindo da compreensão de que as práticas cotidianas constroem realidades, a linguagem é o que nos possibilita operar nessa construção, com isso estamos referindo-nos ao caráter pragmático da linguagem, proposto por Austin (1971). Opõe-se à compreensão reducionista que aponta para a função descritiva da linguagem e orienta seus estudos em direção à compreensão da função produtora: dizer é fazer. O que importa, nessa perspectiva, não são as palavras atreladas ao significado, mas, sobretudo, os efeitos que produzem.

Otonni (2002) assinala: “(...) Dito de outro modo, numa versão mais forte da visão performativa o que vai importar não é o que o enunciado ou as palavras significam, mas as circunstâncias de sua enunciação, a *força* que ela tem e o *efeito* que ela provoca”.

Em Iñiguez (2004) são elencados alguns critérios para a classificação de um texto enquanto discurso, dentre esses o autor aponta que é necessário ser produzido no marco de instituições que restrinjam fortemente a própria enunciação. Discute também os tipos de “falas” que podem ser consideradas discursos e aponta que, para um texto ser considerado prática discursiva, é necessário apresentar efeitos discursivos. Ainda que não seja intenção daquele que fala/escreve, o texto reverbera e produz sentidos.

Os repertórios discursivos são dispositivos linguísticos que utilizamos para construir versões das ações. É por meio deles que podemos entender tanto a estabilidade como a dinâmica e variabilidade das produções linguísticas humanas (SPINK; MEDRADO, 2004, p. 48).

Spink (2011) na discussão sobre performatividade aponta para a construção artesanal da realidade, por meio das práticas e ferramentas disponíveis. Compreendemos que

esquadrinhar os discursos institucionalizados, possibilita identificar essas forças que produzem as condições de possibilidade para a emergência de conceitos e categorias. Assim, esta pesquisa em consonância com esses direcionamentos teóricos e metodológicos, pretende analisar a família produzida pelos discursos psicológicos.

4. PERCURSOS METODOLÓGICOS

Adotamos a pesquisa com documentos como metodologia para a análise e discussões nesta dissertação. A seguir, discutiremos sobre a aproximação e incursão nos bancos de dados atreladas à concepção de campo-tema.

4.1.BANCO DE DADOS COMO CAMPO-TEMA

Peter Spink (2003) discute e problematiza a histórica relação presente nas pesquisas em Psicologia Social, entre pesquisar e estar em/no campo. O autor propõe a reformulação dessa associação e aponta que estar no campo está associado à presentificação do tema em nossas vidas, no cotidiano de quem pesquisa. Não é necessário uma saída para um determinado lugar para fazer pesquisa, já que esse lugar não é transcendente, ele está em nós. Quando falamos sobre, quando lemos um texto ou escutamos alguma notícia midiática estamos nesse campo-tema que,

(...) não é um universo “distante”, “separado”, “não relacionado”, “um universo empírico” ou um “lugar para fazer observações”. Todas estas expressões não somente naturalizam mas também escondem o campo; distanciando os pesquisadores das questões do dia a dia. Podemos, sim, negociar acesso às partes mais densas do campo e em consequência ter um senso de estar mais presente na sua processualidade. Mas isso não quer dizer que não estamos no campo em outros momentos; uma posição periférica pode ser periférica, mas continua sendo uma posição (P. SPINK, p. 28, 2003).

As pesquisas em Psicologia ainda recorrem, em sua maioria, às opções metodológicas tradicionais como - entrevistas, questionários, grupos, estudo de caso – contudo, têm sido crescente a escolha da análise de documentos e/ou bibliográficas enquanto estratégia metodológica. Os documentos como instrumento de pesquisa, sejam eles documentos oficiais, textos jornalísticos, livros acadêmicos, relatórios, diários, leis, filmes, fotos etc., constituem fontes importantes do uso de noções que circulam na sociedade (MÉLLO *et al*, 2007).

O documento público traz a linguagem utilizada em um contexto, espaço-tempo, com o objetivo de servir a um determinado propósito, seja para favorecer a manutenção de relações de poder ou para romper com os discursos que favorecem essas práticas. Adotar os bancos de dados como contexto de análise desses enunciados significa considerá-los como produtores de discursos possíveis. Longe de ser um conhecimento livremente comunicado, a produção acadêmica disposta em banco de dados é organizada segundo critérios de verdade, que conferem validade e produzem realidades.

Os documentos, enquanto discurso materializado, possibilitam a conversa com outras vozes e disciplinas que aparecem no texto, permitem localizar a emergência de um tema e a sua consolidação no cenário social, na medida em que adquire intensa visibilidade num determinado momento histórico. A interanimação dialógica dá-se de outra forma, merecendo destaque dois aspectos: a comunicação é dirigida a um outro genérico e o fluxo de trocas não é imediatamente recíproco (P. SPINK, 2004). Para o autor:

Os documentos de domínio público são produtos sociais tornados públicos. Eticamente estão abertos para análise por pertencerem ao espaço público, por terem sido tornados públicos de uma forma que permite a responsabilização. Podem refletir as transformações lentas em posições e posturas institucionais assumidas pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia-a-dia ou, no âmbito das redes sociais, pelos agrupamentos coletivos que dão forma ao informal, refletindo o ir e vir de versões circulantes assumidas ou advogadas (p.136).

Estivemos no campo-tema durante todo o processo de construção desta dissertação, devido à presentificação do tema nos diversos textos e contextos nos quais circulamos e os bancos de dados foram alguns desses espaços.

4.1.2. INCURSÃO NOS BANCOS DE DADOS

A primeira etapa da pesquisa desta dissertação objetivou configurar o panorama das publicações científicas brasileiras, referente à Psicologia e família. Realizamos um levantamento no Portal SciELO, por ser o banco de dados que concentra o maior número de publicações brasileiras e no banco de teses e dissertações da CAPES. No SciELO, utilizamos como estratégia de pesquisa as palavras Psicologia “and” família - recurso disponível no banco de dados, a fim de filtrar os artigos que tivessem interlocução com esses dois termos-no campo “todos os índices”. Até o mês de dezembro de 2013, havia 390 trabalhos publicados, os quais pertencem aos mais variados campos de conhecimento e discutem temáticas diversas. A partir desse levantamento construímos um quadro geral, o qual possibilitou uma melhor visibilidade dos trabalhos encontrados, no qual foram destacados: ano de publicação, temática, área de conhecimento e nome do primeiro autor - para facilitar a localização da publicação em etapas posteriores. No que diz respeito à área de conhecimento a qual pertencem os artigos, buscamos neles a formação dos autores. Os artigos nos quais não havia menção à área de pertencimento ou que citavam apenas a instituição a qual o(s) autor (es) estão vinculados, buscamos através do nome do primeiro autor, seu currículo Lattes e listamos a formação.

Esse panorama geral está contemplado com o quadro abaixo, no qual apontamos o quantitativo das publicações no SciELO⁵:

QUADRO 1 – SciELO, Psicologia e Família

Período	1970- 1979	1980- 1989	1990- 1999	2000- 2010	2010- 2013	Total	
Áreas do conhecimento	Diversas	0	0	3	18	18	39
	Psicologia	1	2	13	146	120	282
	Psicologia e outra (s)	0	0	4	39	26	69
	Total	1	2	20	203	164	390

Fonte: Costa, 2013.

Foram nomeadas áreas diversas e outras áreas: Medicina, Educação, Enfermagem, Filosofia, Antropologia, Letras, Serviço Social, dentre outras. Vale destacar que o número de trabalhos, nos quais os autores pertencem à Psicologia e Serviço Social (4) nos surpreendeu, já que com outros campos do conhecimento essa parceria tem sido maior. Nas nossas experiências com pesquisa e estágio acadêmico, em políticas públicas, identificamos uma relação de parceria e maiores possibilidades de diálogo entre psicólogos e assistentes sociais na realização das atividades.

Pesquisar é lidar com os imprevistos e intempéris do “campo” e, nossa pesquisa, não passou ilesa a isso. Desde dezembro de 2013, o Banco de teses e dissertações da CAPES esteve sofrendo alterações referentes à reformulação e atualização, o que perdurou até meados de março de 2014. Nas várias tentativas realizadas até março desse ano, foram disponibilizados os trabalhos publicados em 2012. Ainda que nosso interesse seja alcançar um “corpus” consistente que tivesse relação com nossa pesquisa, esbarramos no obstáculo tempo. Enquanto pesquisadores não conseguimos dar conta da dinâmica e processualidade na produção do conhecimento assim, deparamo-nos com a imprevisibilidade. O Portal da Capes passou por atualizações desde o final de 2013 e em março foram disponibilizadas 176 teses e

⁵ Devido as teses e dissertações encontradas na pesquisa, pertencerem somente à Psicologia, não foram distribuídas nesse quadro geral, nem o quadro 1.

dissertações, as quais publicadas em 2012. Nos campos de busca utilizamos os termos: “é (exato)”, Psicologia – “área de conhecimento”- e família “todos os campos- contém”.

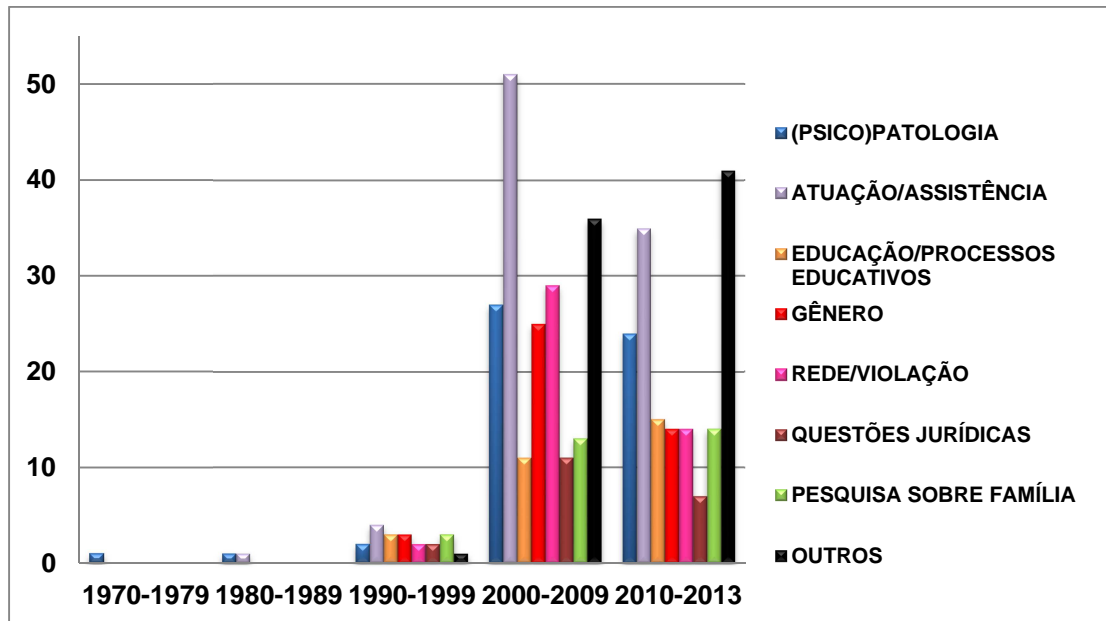
4.2. O QUE SE FALA: A CONSTRUÇÃO DE CATEGORIAS TEMÁTICAS

Atendendo a dois objetivos dessa dissertação, o de configurar a produção acadêmica psicológica e o de identificar os campos temáticos em que se apresentam a discussão sobre Psicologia e família, partimos do quadro geral construído nessa primeira etapa e do posterior afinamento para as produções realizadas pela Psicologia. Construímos um quadro (APÊNDICE A) no qual os trabalhos foram classificados e ordenados de acordo com a temática discutida por eles, identificadas a partir da leitura dos títulos e resumos. Assim, nomeamos os eixos temáticos construídos:

- **Educação e processos educativos:** discutem processos de aprendizagem, escolarização, ações educativas;
- **(Psico) Patologia:** têm como foco a discussão de transtornos psíquicos ou patologias orgânicas;
- **Gênero/sexualidade:** discutem gênero, sexualidade ou função paterna e materna;
- **Assistência/atuação profissional:** falam da ação profissional em serviços e assistência;
- **Rede social/violação de direitos:** apontam a família, ou outro dispositivo, como promotores de suporte e/ou violação de direitos;
- **Questões jurídicas:** discutem aparatos legais e mecanismos jurídicos, tais como: ECA, conselho tutelar, adoção, conflitos com a lei;
- **Estudo teórico/Pesquisa sobre família:** trabalhos teóricos que discutem referencial, revisão bibliográfica e pesquisa sobre família;
- **Outros:** referente aos trabalhos que não têm relação com as categorias acima.

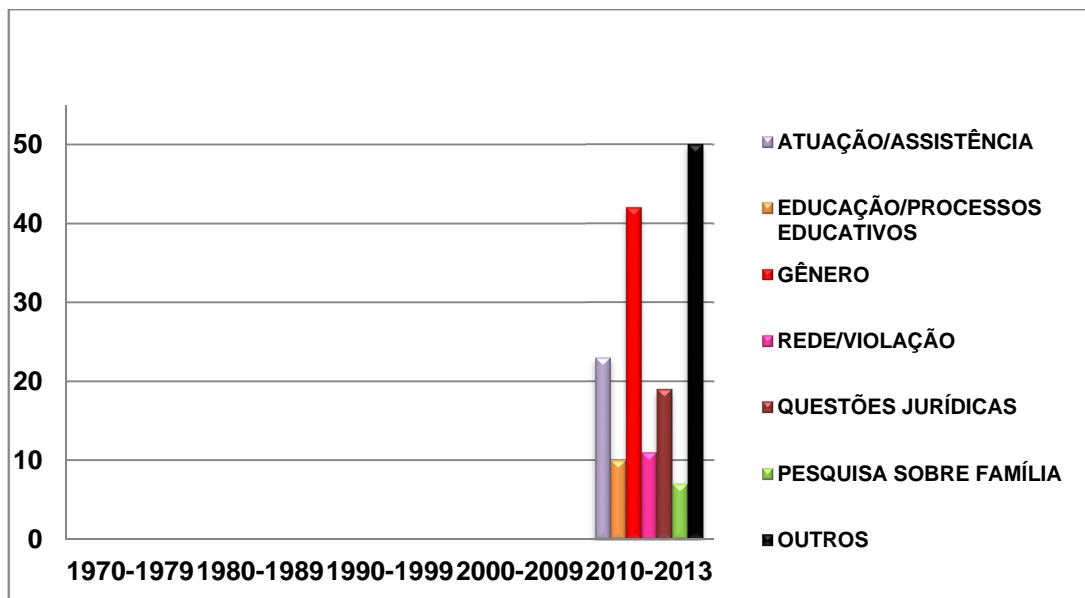
Optamos pela sistematização do corpus da pesquisa em intervalos temporais de uma década, a fim de dar uma maior visibilidade ao fluxo do crescimento da produção científica no que diz respeito ao nosso tema. O primeiro artigo encontrado foi publicado na década de 70. A sistematização, no quadro temático, e a disposição das pesquisas nas categorias descritas acima, resultaram nos seguintes gráficos:

Gráfico 1: Fluxo da produção científica (artigos): Psicologia e Família



Fonte: Costa, 2014.

Gráfico 2: Fluxo da produção científica (teses e dissertações): Psicologia e Família⁶



Fonte: Costa, 2014.

O elevado número de publicações na categoria *outros*, tem relação direta com a indexação das publicações na base de dados. Ainda que as estratégias tenham sido de buscar as discussões que mais se aproximam dos objetivos desta pesquisa, o resultado apresentado

⁶ Não encontramos nenhum trabalho na categoria (Psico) Patologia por isso ela não aparece no gráfico 2.

pelos bancos de dados mostrou produções que não têm a mínima relação ou que sequer tem as palavras Psicologia e/ou Família nos campos: título, palavras-chaves, resumo. Discutem por exemplo: iniciação esportiva de velejadores, distúrbios da voz entre docentes.

A primeira incursão nos bancos de dados possibilitou uma constatação do panorama das publicações científicas, já o segundo momento foi direcionado à criação de um arquivo com as informações necessária da literatura a ser analisada. Porém, chamou nossa atenção a forma como são classificados e categorizados os trabalhos indexados no SciELO, isso configurou-se como um limite para a identificação das publicações, já que as palavras utilizadas na busca não coincidem com os indexadores utilizados nos portais. Utilizando o nome do primeiro autor, que já tínhamos identificado no primeiro momento, foram listados trabalhos que poderiam ter interlocução com nossa discussão, porém não foram filtrados anteriormente por não ter Psicologia e família no título, ou ter apenas uma desses vocábulos nas palavras-chaves.

Após a reavaliação da classificação dos trabalhos nas categorias e reordenamento quando necessário, os trabalhos internacionais e aqueles pertencentes à categoria *outros* foram eliminados. Com essa revisão o quantitativo de trabalhos na categoria *outros* diminuiu de 78 para 37 no gráfico 1. Abaixo o quadro referente às categorias e o quantitativo das publicações:

QUADRO 2: Categorias e Quantitativo de publicações

Categorias	Quantitativo
(Psico) Patologia	31
Atuação/intervenção	74
Rede/violação	48
Processos Educativos	32
Gênero/ Sexualidade	72
Questões jurídicas	32
Pesquisa com família	22
Total	311

Fonte: Costa, 2014.

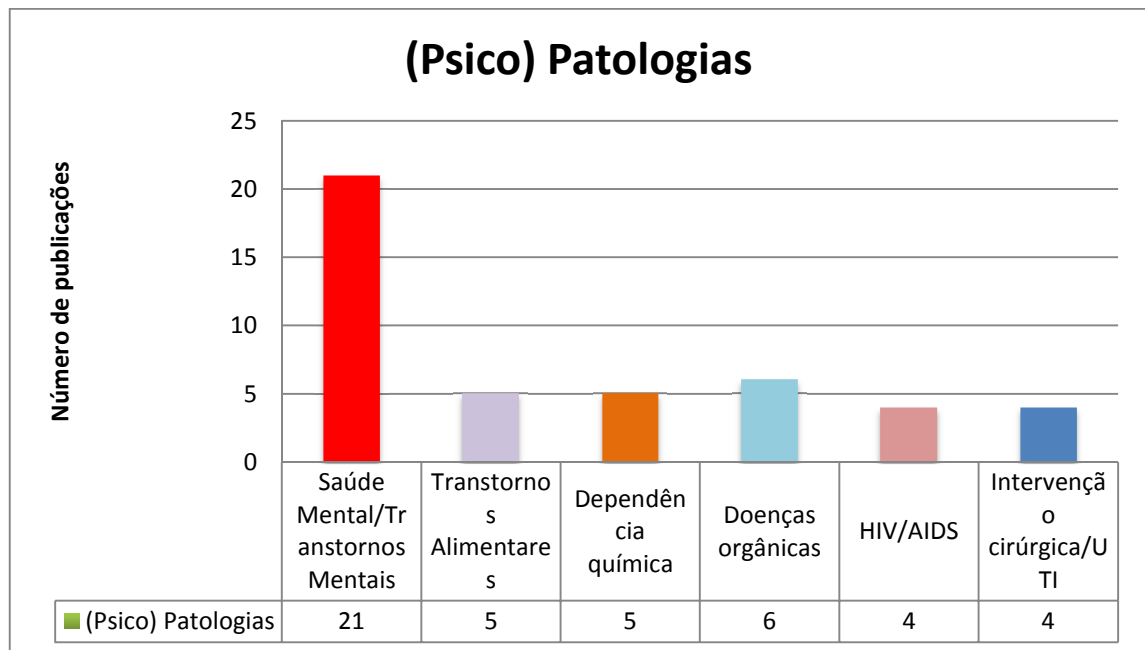
4.2.1. REVISITANDO AS CATEGORIAS

Foi realizada uma segunda análise desse panorama geral, a fim de filtrar os discursos pertinentes à Psicologia. Essa apreciação foi norteada pelo objetivo dessa dissertação de problematização da produção científica psicológica que discute a família como lugar de proteção/violação.

Nossa leitura dos gráficos 1 e 2 parte do conceito de incidente crítico, como momentos de contestação e negociação que culminam com determinadas ações (BERNARDES, 2004). O *boom* de publicações em revistas, referente à Psicologia e família, acontece na primeira década de 2000, como é possível visualizarmos no gráfico 1 período contemporâneo à criação do Programa Saúde da Família, à Política de Saúde Mental. Enquanto o gráfico 2, relativo à produção de teses e dissertações apresenta como incidente crítico, a Lei Nacional da Adoção (2009), o Plano Nacional de Promoção à Convivência Familiar e Comunitária (2006).

A fim de configurar e dar visibilidade às temáticas contempladas pelas produções científicas da Psicologia, as quais estão agrupadas no quadro temático (APÊNCIDE A), representamo-las em gráficos temáticos.

Gráfico 3: Temática (Psico) patologias



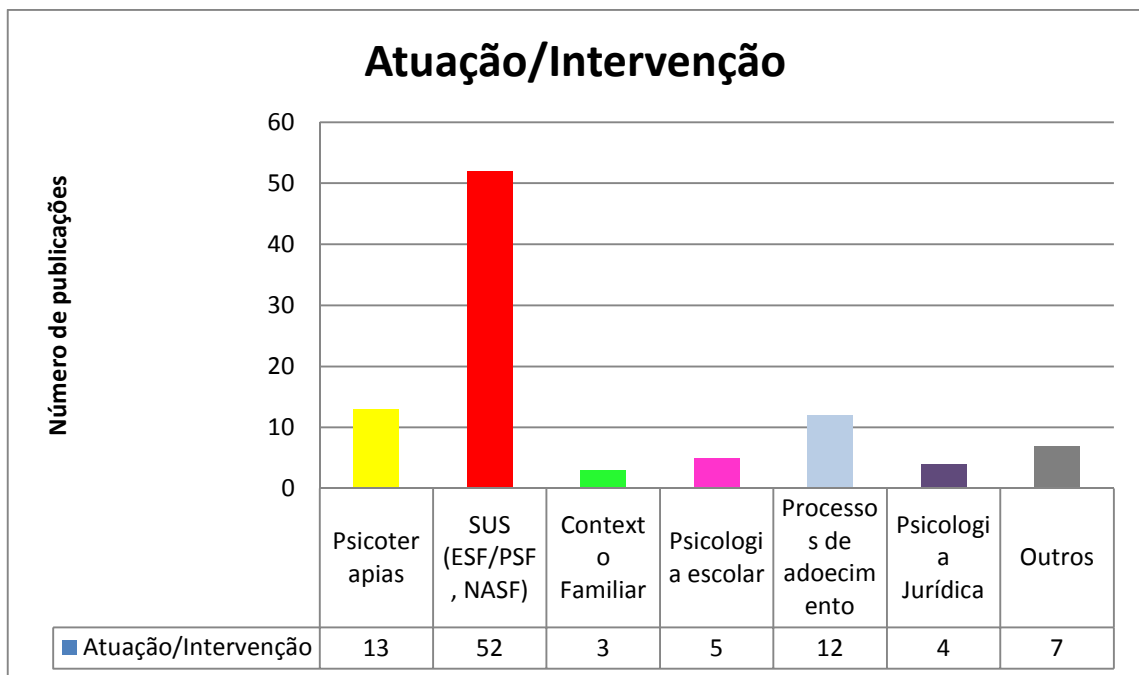
Fonte: Costa, 2014.

A categoria **(Psico)Patologias** possui 45 trabalhos. Nela estão contempladas as publicações que discutem: saúde mental/transtornos mentais, dependência química, HIV/

AIDS, transtornos alimentares, doenças orgânicas, intervenção cirúrgica/UTI. Há uma predominância de publicações no campo da Saúde Mental/Transtornos Mentais, a leitura dos títulos e resumos nos indicam discussões sobre etiologia, enfrentamento e terapêutica tanto dos pacientes quanto dos familiares.

Nomeamos *doenças orgânicas* as patologias tipo: diabetes, cancro, câncer de mama, Down. Com isso não queremos instituir uma dicotomia entre as doenças psíquicas, contempladas na subcategoria *Saúde Mental/ Transtornos Mentais* e as patologias do corpo, escolhemos essa distribuição a fim de agrupar as publicações que têm uma relação mais estreita com a temática. Tal fato também acontece com a subcategoria HIV/AIDS. Na subcategoria Transtornos Alimentares, é discutido: anorexia e obesidade mórbida.

Gráfico 4: Temática Atuação/Intervenção



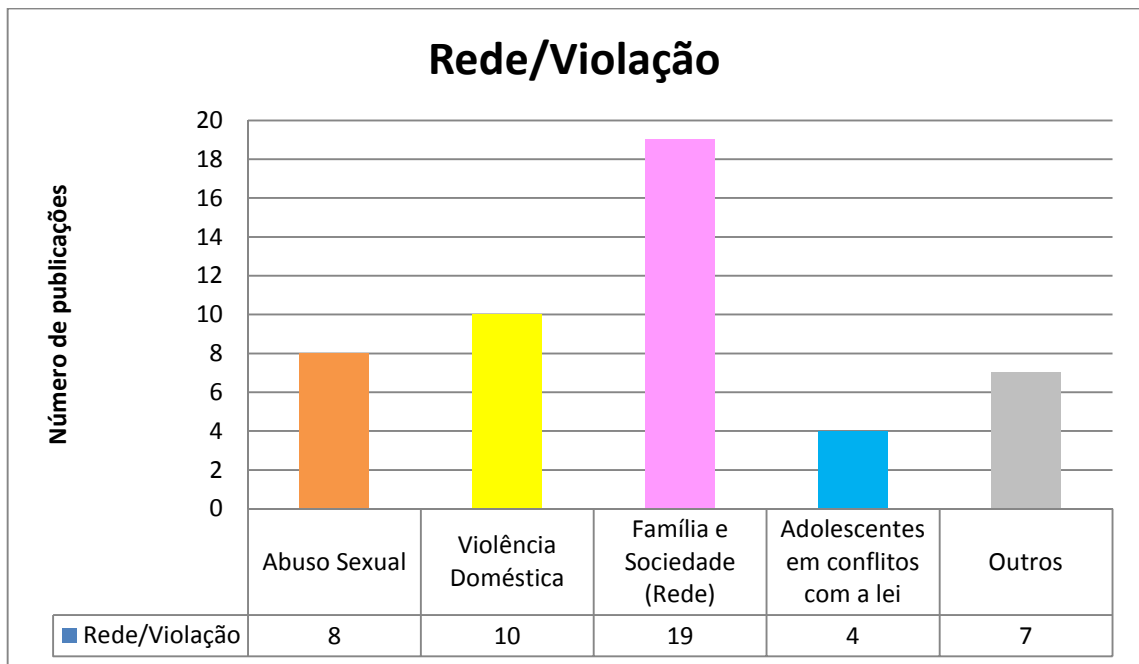
Fonte: Costa, 2014.

A categoria **Atuação/Intervenção** concentra 96 publicações as quais abordam práticas psicológicas. A atuação do psicólogo no SUS, como mostramos nos gráficos 1 e 2, apresenta um pico de crescimento logo após o ano 2000; esse aumento deve-se às pesquisas relacionadas à Estratégia Saúde da Família (ESF), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Residência Multiprofissional. Como explicamos anteriormente a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos Programas a ele relacionados, nos ajuda a considerar a regulamentação do Programa Saúde da

Família, e seus desdobramentos, como incidentes críticos que impulsionam as publicações inseridas nessa categoria.

As psicoterapias/grupos terapêuticos representam uma parcela significativa das produções referentes à atuação. Nomeamos *processos de adoecimento* as práticas que estão relacionadas às intervenções cirúrgicas e hospitalização. São contempladas também as atuações no âmbito jurídico e escolar. A subcategoria *contexto familiar*, diz respeito aos trabalhos relacionados à comunicação com a família no hospital ou na atenção à saúde. Em *outros* estão publicações que não tiveram relação com as demais subcategorias.

Gráfico 5: Temática- Rede/Violação

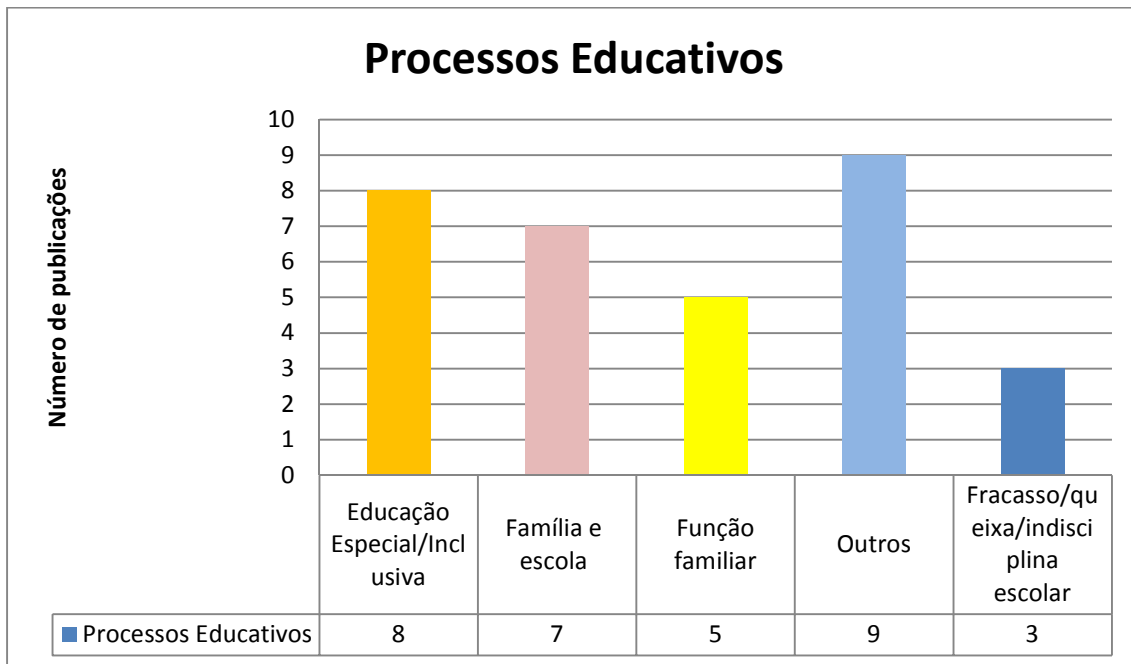


Fonte: Costa, 2014.

A categoria **Rede/Violação** possui 48 publicações. A partir da leitura dos títulos e resumos, encontramos aqui as produções científicas que discutem a família enquanto lugar de rede/proteção. Os trabalhos que relacionam família e sociedade enquanto rede de apoio/resiliência foram alocados na subcategoria *Família e Sociedade (rede)*, já as pesquisas que relacionam a família enquanto espaço de violação/abuso foram distribuídos nas subcategorias *violência/doméstica* e *abuso sexual*. Em *Adolescentes em conflitos com a lei*

estão tanto as publicações que relacionam transgressão à família, quanto as que discutem o comportamento infracional dos adolescentes.

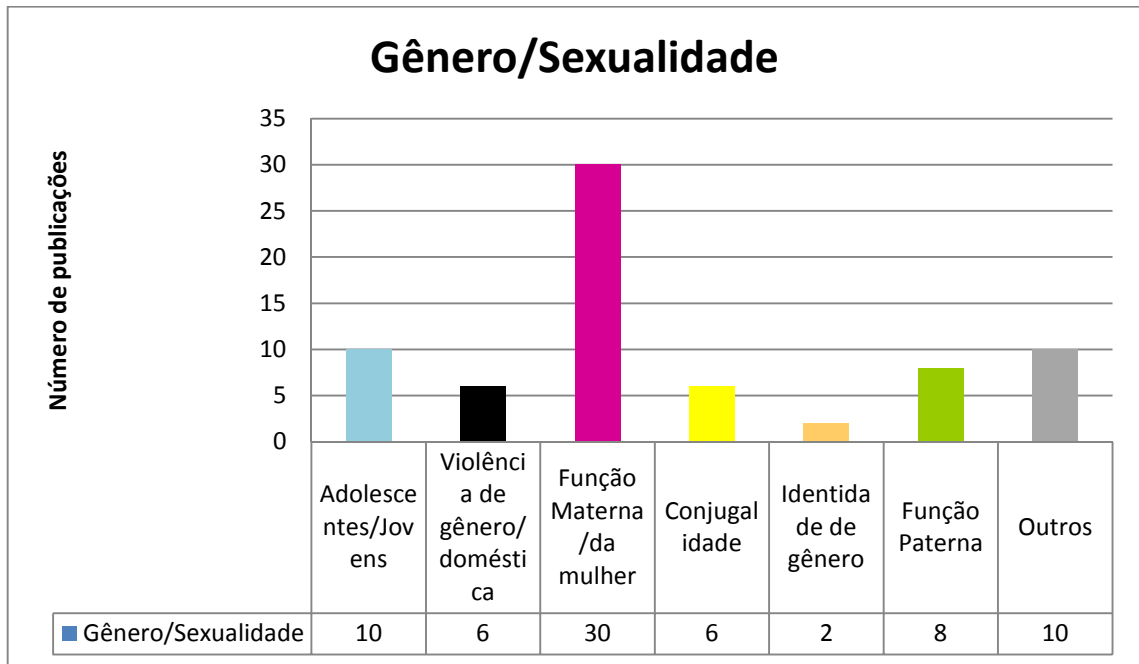
Gráfico 6: Temática – Processos Educativos



Fonte: Costa, 2014.

A categoria temática **Processos Educativos** contém 32 publicações. Na subcategoria *função familiar* constam os trabalhos que apresentam as influências familiares em relação à aprendizagem, que possuem, por exemplo, a temática: pais e incentivos à habilidade de estudo, problemas de aprendizagem e a família. Os trabalhos que apresentam no título/resumo a relação entre *família e escola* estão agrupados nessa subcategoria. Foi significativo o número de pesquisa na categoria *outros* devido à variedade de temáticas que encontramos, tais como: relação professor-aluno, aprendizagem de jovens e adultos, representação social da adolescência, atuação da escola frente à violência urbana, dentre outras. São contempladas também discussões sobre *educação especial/inclusiva* e *fracasso/queixa/indisciplina escolar*.

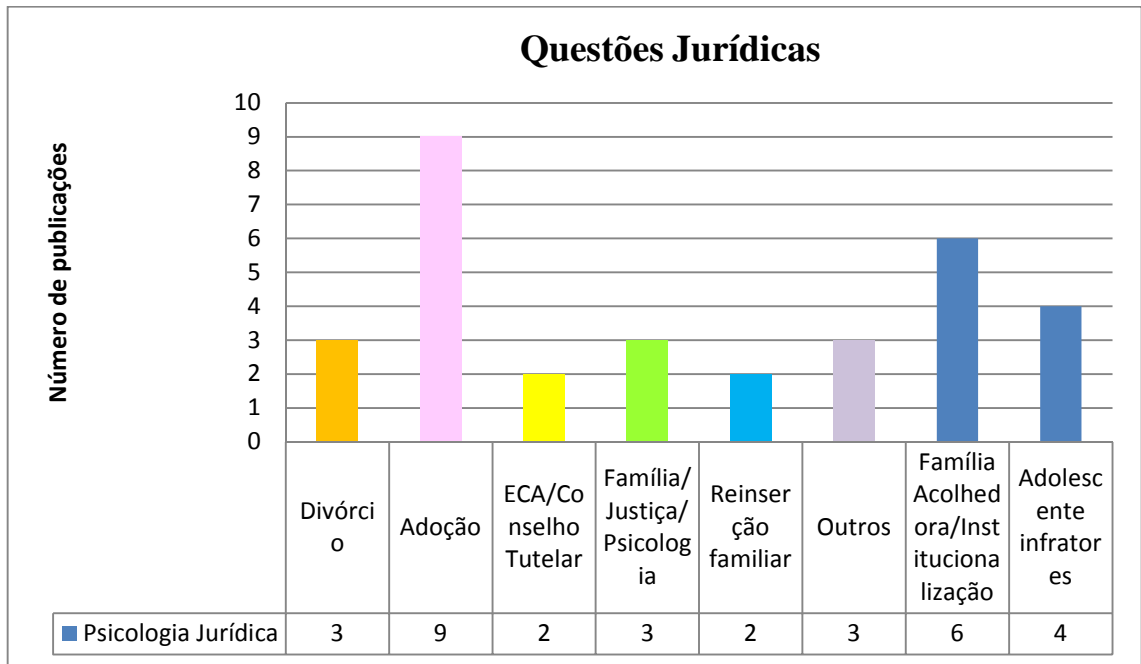
Gráfico 7: Temática – Gênero/sexualidade



Fonte: Costa, 2014.

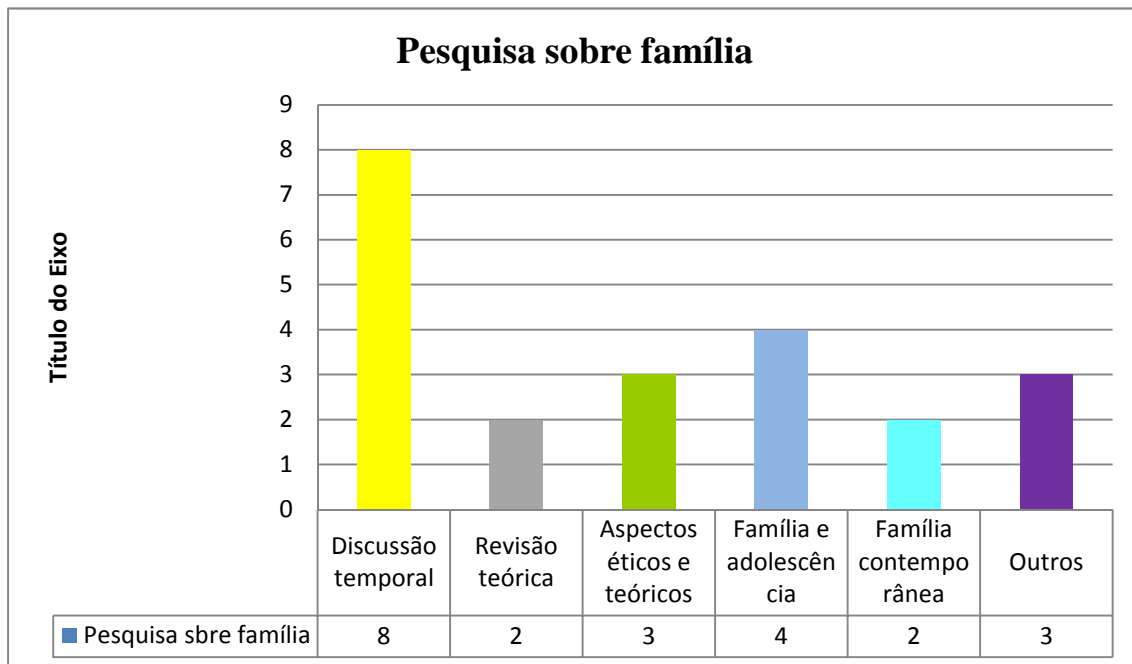
A categoria temática **Gênero/Sexualidade** contém 72 publicações. Merece destaque as produções que discutem a função materna/da mulher; são títulos que discriminam o lugar da mãe, as concepções da mulher frente à jornada de trabalho, mulheres chefe de família e que realizam discussão de gênero, representações sociais sobre maternidade e feminilidade, dentre outros. Em *função paterna* estão trabalhos que discutem masculinidade e função paterna, ambas subcategorias discutem sob a perspectiva de gênero. *Adolescentes/jovens* diz respeito às pesquisas que lidam especificamente com essa faixa etária, atrelada à sexualidade, gravidez e atos infracionais. Encontramos pesquisas que discutem também a temática da *Violência de gênero/doméstica, conjugalidade, identidade de gênero e outras*.

Gráfico 8: Temática – Questões Jurídica



Fonte: Costa, 2014.

A categoria temática **Questões Jurídicas** agrupa 32 trabalhos. Há predominância das discussões sobre adoção, em seguida, encontramos discussão sobre processos de *institucionalização e família acolhedoras. Adolescência e comportamento infracional, o Estatuto da Criança e do Adolescente/Conselho Tutelar*, ações da Psicologia no âmbito da justiça em relação à família. Reinscrição familiar e divórcio.

Gráfico 9: Temática – Pesquisa sobre família

Fonte: Costa, 2014.

A categoria **Pesquisa sobre família**, contempla 22 publicações, as quais realizam *discussão sobre a construção histórica* ou fazem *revisão teórica* referente à/ao: construção histórica da maternidade, casamento no século XXI, família em desenvolvimento, saúde da família e higiene mental, dentre outras. Encontramos também produções que focalizam a *família contemporânea*, seja discutindo os novos arranjos familiares ou *aspectos éticos e teóricos* das ações e pesquisas com família. Vale ressaltar o destaque dado à relação entre adolescência (fase do desenvolvimento) e família, nas temáticas contempladas nessa categoria. Na categoria *outros* encontram-se trabalhos que discutem: vínculo conjugal, desenvolvimento emocional e o cuidador, práticas do UNICEF de atenção à família e infância brasileiras, dentre outros.

4.2.2. CONSTRUÇÃO DO DISPOSITIVO ANALÍTICO E A VISIBILIDADE DOS DISCURSOS

Com a construção das categorias temáticas foi possível, a partir da leitura dos títulos e posteriormente dos resumos, identificar as produções científicas que teriam maior relação com os objetivos desta dissertação. Durante o percurso realizado no mestrado até então, aproximamo-nos do ECA e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de

Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) ambos documentos compreendem a família como lugar de proteção, ao mesmo tempo instituem diretrizes e normas para situações em que há violação dos direitos de algum componente familiar, nesses documentos especificamente as crianças e adolescentes. Sendo assim, selecionamos, para um segundo nível de análise, duas categorias temáticas - *Rede/Violação e Questões Jurídica* – as quais despontaram maior interesse com a discussão estabelecida até então, atendendo nosso objetivo de problematizar a produção científica da Psicologia, que discute família como lugar de proteção/violação.

As categorias temáticas selecionadas apresentam o quantitativo de 53 artigos, 24 dissertações e 4 teses. Essas publicações foram analisadas a partir da leitura do resumo/sessão/ capítulo, o que possibilitou a identificação de uma interlocução com nossos objetivos. Foram excluídos os textos que estavam relacionados às outras categorias construídas nessa pesquisa, como *Atuação e (Psico) Patologia* e aqueles que apresentam a família enquanto contexto para discussão aprofundada de outras temáticas: ovodoação⁷, suicídio, divórcio e conjugalidade, conceito de resiliência, dependência química. Algumas teses e dissertações, em especial as da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e da UFES (Universidade do Espírito Santo) não estavam disponíveis on-line e solicitamos aos autores a disponibilização dos textos, até a conclusão da análise obtivemos a resposta de cinco autores⁸. Assim, após essa etapa contamos com 23 artigos, 14 dissertações e 1 tese.

Nossa aproximação com a literatura deu-se inicialmente pela leitura dos resumos. Num segundo momento, para uma análise mais ampliada dos textos, foi realizada leitura dos textos completos, organizando as informações relativas ao documento e ao conteúdo de cada um deles, num quadro (Dispositivo Analítico: família e discurso psicológico – APÊNDICE B) adaptado de um outro quadro construído por Medrado *et al* (2011). Nesse quadro destacamos os itens considerados na discussão que atendem às questões norteadoras dessa dissertação: quais Psicologias têm produzido sobre família? Quais famílias têm sido produzidas? De que família falamos?

No quadro (APÊNDICE B), exemplificado abaixo, destacamos as seguintes informações dos documentos: **fonte** (Banco de dados), **título do trabalho**, **autor/a (es)**, **ano**, **revista**, **instituição**. No que diz respeito ao conteúdo do texto: **temática** discutida,

⁷ Relaciona-se ao programa de doação de óvulos.

⁸ Dois autores disponibilizaram as dissertações após a finalização da análise, uma disse que enviaria o texto quando fizesse as correções e os demais não enviaram resposta.

expressões/termos (usos de palavras e expressões para caracterizar e adjetivar família), **vozes** (autores presentificados no discurso sobre família), **interlocutores** (pessoas ou instituições e projetos mencionados), **conceitos** (que têm relação com família), **fundamentação teórica** (campo discursivo que embasa o trabalho).

Exemplo do Quadro analítico:

Sobre o Documento							Sobre o Conteúdo					
Fonte	Título	Nome (s) autor (a/es/as)	Ano	Tipo	Revisita	Instituição	Temática	Expressões/Termos	Conceitos	Interlocutores	Vozes	Fundamentação
SciELO	A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar	ANTONI, Clarissa de; KOLLER, Silvia Helena.	2000	Artigo	Estudo psicológico (Campinas)	—	Violência intrafamiliar	Maus tratos intrafamiliares/família organizada/ pais autoritários e pais com autoridade/família de procriação/família “pensada”, família “vivida”, Sistema integrado, família violenta e negligente, estruturação familiar , segredo e coesão doentia, família e cuidado.	Papéis familiares (proteção, socialização, orientação, apoio, etc.)/violência intrafamiliar/configuração familiar (laços afetivos)/empobrecimento das relações familiares/risco e proteção/resiliência/desenvolvimento saudável/rede de apoio/identidade.	Meninas institucionalizadas.	Berenstein (1988), Minuchin (1982) (Bronfenbrenner, 1979/1996), (Steinberg, 1996), ECA (1990), Szymanski (1994).	Antrópologia, Psicologia Teoria Ecológica e Sociologia.

5. SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS EIXOS DISCURSIVOS E AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS ANALISADAS

Neste capítulo apresentamos a discussão sobre o “contexto” da literatura analisada, exposta no quadro (APÊNDICE B) intitulada “sobre o documento”, contempla as informações sobre: fonte, título, nome do autor, revista, ano e a instituição - no caso das dissertações e teses, também identificamos o Programa de Pós-Graduação ao qual o trabalho pertence. Em seguida apresentaremos a análise realizada, a partir do que nomeamos eixos discursivos, os quais estão relacionados às linhas argumentativas utilizadas pelos autores; para a construção desses, estreitamos o diálogo com as categorias Rede/Violação e Questões Jurídica através da leitura das publicações na íntegra. Foram os seguintes eixos construídos que balizaram a análise:

- *Família: definições e funções;*
- *(Des)Estruturação familiar: de que estrutura se fala?;*
 - *Ausência paterna e família matrilinear: família (des) estruturada?;*
- *Família: um lugar de risco e proteção;*
- *“Dar” família a quem precisa? O discurso estatal e a produção da falta familiar.*

Nesses eixos consideramos a linearidade e as divergências emergentes, as quais apontaram ora para a configuração de um discurso hegemônico e consonante sobre família ora para a formatação de pontos divergentes, delineados com criticidade.

5.1. O CONTEXTO DA LITERATURA ANALISADA

Os artigos que possuem interlocução com as categorias temáticas *Rede/Violação* e *Questões Jurídicas*, foram indexado nestes bancos a partir do ano 2000, a maioria deles em revistas de Psicologia: Estudos de Psicologia (8), Psicologia em Estudo (5), Psicologia: Ciência e Profissão (3), Revista de Psicologia (1), Paidéia (1), Fractal: Revista Paulista de Pediatria (1), Psicologia: Teoria e Pesquisa (1), Revista Psiquiatria Clínica (1), Psicologia: Reflexão e Crítica (1). São predominantemente pesquisas empíricas, que focalizam em seus estudos: crianças, adolescentes, famílias e profissionais: psicólogos, assistentes sociais, professoras, operadores do Direito, conselheiras tutelares.

Alguns trabalhos tiveram como interlocutores, instituições públicas e programas governamentais: conselhos tutelares, juizados, hospitais. A participação desses órgãos deu-se

por meio de encaminhamento para atendimento psicológico⁹, disponibilização de prontuários, entrevistas com conselheiros e registros de atendimento - a fim de serem contatadas famílias atendidas no serviço (ANTONI; KOLLER, 2000; ARAÚJO, 2002; GOMIDE; GUIMARÃES, 2003; MILANI; LOUREIRO, 2008; FERNANDES; ARAGÃO, 2011; TRALLI, 2012). Os abrigos e CREAS apresentam-se como espaço para a realização de entrevistas e disponibilização de prontuários (GOMIDE; GUIMARÃES, 2003; AZÔR; VECTORE, 2008; PINHO, 2012; SOARES, 2012). O ambiente hospitalar e/ou Maternidade foram cenário para a realização de pesquisas, devido ao vínculo firmado pelos serviços de Psicologia ofertados - estágios, clínica escola (BÖING; CREPALDI, 2005; TASSARA; NORTON; MARQUES, 2010). Nas produções que privilegiaram a pesquisa com documentos, os bancos de dados Medline, Adolec, Pub Med e prontuários, configuraram-se como fontes.

A família, enquanto espaço de proteção/violação de direitos, na literatura analisada é fundamentada em teorias pertinentes à Psicologia e/ou outras áreas do conhecimento, principalmente o Direito e a Antropologia. Os referenciais teóricos presentes nas publicações são: Psicanálise, Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, Teoria Sistêmica, Avaliação Psicológica, Psicodinâmica, Teoria das Representações Sociais, Perspectiva Genealógica, Sociointeracionismo, Psicossociologia, Psicologia Cultural, Sócio Histórica, Análise Institucional Francesa, Construcionismo Social.

Alguns textos apresentam mais de um referencial teórico, enquanto outros não especificam ou só fazem referência à fundamentação metodológica, especialmente os autores que fizeram revisão sistemática ou pesquisa com documentos.

5.2. OS DISCURSOS PRODUZIDOS PELA PSICOLOGIA: O QUE ENCONTRAMOS NA LITERATURA.

5.2.1. FAMÍLIA: DEFINIÇÕES E FUNÇÕES

Os gêneros discursivos¹⁰ que circulam através de dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos, trazem consigo características performáticas ao produzir modelos normativos, normalizadores e prescritivos. O agrupamento familiar não

⁹ O encaminhamento para atendimento psicológico possibilitou o encontro das famílias/crianças/adolescentes com os pesquisadores nos serviços para os quais foram direcionados.

¹⁰ Bakhtin (2003).

escapa a esse jogo de forças e é atravessado por esses saberes (SARTI, 2010; FARIAS, 2002; PEREIRA, 2012).

A família devido à dinamicidade de sua configuração passa por reorganizações, o que torna difícil a tentativa de uma delimitação conceitual do que pode ser compreendido por família. Essa conceituação escapa às buscas academicistas de apreensão e explicação dos fenômenos estudados. Nas produções científicas analisadas, a definição de família focaliza as relações entre seus membros, suas funções e organizações, bem como na dificuldade em defini-la:

A família é vista, portanto, em um ambiente no qual existe uma configuração de seus membros marcada por **relações de proximidade, reciprocidade, estabilidade e afeto**. A família é constituída por pessoas significativas com as quais possuem relação de apoio e de troca (ANTONI; KOLLER, 2000, p. 353).

A família é uma **unidade dinâmica**, um grupo social, um espaço de convivência fundamental ao desenvolvimento dos seus membros; contudo possui características e funções próprias, que são historicamente questionadas e redefinidas (NEVES; ROMANELLI, 2006, p. 301).

A função essencial das famílias, **independente de suas formas de organização**, é promover o desenvolvimento saudável e a socialização dos indivíduos em nossa sociedade (PINHO, 2012, p. 107).

(...) esta não se mostra uma tarefa fácil, pois não parece simples cercar o conceito de família de todas as suas possíveis características definidoras (LIRA, 2012, p. 37).

Para Bilac (1997), a estabilidade da família, enquanto instituição remanescente às transformações sociais convive com a variabilidade histórica que põe em jogo conceitos. A restrição dos laços familiares à consanguinidade e à naturalidade, atreladas ao biológico produz famílias nomeadas e identificadas a partir daí: famílias biológicas, de origem, natural (LIRA, 2012; SOARES, 2012, SILVA, 2012)¹¹. Já os discursos das políticas de incentivo à reconstituição e reintegração familiar produzem novas categorias: substitutas, adotivas, reconstituídas.

Na leitura acurada dos textos, a fim de identificar os discursos psicológicos, deparamo-nos com conceitos como - subjetividade, identidade, personalidade - que produzem a importância da família como espaço de formação da pessoa, do cidadão.

¹¹ Autores, da literatura analisada, que exemplificam as nomeações destacadas.

Lá [na família] são construídos e vivenciados os vínculos essenciais à formação da **personalidade**¹². A família na nossa sociedade é vista como a instância encarregada da proteção e provisão afetiva de seus membros (TRALLI, 2012, p. 38).

A falta da maternidade é encarada, muitas vezes, como uma falha que invalida a própria **identidade da mulher**. As mulheres que se recusam à maternidade – destino biológico e imposto socialmente a toda mulher – são consideradas exceções e por muitos, **anormais** (SILVA, 2012, p.31).

A Psicologia configura as condições ideais para a formação de sujeitos saudáveis, com um arcabouço teórico que institui a existência de características estanques, tais como personalidade, identidade. Esses conceitos psicológicos, que remetem à interioridade, contribuem para a produção de sujeitos e famílias, balizada por critérios de normalidade. Além disso, como afirmam Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005), suas prescrições e aconselhamentos sobre a normalidade das relações familiares, possibilita a legitimação de atitudes de exclusão e desqualificação.

As teorias desenvolvimentistas¹³ planejam um curso linear e padronizado para o desenvolvimento, delimitado em períodos, possibilitando formas ideais de interação e socialização do que convencionou-se chamar: infância, adolescência, adultez e velhice. Criase a promessa da prevenção dos *desvios de conduta* e dos comportamentos *desviantes*, se salvaguardadas e seguidas à risca as prescrições científicas. Nas situações em que esse *conhecimento* não é presentificado, ou seja, quando não são seguidos os preceitos para um *bom* convívio, quando não é ofertada uma *boa* educação e os pais não dão *bons* exemplos, surgem: *desvios, infrações, drogadição*.

As famílias de crianças vítimas de violência doméstica experimentaram mais eventos adversos que as sem história de risco psicossocial relatado, principalmente as adversidades parentais pregressas, que incluíram mais situações de ausência da mãe, de conflitos recorrentes e brigas entre os pais, de separação e novo casamento dos pais, de abandono de um dos pais, de consumo de álcool ou droga ou problema de saúde mental por parte de um dos pais (MILANI, 2008, p.64).

Vemos assim, que o discurso psicológico encontra terreno fértil para explicações do tipo causa e efeito, calcadas em fundamentações arraigadas nos conceitos psicológicos e psicopatológicos. As Teorias do Apego proclamam a necessidade de afeto, como condição essencial para um desenvolvimento *saudável*, as más influências dos comportamentos parentais circulam, nos discursos psicológicos, como prejudiciais para a saúde na/da família.

¹² Todos os grifos desse capítulo são meus.

¹³ Os textos, em questão, como citamos anteriormente, assinalam referência às fases do Apego – psicanalíticas- à Teoria Bioecológica, às teorias do Desenvolvimento, importadas.

Todavia, identificamos discursos divergentes dessa perspectiva, o trabalho de Pereira (2012), discute o Programa Família Acolhedora e as estratégias de gestão da minoridade realizada pelas políticas públicas. A autora aponta que:

É essa produção de anormais que justifica as políticas públicas de cunho correccional. É porque se dispõe de um modelo de família ideal que se faz necessário intervir nas famílias consideradas errantes (p. 111).

Fernandes e Aragão (2011) apresentam a discussão realizada, a partir de entrevistas com conselheiras tutelares sobre a relação entre escola e conselho tutelar. Apontam que o Conselho Tutelar recorre à Psicologia como panaceia:

As conselheiras relataram que encaminham muitos casos de rebeldia e violência a um psicólogo, buscando, dentro dos precários serviços públicos de saúde, encontrar um lugar para essas crianças e adolescentes. Compreendemos esse tipo de atuação como sendo uma solução paliativa e que gera alívio no cotidiano de trabalho, porém implica uma série de questões que levam as demandas a serem tratadas de forma individual e restritas ao campo da psicologia. Ou seja, estabelece um cotidiano esvaziado politicamente e tornam invisíveis as formas de dominação e exploração. Tais demandas passam a ser atribuídas ao campo do psiquismo entendido como próprio da vida interior do sujeito. Com isso, conflitos e demandas são transformados em patologias (p. 225).

A Psicologia refere-se a uma família com funções instituídas histórica e socialmente. Atentamos para uma relação de tutela estabelecida a partir das prescrições psicológicas em relação aos modos de ser/estar em família. As funções familiares encontram-se (pré)definidas e orientadas por um *dever ser* característicos dos discursos científicos que contribuem para a (psico) patologização das relações familiares.

5.3. (DES) ESTRUTURAÇÃO FAMILIAR: DE QUE ESTRUTURA SE FALA?

Encontramos na literatura analisada, nas seções/capítulos que descrevem a composição do grupo familiar ou nas definições utilizadas pelos autores, a referência ao grupo familiar enquanto estrutura:

De que forma certas falhas e excessos que marcam a **estrutura familiar** contemporânea poderiam estar contribuindo para a intensificação do sentimento de desamparo nos sujeitos? (SAVIETTO, 2009, p. 12).

Esse processo de lidar com as crianças fora da **estrutura da família nuclear** não figura como escolha, é uma estratégia de sobrevivência (PINHO, 2012, p. 59).

Encontramos algumas produções científicas que rompem com o discurso hegemônico de estrutura e apresentam outras configurações ao referirem-se à: famílias em rede, emaranhadas, reais, família vivida (ANTONI, KOLLER, 2000; TASSARA, NORTON, MARQUES, 2010; COSTA, 2012; SILVA, 2012; SOARES, 2012).

De acordo com o dicionário Aurélio (online) o significado do verbo estruturar é: *v.t. Dar estrutura a; organizar, dispor segundo uma ordem.* A família analogamente à concepção de sujeito de Coimbra e Leitão (2003), está para além de essencialismos, pois é produzida e produtora, não acabada e apresenta-se em constante movimento. Falar em família estruturada é aprisioná-la em um conceito estático, maniqueísta, que não dialoga com a plasticidade das organizações familiares; pensá-las a partir das categorizações estruturada/desestruturada parece cindir a mutabilidade inerente à organização familiar.

Essa *estrutura* sofre variações na literatura, nos trabalhos de Campos (2004) e Ribeiro (2012), por exemplo, culmina com a produção de uma normalização familiar, fala-se em famílias adequadas. Campos (2004) propõe reflexões junto a uma equipe multiprofissional de uma Vara da Infância e da Juventude, sobre subjetividade e o estudo psicossocial da adoção. Nas entrevistas realizadas, há uma inquietação das entrevistadas, em relação ao alcance das prescrições do ECA quanto aos critérios para a adoção. Nesse sentido o Estatuto propõe no Art. 29: “Não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça **ambiente familiar adequado**” (p.5).

Ainda recorrendo ao significado atribuído pelo dicionário Aurélio (online) - *adequado: adj. Apropriado, adaptado, que corresponde perfeitamente a um objetivo: expressões adequadas* - não tem a intenção de aprisionar os sentidos das palavras e limitá-lo ao seu significado, mas de refletir sobre o uso institucionalizado delas para refletir sobre os seus efeitos. Com isso, queremos dizer que a imposição da existência a um ambiente familiar adequado, “estruturado”, organizado segundo uma ordem, possibilita a produção de famílias *não adequadas*.

Eleger uma estrutura, a partir de um modelo pré-concebido de família, tende a (des) qualificar as famílias vividas, já que essas não são encaixadas nos padrões vigentes. Esses discursos alegam que essa inadequação, tornar-se-á prejudicial ao desenvolvimento *normal* das crianças e adolescentes.

Ribeiro (2012) em seu estudo sobre a Representação Social de professores em relação ao abuso sexual infantil aponta, na análise de conteúdo realizada, que:

(...) entrevistas sugerem que os professores compreendem este abuso como uma modalidade de violência e o associam a um contexto familiar considerado promíscuo e incapaz de proteger as crianças, relacionado principalmente às camadas pobres (p. 93).

Na cartografia realizada por Pereira (2012), do Programa Família Acolhedora, do Rio de Janeiro, a autora destaca um trecho do Relatório Anual do PFA no qual o documento aponta como objetivo principal do Programa, desenvolver estratégias que promovam a reestruturação familiar. Pereira conclui que,

(...) parte-se do princípio de que se trata de famílias desestruturadas e sem referências morais, ensejando uma perspectiva normatizadora. Acreditamos que esse desafio de compreender as questões morais locais e repensá-las eticamente, sem atribuir necessariamente um juízo de valor, seria exercício permanente no PFA. Não raro, ouvimos de famílias com valores bastante diferentes dos nossos que aquilo que consideramos um ato de violência é apenas um modo de educar, de ensinar. No entanto, parâmetros legais inscrevem tal ato em outro plano, entendendo-o como violação, por exemplo (p. 62-63).

Essas ações/políticas públicas norteadas por discursos moralistas e normativos de família nos falam de uma cisão e distanciamento existente entre as produções teóricas e a prática. Fala-se de uma família que habita os livros, os papéis, que dialoga com as fundamentações teóricas, contudo essas práticas e políticas não alcançam as famílias vividas, as famílias reais. Como veremos no próximo eixo discursivo, a estrutura a qual a literatura se refere é esfacelada pelas famílias “reais” que não mantêm o arcaico padrão nuclear.

5.3.1. AUSÊNCIA PATERNA E FAMÍLIA MATRILINEAR: FAMÍLIA (DES) ESTRUTURADA?

A literatura analisada faz uma discussão temporal sobre a construção social da família enquanto grupo circunscrito ao ambiente doméstico, lugar de intimidade e de privacidade, para isso trazem para o diálogo, as vozes de: Ariès (1973), Donzelot (2001), Costa (2004), Fonseca (2002; 2005), Sarti (2003, 2007). Ainda que a maioria dos autores faça esse percurso temporal, ressoam no texto concepções romantizadas e apriorísticas, que indicam a procura pela família tradicional.

A tradicional família burguesa, enredada por valores patriarcais aparecem distantes das famílias apresentadas nas produções acadêmicas analisadas. Encontramos famílias

matrilineares, como são denominadas, as que são chefiadas por mulheres. A ausência paterna, física ou simbólica, é destacada e apontada como um dos fatores que contribui para a fragilização da família. Como assinalado no trabalho de Arpini e Quintana (2003):

(...) elas [as mães] precisam “manter as rédeas”, pois temem que, na ausência de um “pai”, as filhas e os filhos não venham a respeitá-las e conhecer as noções de limites necessárias (...) A família monoparental, matrilinear, coloca a mãe nessa dupla **função de mulher mãe e trabalhadora**, de modo que ela passa a exercer parte da tradicional autoridade masculina para evitar fragilizar ainda mais sua família, uma vez que não há um homem para prover teto, alimento e respeito, ficando por conta dela a economia da família (p. 32).

A permanência das funções tradicionais, ao pai o sustento e à mãe os cuidados, tendem a idealizar e sobrecarregar a figura materna. A mulher não mais por uma questão de escolha, mas de garantia de sustento é obrigada a ocupar além das funções maternas, a de trabalhadora, “dona de casa”, esposa, dentre as outras possíveis funções sociais que podem ser destinadas a ela. Com a impossibilidade de manter-se nesses lugares, são construídas parcerias com a escola, a família extensa e com outros dispositivos que possibilitam a sobrevivência da família. Assim, essas funções delimitadas por gênero apresentam-se obsoletas, cotidianamente, mas são presentificadas no discurso científico (AMAZONAS *et al* 2003). As funções maternas são balizadas por teorias psicológicas, em especial Teorias do Desenvolvimento Humano e Psicanálise:

A concepção de desenvolvimento apoiada na importância das relações de apego com a figura materna promove a família o *locus* privilegiado para formação de vínculos e desenvolvimento emocional saudáveis. Todavia, não será qualquer família, uma vez que, em geral, supõe-se a **estrutura de família nuclear burguesa** como capaz de atender às condições necessárias ao desenvolvimento de vínculos afetivos considerados “mais consistentes” (PEREIRA, 2012, p.27).

A mãe é tão fundamental para a constituição da subjetividade quanto o ar que o bebê respira (GOMES, 2012, p. 216).

A família e, especialmente, a mãe foram historicamente forjadas como responsáveis pela proteção e cuidado, como já discutimos anteriormente. Contudo, as respostas não têm correspondido às expectativas delegadas e são produzidos discursos governamentais/científicos de culpabilização. Araújo (2002), sobre violência e abuso sexual na família, apresenta uma compreensão determinista e assistencialista na atuação com famílias nesse contexto, afirma que “a família precisa de ajuda” (p.8) e a negação e denegação da violência, chama “cegueira materna”. A autora apresenta um discurso determinista:

Mulheres que sofreram abuso sexual na infância tornam-se vulneráveis a estabelecer relacionamentos com homens abusivos e, são menos capazes de proteger suas filhas (p. 8).

A temática da violência/abuso sexual também é estudada por Pinho (2012), com famílias em situação de abuso, atendidas em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). A autora pontua na análise, que as mães/mulheres sentem-se responsáveis pelas situações de violência, o que em parte é fomentado pelo discurso social:

As mulheres podem ser e são frequentemente responsabilizadas pela ocorrência de violências contra crianças e adolescentes no âmbito familiar, por falharem na tarefa de prestar cuidados e proteção a seus filhos e filhas. A visão tradicional de que as mulheres são responsáveis pelos cuidados com a família pode fortalecer essa crença de que são culpadas pelas situações de violência que ocorreram contra essas crianças e adolescentes (p.50).

Além de cuidados a família deve, sobretudo, oferecer proteção. Imanente às funções do gênero feminino, é forjado o instinto materno de cuidado. Antoni e Koller (2000) investigaram a compreensão de adolescentes institucionalizadas, em abrigo, decorrente da existência de maus tratos. As autoras pontuam que:

O desgaste na relação com a mãe, uma das pessoas que **deveria estar** mais próxima em sua rede de apoio social e afetivo, coloca a menina numa situação de vulnerabilidade, isto é, a mãe, que poderia desempenhar o papel de cuidadora, não o faz (p. 358).

O trecho destacado acima exemplifica as contribuições da Psicologia, para a naturalização do cuidado materno/familiar e para a sacralização do espaço doméstico. Sarti (2004) considera que essa naturalização das relações familiares, está relacionada à família por configurar-se como espaço para acontecimentos vitais ligados ao corpo, dentre esses: nascimento, amamentação, envelhecimento.

5.4. FAMÍLIA: UM LUGAR DE RISCO E PROTEÇÃO

As temáticas discutidas pela literatura perpassam processos de saúde-doença, violência e maus tratos cometidos por familiares, Políticas e Programas governamentais, dispositivos legais/jurídicos, adolescência e infração, tipos de violência. São discutidos e conceituados os subtipos de violência: abuso sexual, violência doméstica, psicológica e negligência.

São elencadas funções e obrigações, que tornam o grupo familiar lugar de risco e proteção. A violação dos direitos acontece pelo descumprimento das responsabilidades instituídas à família. Nesse sentido a literatura analisada, assinala:

Quando definimos família, nos referimos à presença de “um outro” significativo para a criança que a auxilie não só na sua sobrevivência, mas também na construção de referenciais, de valores, de modelos de identificação e de trocas afetivas e sociais. Entretanto, nem sempre esses laços conseguem garantir proteção e vínculos afetivos saudáveis (RIBEIRO, 2012, p.15).

O modo de se organizar da família é um aspecto importante de como ela conduz o processo de socialização dos seus filhos, transmitindo-lhes valores, normas e modelos de conduta e orientando-os no sentido de tornarem-se sujeitos de direitos e deveres no universo doméstico e na esfera pública (SILVA, 2012, p.34).

Família exerce um papel essencial ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, sendo **responsável tanto pela saúde quanto pela patologia de seus membros**, ou seja, entende-se que a família pode ser vista como fator de risco ou fator de proteção ao desenvolvimento (ZAPPE, 2012, p.395).

A demarcação das obrigações e funções produz a família enquanto fator de risco, nefasta ao *bom* desenvolvimento da prole e passível de controle e vigilância por parte dos mantenedores da garantia e efetividade dos direitos das crianças e adolescentes. A caracterização das famílias como negligentes, violentas, fracassadas em suas funções, como aponta a produção científica, destacada abaixo, possibilita a existência de ações e políticas direcionadas a elas, a partir dessas considerações:

Questões como abandono, negligência, maus tratos ou quaisquer ameaças ou violações são consideradas como situações de risco e como expressão do fracasso das famílias no exercício das funções parentais (SOARES, 2012, p.15).

(...) Esta visão idealizada da família não permite que estas meninas enfrentem a realidade de sua família ser violenta e negligente (ANTONI; KOLLER, 2000, p.374).

A violência circula na literatura analisada enquanto fenômeno democrático, que atinge indistintamente todos os níveis sociais, porém dentre as possíveis nuances do contexto familiar que poderiam ser relevadas, destaca-se nos textos analisados, a pobreza. Famílias em situação de risco, em condição de vulnerabilidade social, família pobres, vítimas dos abandonos sociais. A ciência, nesse caso a Psicologia, ao pesquisar famílias pobres autoras de maus-tratos, corrobora com a manutenção e fortalecimento da relação entre violência e pobreza. Assim, famílias abusivas, negligentes e violentas são performadas. Além de responsabilizadas pela violação e maus tratos são consideradas vítimas do abandono social e expostas à situação de vulnerabilidade:

As famílias que abandonam seus filhos são certamente vítimas dos mesmos processos de abandono que agora perpetuam em sua prole. Foram também

negligenciadas, abusadas física e psicologicamente, desassistidas pela família e pelo Estado (GOMIDE, 2003, p.44).

São muitos os processos envolvidos na dinâmica de famílias abusivas. Nas famílias objeto deste relato, dois fatores se destacam: a *questão de gênero* e o *fator econômico* (ARAÚJO, 2002, p. 9).

A pobreza figura, portanto, como um dos fatores que pode estar associado às complexas e multifacetadas situações de violência (PINHO, 2012, p. 113).

(...) o aspecto socioeconômico não aparece isolado em nenhuma família, mas reforçado com outros indicadores: maus-tratos, **maternidade precoce**, comprometimento psíquico, história de vida dos genitores e número elevado de filhos, conforme pode ser comprovado pelo perfil apresentado das famílias (AZÔR; VECTORE, 2008, p. 85).

A violência, em alguns casos, é justificada por seu caráter cíclico, a família sofre, produz e reproduz comportamentos violentos; a perpetuação desse ciclo ao longo de distintas gerações, é definida como violência intergeracional:

Crianças que vivem em situação de violência familiar aprendem a usá-la como forma de vida e têm grande possibilidade de reproduzi-la nos seus relacionamentos, tanto na condição de criança quanto na de jovem ou adulto (ARAÚJO 1996 citado por ARAÚJO, 2002, p.4).

Esses discursos que explicam a violência a partir de suas características repetitivas e, atreladas à pobreza e histórico familiar, tendem a naturalizar e estigmatizar essa relação. O ECA por meio de preceitos normalizadores e da legitimação da criança e adolescente como sujeitos de direitos traz a negligência como uma subcategoria dentre as possíveis violências cometidas pela sociedade e família. Nesse sentido, Pereira (2012) discute a produção de famílias negligentes, a partir da emergência do conceito de negligência:

(...) se a pobreza não mais justifica a retirada da criança da convivência familiar, é a negligência, produzida a partir do ECA, que cumpre esse papel (p.19).

Pereira (2012) problematiza ainda, a diferenciação na adjetivação de fenômenos idênticos quando pertencentes à classes sociais distintas, o que a autora considera uma forma de discriminação simbólica. Faz um contraponto comparando termos utilizados para descrever os mesmos fenômenos: maternidade precoce x maternidade celebrada (assistida), mãe solteira x produção independente, família mosaico x família desestruturada:

Enquanto nas clínicas privadas, a maternidade assistida é celebrada, nos postos de saúde encontram-se prioritariamente cartazes sobre controle de natalidade. Se o comportamento das famílias de classes mais abastadas pode ser dirigido pelo desejo e poder de escolha, o das famílias pobres parece determinado pelos instintos; se os diversos casamentos são conhecidos com

o simpático nome de “família mosaico” para as famílias ricas, no caso das pobres recebem o atributo de “desestruturadas”. Se, nas classes médias, uma mulher pode decidir-se por uma “produção independente”, nas famílias pobres ganham status de “mãe solteira” (p. 110-111).

Nossas ações e conceitos são construídos a partir das condições de possibilidades. Nomear algo de ‘x’ e não de ‘y’ institui a existência de ‘x’ e com isso podemos lidar com ‘x’ enquanto ‘x’. Queremos destacar com isso o caráter performativo da fala/discurso. O surgimento desses conceitos - negligência, maus-tratos - torna possível a existência de práticas negligentes ou violentas e permite a criação de estratégias e ações que não poderiam existir anteriormente a essa denominação.

5.5. “DAR” FAMÍLIA A QUEM PRECISA? O DISCURSO ESTATAL E A PRODUÇÃO DA FALTA FAMILIAR

O direito à convivência familiar e comunitária, regulamentado no art. 4º do ECA, norteia práticas que almejam o fortalecimento de vínculos e o resgate desses, trata-se da produção de estratégias que visam a renovação dos laços afetivos e reordenamento da família como espaço de proteção. Nos casos em que forem esgotadas as possibilidades de manutenção na família, segundo o ECA, aciona-se o Programa Família Acolhedora. Vemos então, a produção da necessidade de restituição de uma falta criada pela própria política, dar família a quem precisa:

Por ser um grupo privilegiado, capaz de promover transformações e responsável pelo desenvolvimento de seus membros, as famílias se tornaram foco de intervenções das Políticas Públicas de Proteção (PINHO, 2012, p.23).

Produz-se através dos discursos científicos e governamentais, a família como lugar de oferta de cuidados, essencial para o desenvolvimento saudável. A Psicologia serve assim, de arcabouço teórico para a formulação dessas políticas e programas no Brasil, dentre esses os de acolhimento:

É notável a recorrência à psicologia como saber científico capaz de dar respaldo às normativas legais defensoras da convivência familiar, prioritariamente na família de origem (PEREIRA, 2012, p.23).

O direito à convivência familiar está ancorado em teorias que, priorizam os vínculos afetivos com os pais, elas postulam também sobre os efeitos nocivos da institucionalização para o desenvolvimento *saudável*. Aqui reiteramos a aplicação unilateral dessas políticas e programas sociais, que direcionam suas estratégias para as famílias em situações de vulnerabilidade. Ainda que, como apontamos anteriormente, o espaço familiar tenha se

configurado como ambiente privado, a necessidade de uma intervenção estatal dirime esse a tênue linha que os separa. Podemos afirmar, fundamentada nessa análise, que essas intervenções são formuladas e, comumente realizadas, considerando a deficiência na provisão de cuidados, como se essa deficiência fosse inerente às condições econômicas e sociais. Nesse sentido a literatura analisada assinala:

(...) políticas públicas voltadas para a família disseminam um modelo de cuidado, em consonância com normativas e regulamentações amparadas pelos saberes “científicos”, os quais elaboram cartilhas, manuais e subsidiam campanhas cujos modelos educativos em muito se distanciam da realidade das famílias que pretendem assistir (PEREIRA, 2012, p. 104).

Essa valorização da família aparece incrustada em distintos espaços sociais e o campo dos documentos legais é um deles (LIRA, 2012, p. 17).

O Estado outrora responsável por abrigar as crianças abandonadas e inseri-las em orfanatos ou instituições de caridade, agora delega à família e à sociedade a preservação dos seus *filhos*. Na contramão do discurso da política, ecoam as vozes de algumas crianças e adolescentes, participantes dos trabalhos analisados, que tiveram os vínculos familiares rompidos. Elas falam da rua como lugar de pertencimento e de identificação. As tentativas de retomada dos laços e retorno ao convívio familiar representam o desejo de quem?

Que escuta fazer dessas famílias que, de uma forma ou de outra — idealizada ou não, com ressentimento, com saudade ou com desprezo —, estão inscritas na subjetividade dessas crianças e desses adolescentes? De que modo intervir no sentido de facilitar o caminho de volta para casa, para o convívio familiar? Até que ponto se faz possível essa intervenção, no sentido da volta, e em que momento, mesmo dando continuidade ao acompanhamento familiar, constatar a inviabilidade do retorno — uma inviabilidade por nós considerada, na maioria das vezes, momentânea? (BARROS, 2008, p. 452).

Assim, pontuamos que cabe problematizar a aplicação irrefletida de diretrizes e protocolos que homogeneízam necessidades e famílias, fundamentados em científicimos ou conhecimentos estatísticos. O discurso psicológico, da literatura analisada, apresenta-se ora moralista e normalizador ora questionador e produtor de novas concepções de famílias. O trabalho na/ com/para a família requer que sejam *desestruturados* os padrões ainda vigentes. Exige de nós, enquanto produtores do conhecimento e profissionais, um diálogo acolhedor, aberto para esses novos arranjos e promotor das potencialidades da família enquanto grupo, considerando-a para além dos aspectos biológicos, jurídicos e religiosos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicologia tem publicado discussões sobre família atrelada à (Psico) Patologia, intervenção/atuação, gênero/sexualidade, processos educativos, questões jurídicas, rede/violação e à pesquisa com família. Nossa leitura circulou nesses campos e o interesse pousou nas discussões sobre as questões jurídicas, rede e violação. Os documentos legais e programas governamentais, subsidiados pelos discursos jurídico e psicológico, têm produzido a emergência de famílias negligentes. O ECA, regula sobre a proteção, das crianças e adolescentes, em relação aos subtipos de violência – negligência, maus tratos, violência psicológica, abuso sexual, violência doméstica- e as considera situações de risco e violação de direitos.

O diálogo com a literatura apresentou-se ora conturbado ora deslumbrado com as contribuições da Psicologia. A produção desse trabalho possibilitou num primeiro momento a contemplação dos discursos psicológicos proferidos com vistas à problematização posterior. Vimos a família ter sido utilizada como subterfúgio para explicar os problemas sociais, os *desvios* de conduta, vimos sobretudo, a psicologização das relações e características individuais e familiares, como apontamos na discussão. A Psicologia do Desenvolvimento e as Teorias do Apego se sobressaem e amarram a família, prescrevendo normas e modos de dever ser/estar. Os tradicionais conceitos psicológicos que remetem à características estanques – personalidade, identidade, estilo parental, vínculo e apego permeiam as falas. Os problemas sociais, busca-se explicá-los a partir do que é familiar, dos repertórios psicológicos, o que tende a simplificar os fenômenos e a produzir discursos ancorados em um terreno seguro (YAMAMOTO, 2010). Apontamos, contudo, para os riscos de uma simplificação da complexidade das relações familiares a partir de explicações de causa e efeito, que localizam no espaço doméstico e/ou no sujeito/pessoa/indivíduo a etiologia das mazelas sociais.

Nesta dissertação foram as políticas, programas e discursos governamentais – PNCFC, ECA, Programa Família Acolhedora- que lidam com a família enquanto espaço de proteção e risco que emergiram. Postulam a família enquanto guardiã e violadora, contudo asseguram antes a convivência familiar que a institucionalização. A importância e necessidade do convívio familiar, vimos que é uma das contribuições do conhecimento psicológico, que produz a família enquanto transmissora de valores, responsável pela socialização, lugar de construção de vínculos. Todavia, essa salubridade do espaço doméstico, por vezes é

ameaçada; nesses casos são acionados os aparatos legais e estatais, para a manutenção da ordem e da efetividade de garantia dos direitos da criança e adolescentes e dos deveres da família e sociedade. Como vimos na discussão realizada, o Programa Família Acolhedora produz a ausência da família – especialmente a afetiva e simbólica- e a restitui temporariamente, com a inserção da criança/ adolescente em uma família desconhecida. O Estado apresenta estratégias de manutenção do ambiente familiar, seja por meio do PFA, das tentativas de reintegração familiar ou da adoção. A família é performada como origem, meio e fim.

Não foi objetivo, nessa dissertação, defender os benefícios, tampouco apontar os prejuízos da perpetuação da família como célula social. Os arranjos familiares atuais têm sobrevivido graças à terceirização das suas funções, institucionalizadas, que já lhes foram tão distantes e tão peculiares. Alguns autores dentre eles, Sarti (2010) e Amazonas (2003) interpretam essas estratégias de sobrevivência, típicas de famílias pobres, enquanto indiferenciação entre público e privado, já que se referem ao auxílio, na educação das crianças/ adolescentes, conferidos pela vizinhança e família extensa.

Sob o rótulo da pobreza/vulnerabilidade produz-se discursos que transformam e homogeneizam em uma única categoria: famílias pobres. É simplista discutir sobre a família que convive com a pobreza e ressaltar apenas o fator econômico, elas sofrem violências - físicas e simbólicas- as faltas circulam e produzem necessidades. E, a Ciência aproveita-se, em nome da pobreza, para proferir conhecimentos massificantes. Não queremos com isso, conferir à família o lugar de vítima e produto social. Ao contrário, sua plasticidade e manejos cotidianos têm possibilitado a ressignificação e a busca de formas de enfrentamento para manter-se enquanto família. Contudo, encontramos discursos que se contrapõem à homogeneização da família e assinalam suas especificidades e potencialidades. Aproximamos dessas Psicologias que apresentam rupturas e desnaturalizam as relações familiares.

Trabalhar com família requer a abertura para reflexões, essas negociações ultrapassam a ressignificação da formação acadêmica em Psicologia, norteadas, predominantemente, para o trabalho com sujeitos, com uma pessoa, com um *no* singular. Requer um esforço constante de estranhamento e abertura para o novo. Pesquisar/atuar com família nos obriga a desestruturar os valores que nos *estruturam*, exige uma escuta acolhedora, aberta para a multiplicidade do cotidiano dessas famílias que se modificam hodiernamente. Falar sobre famílias demanda um afastamento dos moldes, do “dever ser”, daquilo que nos é familiar. Os discursos

generalizantes tomados como verdade pouco têm a contribuir no sentido de incitar transformações sociais e culminam com a produção de famílias desqualificadas e desviantes.

REFERÊNCIAS

- AMAZONAS, M. C. L. de A. et al . Arranjos familiares de crianças das camadas populares. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 8, n. spe, p.11-20, 2003 .
- ARAÚJO, M de F. Violência e abuso sexual na família. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 7, n. 2, Dec. 2002 .
- ARIÈS, P. **A história social da criança e da família**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ARPINI, D.M.; QUINTANA, A. M. Identidade, família e relações sociais em adolescentes de grupos populares. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas , v. 20, n. 1, Apr. 2003 .
- AUSTIN, J. L. **Cómo hacer cosas con palabras**. Barcelona: Paidós, 1971.
- AYRES, L. S. M. **De menor à criança, de criança a filho**: discursos de adoção. 2005. 274f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2005.
- AZOR, A. M. G. C. V.; VECTORE, C. Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas , v. 25, n. 1, Mar. 2008 .
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARROS, R. D B. de; Josephson, S. C. **A invenção das massas: a psicologia entre o controle e a resistência**. In: Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. A. L. & Portugal, F. T. (orgs.) História da Psicologia. Rumos e percursos. RJ: Nau Editora, 2005.
- BARROS, P. C. M. de et al . Era uma casa ...!? discurso, dinâmica familiar e contingências da rua. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 14, n. 3, Sept. 2009 .
- BERNARDES, J. de S. **O debate atual sobre a formação em Psicologia no Brasil**: permanências, rupturas e cooptações nas políticas educacionais. 2004. 198f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica –(PUCSP), Campinas, 2004.
- BILAC, E. D. Família: algumas inquietações. In: In: CARVALHO, M. do C. B. de C. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Editora Cortez, pp. 29-38,1995.
- BOING, E.; CREPALDI, M. A. Os efeitos do abandono para o desenvolvimento psicológico de bebês e a maternagem como fator de proteção. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas , v. 21, n. 3, dez. 2004 .
- BRASIL. **Lei nº 3.071**, de 1º de janeiro de 1916. Sanciona o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento**. Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 3203**, de 18 de junho de 2008. Institui o Programa Família Acolhedora (PFA).
- BRASIL. **Lei nº 8069**, de 13 de julho de 1990. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

CAMPOS, Niva Maria Vasques; COSTA, Liana Fortunato. A subjetividade presente no estudo psicossocial da adoção. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre , v. 17, n. 1, 2004 .

CARVALHO, M. do C. B. de C. A priorização da família na agenda da política social. In: CARVALHO, M. do C. B. de C. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Editora Cortez, pp. 11-22,1995.

CARVALHO, M. do C. B. de C. Famílias e Políticas Públicas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (orgs.), **Famílias redes laços e políticas públicas**. São Paulo: Editora Cortez, pp. 267- 264, 2010.

COIMBRA, C.M.B.; Leitão, M.B.S. Das essências às multiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividades. **Psicologia e Sociedade**, v.15, n.2, p. 6-17, Dez.2003.

COSTA, J. F. **A ordem médica e a norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 5ª ed, 2004.

COSTA, C. **Filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 3ª ed., 2007.

COSTA, B. N. da S. **Sexualidade e violência em famílias de adolescentes que cometeram ofensa sexual**. 2012. 167f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) - Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2012.

CUNHA, F. L. da. **Destituição do poder familiar no espaço do conselho tutelar: abandono, maus-tratos e negligência de quem?** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

CRUZ, L.; HILLESHEIM, B.; GUARESCHI, N. M. de F. Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 42-49, Dec. 2005.

DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. **Estud. psicol.** (Natal), Natal , v. 5, n. 2, p. 347-381, dez. 2000 .

DIMENSTEIN, M. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estud. psicol. (Campinas)**, v.5, n.1, p. 95-121, Jun. 2000.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1980.

FARIAS, C. C. de. A família da pós-modernidade: em busca da dignidade perdida. **Revista Persona**, Argentina, n. 9, 2002. Disponível em: <<http://www.revistapersona.com.ar/Persona09/9farias.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

FERNANDES, P. V.; ARAGAO, E. M. A. Peculiaridades entre conselho tutelar e crianças encaminhadas pela escola. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 23, n. 1, Apr. 2011 .

FONSECA, Claudia. Mãe é Uma Só?: Reflexões em Torno de Alguns Casos Brasileiros. **Psicol. USP**, São Paulo , v. 13, n. 2, 2002 .

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7ed. -Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 91, nov. 1994 .

GOMES , C. C. **Adolescentes autores de atos infracionais e histórias de vida**: construindo histórias em intervenção grupal no contexto da medida socioeducativa de liberdade assistida 2012. 201f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2012.

GOMIDE, P. I. C.; GUIMARAES, A. M. de Ab.; MEYER, P. Análise de um caso de extinção do poder familiar. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 23, n. 4, dez. 2003 .

IBÁÑEZ, T. G. O “giro linguístico” In: ÍÑIGUEZ, L. (Org.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 19-49. 2004.

ÍÑIGUEZ, L. **La Psicología Social en la encrucijada postconstruccionista**: historicidad, subjetividad, performatividad, acción. In: XII Encontro Nacional da ABRAPSO, Porto Alegre, RS, Porto Alegre, RS. Anais, 2003.

ÍÑIGUEZ, L. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

JUNQUEIRA, L.; PROENÇA, N. G. **Políticas Públicas de atenção à família**. In. Famílias e Políticas Públicas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (orgs.), Famílias redes laços e políticas públicas. São Paulo: Editora Cortez, pp. 217-227, 2010.

LIRA, P. P. B. de. **Processos de significação sobre família em crianças acolhidas institucionalmente**. 2012. 165f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2012.

MARTINS, L. B.; COSTA, N. R. do A.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Acolhimento familiar: caracterização de um programa. **Paidéia** (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 20, n. 47, dez. 2010.

MEDRADO, B. D. **Tempo ao tempo**: a gestão da vida em idade. 2002. 124f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-USP), São Paulo, 2002.

MEDRADO, B.D. et. al. Literatura científica sobre gravidez na adolescência como dispositivo de produção de paternidades. In: TONELI, M. J. F. et. al. (Orgs.). **O pai está esperando? Políticas Públicas de saúde para a gravidez na adolescência**. Florianópolis: Mulheres, 2011. p. 11-25.

MÉLLO, R. P. et al. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre , v. 19, n. 3, dez. 2007.

MILANI, R. G.; LOUREIRO, S. R. Famílias e violência doméstica: condições psicossociais pós-ações do conselho tutelar. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 28, n. 1, p. 50-67, 2008 .

NEVES, A. S.; ROMANELLI, G. A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar. **Estud. psicol.** (Campinas), Campinas , v. 23, n. 3, Sept. 2006.

OTTONI, P. John Langshaw Austin e a visão Performativa da Linguagem. **Delta**, São Paulo, v. 18, n. 1, 2002.

- PEREIRA, C. S. **“Família é a gente com quem se conta”**: o Programa Família Acolhedora ampliando a rede de pertencimento. 2012. 188 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2012.
- PINHO, A. R. I. **O atendimento a famílias em situação de abuso sexual**: um estudo exploratório. 2012. 189f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2012.
- RIBEIRO, E. M. As várias abordagens da família no cenário do programa/estratégia de saúde da família (PSF). **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 4, Ago. 2004 .
- RIBEIRO, M. A. T. **Os sentidos da pesca e a pesca de sentidos**: a perspectiva psicossocial para a compreensão do sumiço dos peixes da pesca de curral em Ipioca- Maceió. Maceió, EDUFAL, 2011.
- RIBEIRO, V. T. **O Adolescente em liberdade assistida, genitores e avós**: vinculação e práticas parentais. 138f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem). Universidade Estadual Paulista, UNESP, Bauru, 2012.
- ROMANELLI, G. Paternidade em famílias de classe média, **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 3, n. 2, 2004.
- RORTY, R. **El giro lingüístico**. Barcelona: Paidós/ICE-UAB, 1990.
- SARTI, C. A. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, v.15, n.3, p. 11-28, 2004.
- SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Org.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. 5 ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2010. p. 21-36.
- SAVIETTO, B. B.; CARDOSO, M. R. A drogadição na adolescência contemporânea. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 14, n. 1, mar. 2009 .
- SILVA, F. L. **Como ocorre a reintegração familiar? Investigando esse processo em uma amostra de crianças acolhidas**. 191f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, 2012.
- SILVA, R. A. O. da. **A adoção de crianças no Brasil**: os entraves jurídicos e institucionais. 2012, 137f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Educacional). Centro Universitário FIEO, Osasco, 2012.
- SILVA, E. Z. M. da; ROVINSKI, S. L. R. A família no judiciário. In: MAKILIM, N. B.; MAYCOLN L. M. Teodoro (orgs.). **Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção**. Porto Alegre: Artemed, pp. 209- 224,2012.
- SIQUEIRA, A. C.; DELL’AGLIO, D. D. Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 23, n. 2, 2011.
- SOARES, S. M. G. DE M. **FAMÍLIA – ABRIGO – RUA**: Construção de significados dos adolescentes nas passagens por contextos de desenvolvimento. 231f. Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2012.
- SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**: debates contemporâneos em psicologia social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. v. 1.

SPINK, M. J. P.; FREZZA, R. M. Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano – aproximações teóricas e metodológicas. In: Spink, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 17-40.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Práticas Discursivas e Produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas para análise das práticas discursivas. In: Spink, M. J. (Org.). **Práticas Discursivas e Produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 41-62.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**: debates contemporâneos em psicologia social. Centro Edelstein de pesquisas sociais, 2010.

SPINK, P. K. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, Dec. 2003.

SPINK, P. K. Análise de documentos de domínio público. In: Spink, M. J. (Org.). **Práticas Discursivas e Produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 123-152..

TASSARA, V.; NORTON, R. C.; MARQUES, W. E. U.. Importância do contexto sociofamiliar na abordagem de crianças obesas. **Rev. paul. pediatr.**, São Paulo , v. 28, n. 3, Sept. 2010 .

TRALLI, M. P. **Mãe e filha na família incestuosa**: a composição de um estranho lugar afetivo. 2012. 109f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2012.








YAMAMOTO, O. H.; Paiva, I. L. Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do “terceiro setor”. **Estud. psicol. (Campinas)**, v.15, n.2, p. 153-160, Ago. 2010.

ZAPPE, J. G.; DIAS, A. C. G. Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal , v. 17, n. 3, Dec. 2012 .

APÊNDICE A –

CLASSIFICAÇÃO DO LEVANTAMENTO DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS BRASILEIRAS REFERENTES À PSICOLOGIA E FAMÍLIA REALIZADO NOS PORTAIS DO SciELO E CAPES

Os quadros apresentados a seguir foram construídos a partir da primeira etapa do levantamento, na qual realizamos a leitura dos títulos e resumos e, posteriormente classificamos as publicações em categorias de acordo com as temáticas identificadas, apresentamo-las a seguir, agrupadas por cores. A primeira parte de cada categoria do quadro, refere-se às publicações indexadas no SciELO e a segunda às do Banco de teses e dissertações da CAPES.

	(Psico) Patologia
	Atuação
	Rede/Violação
	Processos Educativos
	Gênero
	Questões jurídicas
	Pesquisa sobre família

Ano	Temática	Área do Conhecimento	Autor(es)
1987	Esquizofrenia e variáveis familiares	Psicologia	Tekzis, Antônios I.
1992	Representação Social – AIDS	Psicologia	Souza Filho, Edson A. de
2003	Relações de apego de um indivíduo com depressão maior	Psicologia	Azevedo, Celina Monteiro
2004	Adultos com diabetes e adesão ao tratamento	Psicologia	Fechio, Juliane Jellmayer
2005	Convivendo com um irmão com Down	Psicologia	Peteau, Eucia Beatriz Lopes
2005	Depressão na infância	Psicologia	Calderaro, Rosana Simão dos Santos
2006	Famílias na rede de saúde mental	Psicologia	Romagnoli, Roberta Carvalho
2006	Cuidado de pessoas com transtornos mentais no cotidiano dos familiares	Psicologia	Dalla Vecchia, Marcelo
2007	Contexto familiar e problemas de saúde mental infantil (PSF)	Psicologia	Ferriolli, Silvia Helena Tortul
2007	Sobrevivente de cancro	Psicologia	Pinto, Cândida Assunção Santos
2007	Sintomas depressivos e eventos	Psicologia	Wathier, Josiane

	estressores em crianças e adolescentes		Lieberknecht
2007	Prevalência e preditores de sintomas depressivos após o parto	Psicologia	Costa, Raquel
2007	Avaliação da ocorrência de transtornos mentais comuns em usuário de um PSF	Psicologia	Bandeira, Marina
2007	Avaliação Psicossomática do Câncer de mama	Psicologia	Filgueiras, Maria Stella Tavares
2007	Pessoas com HIV: fatores de resiliência e proteção	Psicologia	Carvalho, Fernanda Torres de
2008	Alcoolismo:RS elaboradas por alcoolista e familiares	Psicologia	Santos, Muriella Sisa Dantas dos
2008	Discursos dos usuários de um CAPS e de seus familiares	Psicologia	Cirilo, Livia Sales
2008	Crises psicóticas: a fala dos pacientes e dos familiares	Psicologia	Carvalho, Nerícia Regina de
2009	Alterações das funções cognitivas de alcoolistas	Psicologia	Rigoni, Maisa dos Santos
2009	Familiares de pacientes psiquiátricos e sobrecarga subjetiva	Psicologia	Barroso, Sabrina Martins
2010	Obesidade mórbida e violência familiar	Psicologia	Almeida-Prado, Maria do Carmo Cintra de
2010	Trabalho e sofrimento mental	Psicologia	Pintor, Eliana A. S.
2010	Trabalho de homens com rocha e sofrimento mental	Psicologia	Moulin, Maria das Graças Barbosa
2010	Impacto do transplante hepático infantil na família	Psicologia	Anton, Márcia Camaratta
2010	Tratamento de transtornos mentais na adolescência	Psicologia	Nicoletti, Manoela
2010	Estudos com adolescentes e adesão ao tratamento HIV	Psicologia	Guerra, Camila Peixoto Pessôa
2013	Anorexia nervosa e transmissão transgeracional	Psicologia	Valdanha, Élide Dezoti
2013	UTI neo e o corpo	Psicologia (Grupo Hospitalar)	Barone, Luciana Rodriguez
2013	Filhos com pais em UTI	Psicologia	Lima, Fernanda de Azevedo
2013	RS do uso e abuso de drogas entre familiares	Psicologia	Medeiros, Katruccy Tenório
2013	Histórias contadas por familiares de ex-moradores de hospitais psiquiátricos	Psicologia	Frazatto, Carina Furlaneto

Temática	Tipo de trabalho	Ano	Linha de Pesquisa/referencial	Autor	Instituição
Família e sofrimento psíquico: um estudo com familiares de um CAPS privado	Dissertação	2012	Psicologia Social Discursiva	SILVA, JULIA SANTOS	UFPE
Profissionais do PSF e RS do alcoolismo	Tese	2012	Representações Sociais	SOUZA, LUIZ GUSTAVO SILVA	UFES
O HIV na terceira idade	Dissertação	2012	Foucault	JARDIM, LAISE NAVARRO	UFJF

Prevalência de transtornos mentais e comportamentais e percepção de suporte familiar em policiais	Dissertação	2012	Exploratório-descriutivo/índice de prevalência	CASTRO, MARIA CRISTINA D AVILA DE	
(DES)construindo o saberes sobre o uso de álcool	Dissertação	2012	Saúde Mental/Testagem	CARBONARI O, FELIPE AUGUSTO	Universidade Federal de São João Del Rei
Transtorno bipolar:adesão ao tratamento e psicoeducação	Dissertação	2012	Testagem (psicodiagnóstico)	MUSSI, SAMIR VIDAL	UEL
Reinternação psiquiátrica no campo da atenção Psicossocial	Tese	2012	Atenção Psicossocial	MACHADO, VANESSA CRISTINA	USP
Câncer infantil e familiar/cuidador	Dissertação	2012	Psico-oncologia (discurso descritivo)	COSTA, FRANCISCA FLAVIA LOUREIRO	Universidade Católica Dom Bosco
Transtornos alimentares: rede social e apoio social	Dissertação	2012	Análise de conteúdo temática	LEONIDAS, CAROLINA	USP
Representações Psicopatológicas de autores de crimes hediondos no Rorschach	Dissertação	2012	Testagem	AZAMBUJA, SIMONE PEREIRA DE OLIVEIRA	PUC-GO
Pacientes submetidos ao transplante renal: significados, vivências e qualidade de vida	Dissertação	2012	Processos Psicossocioculturais em Psicologia da Saúde	PICCOLI, FLAVIANY APARECIDA	Universidade Católica Dom Bosco
Figuras parentais, dinâmica familiar, transtornos alimentares e obesidade na adolescência	Dissertação	2012	Método construtivo-Interpretativo	MUGARTE, ILCKMANS BERGMA TONHA MOREIRA	Universidade Católica de Brasília
Crianças com cardiopatia Congênita e qualidade de vida	Dissertação	2012	Exploratório, descritivo e transversal	BARROS, LIZANDRA ALVARES FELIX	Universidade Católica Dom Bosco
Estudo da imagem corporal, do estresse e preferências alimentares de adolescentes e	Tese	2012	Testagem	REZENDE, CAMILA AZENHA ALVES DE	USP

seus cuidadores					
Sobrecarga de familiares de pacientes psiquiátricos e a influência de gênero	Dissertação	2012	Testagem	FELICIO, CYNTHIA MARA	Universidade Federal de São João Del Rei

Ano	Temática	Área de Conhecimento	1º Autor
1986	Terapia de família	Psicologia	Gomes, Heloisa Szymanski Ribeiro
1998	Avaliação do impacto do PSF	Psicologia	Trad, Leny Alves Bonfim
2000	Terapia comportamental com famílias de crianças agressivas	Psicologia	Silvares, Edwiges Ferreira de Mattos
2000	Práticas de atenção à saúde no contexto familiar	Psicologia	Oliveira, Maria Luiza Silva
2001	Psicologia e ética (cuidados paliativos)	Psicologia	Castro, Déborah Azenha de
2001	Psicólogo no serviço público de saúde e atuação frente à queixa escolar	Psicologia	Cabral, Estela
2003	O olhar da Psicologia: PSF e qualidade de vida	Psicologia	Souza, Rafaela Assis de
2004	O cuidar na percepção de pessoas idosas	Psicologia	Duarte, Camila Vianna
2004	O psicólogo como facilitador da interação familiar em UTI neo	Psicologia	Valansi, Luciana
2004	Atenção psicossocial em saúde mental	Psicologia	Vieira Filho, Nilson Gomes
2005	Intervenção psicológica em unidade de transplante renal	Psicologia	Garcia, Maria Lúcia Pinheiro
2005	O psicólogo na atenção primária	Psicologia	Soares, Teresa Cristina
2005	Novos paradigmas para a prática do psicólogo escolar	Psicologia	Andrada, Edla Grisard Caldeira de
2006	Autismo e intervenção	Psicologia	Bosa, Cleonice Alves
2006	Psicologia e PSF	Psicologia	França, Ana Carol Pontes de
2006	Possibilidades de atuação do psicólogo no PSF	Psicologia, Secretaria Municipal e Estadual de Saúde	Bittencourt, Rosane Aparecida do Amaral
2006	Clínica-escola e características da população atendida	Psicologia	Melo, Sandra Augusta de
2006	Grupo psicoterapêutico no CAPS	Psicologia	Cardoso, Cassandra
2007	Intervenção no autismo e Psicologia desenvolvimentista	Psicologia	Lampreia, Carolina
2008	O psicólogo na educação e queixa escolar	Inst. de Saúde (Secretaria Estadual de Saúde), Psicologia	Braga, Sabrina Gasparetti
2008	Não-adesão ao tratamento e auto-cuidado no contexto do PSF	Psicologia	Camargo-Borges
2008	Residência Multi em Saúde da Família e a formação de psicólogos	Psicologia	Clemente, Anselmo

2008	Psicologia comunitária e PSF	Psicologia	Gama, Carlos Alberto Pegolo da
2008	Grupo de reflexão com profissionais do PSF	Psicologia	Cambuy, Karine and Amatuzz
2008	Comunicação equipe-família em uma UTI	Psicologia	Nieweglowski, Viviane Hultmann
2008	PSF segundo usuários, gestores e profissionais	Psicologia	Ronzani, Telmo Mota
2009	Saúde Mental e apoio matricial na ESF	Psicologia	Dimenstein, Magda
2009	Limites e avanços da ESF	Psicologia	Leite, Rosana Farias Batista
2009	Análise institucional do PSF	Psicologia	Romagnoli, Roberta Carvalho
2009	Prática do psicólogo hospitalar e pensamento sistêmico	Psicologia	More, Carmen L. O. Ocampo
2009	Terapia multifamiliar no tratamento da dependência química	Psicologia	Seadi, Susana M. Sastre
2009	Psicologia e as demandas do direito de família	Psicologia	Lago, Vivian de Medeiros
2009	Ação da Psicologia: promovendo a saúde na educação infantil	Psicologia	Macarini, Samira Mafioletti
2009	Desinstitucionalização dos cuidados de pessoas com transtornos mentais na atenção básica	Psicologia	Dalla Vecchia, Marcelo
2009	Psicoterapia-breve pais-bebês: revisão da literatura	Psicologia	Prado, Luiz Carlos
2009	Intervenção precoce na comunicação pais-bebês com deficiência visual	Psicologia	Kreutz, Carla Meira
2009	Psicologia e Atenção Básica (PSF)	Psicologia	Sousa, Valdemar Donizeti de
2009	Cuidado em Saúde Mental por uma equipe do PSF	Psicologia	Vecchia, Marcelo Dalla
2009	Arranjos familiares e implicações à saúde (profissionais do PSF)	Psicologia	Gabardo, Roseclér Machado
2010	ESF: dispositivos, cartografias, clínicas e gênero	Psicologia	Peres, William Siqueira
2010	ESF e práticas em saúde mental	Psicologia	Camuri, Danilo
2010	Cuidado em saúde mental na atenção básica (ESF)	Psicologia	Ramos, Priscila Freitas
2010	O psicólogo na atenção básica (ESF)	Psicologia	Böing, Elisangela
2010	O psicólogo no CRAS	Psicologia	Andrade, Laura Freire de
2010	Abandono do atendimento em clínica-escola	Psicologia	Mantovani, Carina Cella Panai
2010	Estudo psicossocial do PSF	Psicologia (LAPSI)	Blanques, Ana Maria
2010	Clínica ampliada na atenção básica (PSF) e processos de subjetivação	Psicologia	Sundfeld, Ana Cristina
2010	Profissionais da ESF e concepções de adolescência	Psicologia	Fonseca, Débora Cristina
2010	PSF e orientação sobre amamentação	Psicologia	Cruz, Suélen Henriques da
2011	Psicólogos na ESF	Psicologia	Nepomuceno, Léo Barbosa
2011	Experiências da Psicologia na ESF	Psicologia	Neumann, Angélica Paula
2011	Clínica psicanalítica e adolescência	Psicologia	Ayub, Renata Cardoso Plácido
2011	Sofrimento psíquico do trabalhador da	Psicologia	Ribeiro, Sandra

	ESF		Fogaça Rosa
2011	Psicologia na Atenção Básica à Saúde (PSF)	Psicologia	Jimenez, Luciene
2011	Intervenção psicológica em terminalidade e morte	Psicologia	Schmidt, Beatriz, Gabarra
2011	Paciente larigectomizado e ação clínica do psicólogo	Psicologia	Barbosa, Leopoldo Nelson Fernande
2011	Contribuições do Construcionismo para o trabalho com famílias (PSF)	Psicologia	Guanaes, Carla
2012	ESF e Saúde Mental	Psicologia	Souza, Luiz Gustavo Silva
2012	Psicologia na Atenção Primária (ESF)	Psicologia	Gorayeb, Ricardo
2012	Anotações sobre Psicologia Jurídica	Psicologia	Brito, Leila Maria Torraca de
2012	Psicologia Comunitária e Saúde Pública (ESF)	Psicologia	Amaral, Marília dos Santos
2012	Práticas psicoeducativas em pesquisas interventivas	Psicologia	Walckoff, Simone Dalla Barba
2012	Pais e filhos em psicoterapia	Psicologia	Pretto, Zuleica
2012	Processos Clínicos no NASF	Psicologia	Santeiro, Tales Vilela
2012	Psicólogo em vara de família	Psicologia	Ortiz, Marta Cristina Meirelles
2012	Sujeito em psicoterapia e o câncer	Unimed, Psicologia, Domus	Langaro, Fabíola
2012	Atendimento terapêutico infantil	Psicologia	Del Prette, Almir
2013	Contribuições da fenomenologia para a atuação do psicólogo no NASF	Psicologia	Silva, Nara Helena Lopes Pereira da
2013	Psicologia nos NASFs	Psicologia	Azevedo, Natália Silva
2013	Psicologia noSUS e interdisciplinaridade	Psicologia	Couto, Leandra Lúcia Moraes
2013	Ações dos psicólogos escolares	Psicologia	Cavalcante, Lorena de Almeida
2013	Atuação de um psicólogo em um hospital de câncer	Psicologia	Scannavino, Camila Saliba Soubhia
2013	Atenção Básica (ESF): estigma na atenção ao HIV/AIDS	Psicologia	Zambenedetti, Gustavo
2013	Preparação psicológica de crianças para cirurgia	Psicologia	Broering, Camilla Volpato

Temática	Tipo de trabalho	Ano	Linha de Pesquisa/referencial	Autor	Instituição
Atuação dos psicólogos nos NASF	Dissertação	2012	Psicologia e Práticas Sociais	SOUSA, DIOGO RODRIGO BRITO ALVES DE	UFRN
Processo de construção de sentidos sobre mudanças em Terapia Familiar	Dissertação	2012	Psicologia Clínica/Terapia Familiar	BIAGI, BERENICE ARAUJO DANTAS DE	UFU

Psicologia e políticas públicas de Saúde: o psicólogo na atenção primária	Dissertação	2012	Estudo exploratório	SILVA, EMYLIO CESAR SANTOS DA	UFCE
Intervenção multidisciplinar baseada na família (comportamento alimentar)	Dissertação	2012	Comportamental	DIAS, DORALICE OLIVEIRA PIRES	PUC-GO
Prazer e sofrimento no trabalho de psicólogos em um Hospital	Dissertação	2012	Psicodinâmica do trabalho (Dejours)	MELO, FABIANE DA FONTOUR A MESSIAS DE	UFRO
Crítérios de progresso em psicoterapias de crianças	Tese	2012	INSTRUMENTOS E PROCESSOS EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	GUIMARAES, LILIAN PEREIRA DE MEDEIROS	Unicamp
O trabalho do psicólogo jurídico com a criança na separação litigiosa dos pais	Dissertação	2012	Pesquisa qualitativa, exploratório-descritiva	MORAES, FERNANDA CORREA GALVAO	Universidade Católica Dom Bosco
A clínica fenomenológica da disfunção erétil	Dissertação	2012	Método fenomenológico	ZORZI, FABIANA DE	UNIFOR
Apoio matricial em Saúde Mental	Dissertação	2012	Análise de conteúdo/Processos de Mediação: trabalho, atividade e interação social	BONFIM, IRIS GUILHERME	UFCE
Reorganizando o cotidiano da equipe de Saúde Mental	Dissertação	2012	ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	CUNHA, ADELINA MARIA CASTEL	Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Apoio matricial em Saúde Mental	Dissertação	2012	Análise de conteúdo/Processos de Mediação: trabalho, atividade e interação social	BONFIM, IRIS GUILHERME	UFCE
A ESF com produção de serviço	Tese	2012	Contemporaneidade e Processos de Subjetivação	SILVA, ANA CLAUDIA BARBOSA DA	UFPE
Saúde Mental infantil na atenção primária à saúde	Dissertação	2012	Saúde Mental	GOMES, FERNANDA MARCIA DE AZEVEDO	Universidade Federal de São João Del Rey
A (DES)Atenção	Dissertação	2012	Estudo clínico-qualitativo/Análise de	SILVA, WALESKA	UFU

de usuários de drogas na ESF			conteúdo (Psicanálise)	RODRIGUES	
A prática do agente comunitário de saúde na ESF	Dissertação	2012	Construcionismo Social e Produção de Sentidos	PINHEIRO, RICARDO LANA	USP
Práticas e estilos de pensamento em promoção da saúde na atenção básica	Dissertação	2012	Análise de Conteúdo	ARIOLI, INEA GIOVANA DA SILVA	UFSC
A criança com sintomas emocionais e seus pais	Dissertação	2012	Psicanálise	BASTOS, MARTA BORGHETTI	Unisinos
Reforma Psiquiátrica e Atenção Básica à saúde	Tese	2012	Análise histórica	BORGES, ROSELANI A FRANCISCONI	Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Assistência à Saúde Mental na Atenção Básica	Dissertação	2012	Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental	SANTOS, LARA HAUSER DOS	UEM
Significações sobre adolescência e promoção de saúde	Dissertação	2012	Histórico-Cultural	MACEDO, ETIENE OLIVEIRA SILVA DE	UnB
Sinais neurológicos como preditores do desenvolvimento cognitivo	Dissertação	2012	Neuropsicologia	ONO, CARINA MITIE	UFPA
Psicólogos educacionais e representações sociais do fracasso escolar	Dissertação	2012	Representação Social	SANTOS, CARINA PESSOA	UFPE
Mulheres em situação de violência doméstica e psicoterapia breve	Dissertação	2012	Psicoterapia Breve Operacionalizada	NUKUI, SONIA MARIA MACHADO DE OLIVEIRA	Universidade Metodista de São Paulo

Ano	Temática	Área de Conhecimento	1º Autor
1999	Meninos de rua: discurso e laço social	Psicologia	Rosa, Miriam Debieux
2000	Rede social de apoio após o nascimento dos filhos	Psicologia	Dessen, Maria Auxiliadora
2000	Adolescentes que sofreram violência e	Psicologia	De Antoni, Clarissa

	família		
2002	Violência e abuso sexual na família	Psicologia	Araújo, Maria de Fátima
2002	Adolescência: da família ao social	Psicologia	Rosa, Miriam Debieux
2002	Papel dos avós: apoio oferecido aos netos no divórcio dos pais	Psicologia	Araújo, Mayeve Rochane Gerônimo Leite
2003	Adolescentes: Identidade, família e relações sociais	Psicologia	Arpini, Dorian Mônica
2003	Psicologia positiva: o foco no indivíduo e na família	Psicologia	Yunes, Maria Angela Mattar
2004	Risco biopsicossocial de filhos de dependentes químicos	Psicologia	Figlie, Neliana
2004	Abandono e efeito psicológico em bebês: maternagem como proteção	Psicologia	Böing, Elisângela
2005	Família, álcool e violência	Psicologia	Melo, Zélia Maria de
2006	Violência doméstica e compreensão interdisciplinar	Psicologia	Neves, Anamaria Silva
2007	Famílias com dependentes químicos e relações interpessoais	Psicologia	Silva, Jair Lourenço
2007	Impacto da gestação do segundo filho na dinâmica familiar	Psicologia	Pereira, Caroline Rubin Rossato
2007	A legitimação social na (re)construção da identidade de uma alcoolista	Psicologia	Campos, Geraldo Mendes de
2008	Estudo psicossocial forense e abuso sexual	Psicologia	Granjeiro, Ivonete
2008	Violência doméstica: possibilidades de atuação diante da mãe que agride	Psicologia	Barbosa, Patrícia Zulato
2008	Mulheres com alopecia e experiências afetivo-familiares	Psicologia	Prado, Renata Bilion Ruiz
2008	Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e proteção	Psicologia	Poletto, Michele
2008	Famílias e violência doméstica: condições psicossociais pós-ação do conselho tutelar	Psicologia	Milani, Rute Grossi
2009	Rua: discurso e dinâmica familiar	Psicologia	Barros, Paula Cristina Monteiro de
2009	Suicídios, psicologia e vínculos	Psicologia	Bastos, Rogério Lustosa
2009	Consumo de drogas entre adolescentes e estilos parentais	Psicologia	Paiva, Fernando Santana de
2009	Adolescentes infratores	Psicologia	Branco, Bianca de Moraes
2009	Drogadição e adolescência	Psicologia	Savietto, Bianca Bergamo
2010	Contexto sociofamiliar e crianças obesas	Psicologia	Tassara, Valéria
2010	Grupos familiares em instituição psiquiátrica	Psicologia	Ponciano, Edna Lúcia Tinoco
2010	A família no tratamento de transtornos alimentares	Psicologia	Souza, Laura Vilela
2012	Criança vítima de abuso sexual: testemunho e credibilidade	Psicologia	Eloy, Consuelo Biacchi
2012	Apoio familiar ao paciente em reinternação psiquiátrica	Psicologia	Machado, Vanessa Cristina
2012	Violência e fragilidade na relação familiar e o adolescente em conflito com a lei	Psicologia	Zappe, Jana Gonçalves
2012	Meninos de grupos populares e o olhar sobre família	Psicologia	Polli, Rodrigo Gabbi

2012	Violência contra idosos e crença dos profissionais da atenção primária (PSF)	Psicologia	Lourenço, Lélío Moura
2012	Profissionais da atenção primária (PSF) e significado da violência contra idosos	Psicologia	Wanderbroocke, Ana Claudia Nunes de Souza
2012	Crianças com Down e interações familiares	Psicologia	Grisante, Priscila Crespilho
2013	Sistema educacional infantil e identificação de maus tratos	Psicologia	Bazon, Marina Rezende
2013	Rede de apoio e percepção de idosos institucionalizados	Psicologia	Rodrigues, Adriana Guimarães

Temática	Tipo de trabalho	Ano	Linha de Pesquisa/referencial	Autor	Instituição
Mãe e filha na família incestuosa	Dissertação	2012	Psicanálise e cultura	TRALLI, MARAYS A PALHIAR I	UFU
Sexualidade e violência em família de adolescentes	Dissertação	2012	Terapia Familiar Sistêmica/ Método Construtivo interpretativo	COSTA, BRUNO NOGUEIRA DA SILVA	UnB
Atendimento a famílias em situação de abuso sexual	Dissertação	2012	Processos Interacionais no Contexto do Casal, da Família, do Grupo e da Comunidade	PINHO, ALINE ROSE INACIO	
Abuso sexual infantil intrafamiliar e os sentidos compartilhados pelos professores	Dissertação	2012	RS	RIBEIRO, PATRICIA MONTEIRO	UFPE
Problematizando a violência doméstica contra a criança no CRAS	Dissertação	2012	Teoria Sócio-Histórica	DOMINGUES, TACIANO LUIZ COIMBRA	Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Jovens: abuso emocional e co-dependência	Tese	2012	Estudo etnográfico	MACEDO, PATRICIA CASTRO DE	UFRJ
Percepção de suporte familiar e qualidade de vida	Dissertação	2012	Estudo descritivo, quantitativo e transversal	ROCHA, CASSIA APARECIDA DE SOUZA	Universidade Metodista de São Paulo
O adolescente em	Dissertação	2012	Psicometria/Comportamento	RIBEIRO, VIVIANE TERRES	Univ. Estadual Paulista

liberdade assistida					Júlio de Mesquita Filho
Interações familiares e resiliência em adolescentes	Dissertação	2012	Sistêmica e Sócio-Histórica	FRANCO, KELLY SILVA	UFAM
Jovens e situação de rua e crack	Dissertação	2012	Psicossociologia	MOTA, RUBENS NUNES DA	Universidad e Católica de Brasília
Contribuições da qualidade do vínculo de apego e das práticas parentais	Tese	2012	Testagem	NUNES, SANDRA ADRIANA NEVES.	UFSC

Ano	Temática	Área de Conhecimento	1º Autor
1993	Educação de crianças	Psicologia	Caldana, Regina Helena Lima
2002	Atuação da escola e violência urbana	Psicologia	Ristum, Marilena
2003	Família, escola e dificuldades de aprendizagem	Psicologia	Andrada, Edla Grisard Caldeira de
2004	RS da adolescência a partir de educadores sociais	Psicologia	Espíndula, Daniel Henrique Pereira
2004	Pais e incentivo da habilidade de estudo em crianças	Psicologia	Soares, Maria Rita Zoéga
2005	Função paterna e a escola	Psicologia	Alberti, Sonia
2005	Orientação de pais: partilha de conhecimentos sobre educação e desenvolvimento	Psicologia	Biasoli-Alves, Zélia Maria Mendes
2006	Problemas de aprendizagem e o papel da família	Psicologia	Salvari, Lúcia de Fátima Carvalho
2006	Genograma e eventos estressores	Psicologia	Castoldi, Luciana
2007	Crianças com e sem Down: valores e crenças de pais e professores	Psicologia	Pereira-Silva, Nara Liana
2007	Deficientes auditivos e escolaridade	Psicologia	Manente, Milena Valelongo
2008	Parceria colaborativa na escola: família de crianças com deficiência e profissionais	Psicologia	Silva, Aline Maira da
2010	Queixa escolar no ambulatório de saúde mental	Psicologia	Marçal, Viviane Prado Buiatti
2010	Relação família-escola	Psicologia	Oliveira, Cynthia Bisinoto Evangelista de
2011	Interações familiares de crianças com necessidades escolares especiais	Psicologia	Goitein, Paula Cruz
2011	Deficiência intelectual na concepção de educadores da educação especial	Psicologia	Rossato, Solange Pereira Marques
2011	Formação em Psicologia e educação inclusiva	Psicologia	Barbosa, Altemir José Gonçalves
2011	Desempenho de crianças em leitura/escrita	Psicologia	Enricone, Jacqueline

	e variáveis familiares			Raquel Bianchi
2011	Reunião de pais na educação infantil	Psicologia		Garcia, Heloisa Helena Genovese de Oliveira
2012	Práticas educativas parentais coercitivas e contexto escolar	Psicologia		Patias, Naiana Dapieve
2013	Aprendizagem de jovens e adultos	Psicologia		Vargas, Patrícia Guimarães
2013	O cuidado na relação professor-aluno	Psicologia		Mattos, Amana Rocha

Temática	Tipo de trabalho	Ano	Linha de Pesquisa/referencial	Autor	Instituição
Educação infantil e as famílias do campo	Tese	2012	Rede de significações	LIMA, LUCIANA PEREIRA DE	USP
Indisciplina no Ensino Médio: RS de professores	Dissertação	2012	RS	ENDO, KATIA HATSUE	Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Configuração de sentido subjetivo de inclusão escolar	Dissertação	2012	Histórico Cultural (Vigotski) e Teoria da Subjetividade	SANTOS, MARCIA CABRAL DOS	UCB
Acompanhante terapêutico no processo de inclusão escolar	Dissertação	2012	Processos de Mediação: trabalho, atividade e interação social	ARARIPE, NATALIE BRITO	UFC
Repertório Comportamental de crianças do ensino fundamental e práticas educativas de genitores e professoras	Dissertação	2012	Testagem (Comportamental)	FONSECA, BARBARA CRISTINA RODRIGUES	Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Análise psicodinâmica do trabalho de professores	Dissertação	2012	Psicodinâmica do trabalho	ROSAS, MARIA LETICIA MESSIAS	UFAM
Fracasso e sucesso no desempenho escolar de crianças negras	Dissertação	2012	Processos Psicossociais e Socioeducativo	ALVES, APARECIDA FERREIRA.	Universidad e Federal de São João Del Rei
Bloco inicial da alfabetização e queixa escolar	Dissertação	2012	Desenvolvimento Humano em Contextos Socioeducativos	PIMENTA, MARIA AUGUSTA ALVES	Universidad e Católica de Brasília

Interação escola-família	Dissertação	2012	Ensino Aprendizagem	SOARES, JOSE NILDO OLIVEIRA.	Centro Universitário FIEO
Institucionalização precoce e o controle subjetivo na infância	Dissertação	2012	Foucault, Deleuze e Guattari	SILVA, VIVIAN DE JESUS CORREIA E	Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Ano	Temática	Área de Conhecimento	1º Autor
1997	Identidade de gênero	Psicologia	Siqueira, Maria Juracy Toneli
1999	Sexualidade e gravidez na adolescência: percepção dos pais	Psicologia	Dias, Ana Cristina Garcia
2000	Conversas sobre sexualidade na adolescência: percepção das jovens gestantes	Psicologia	Dias, Ana Cristina Garcia
2000	Mães e madrastas: mitos e autoconceito	Psicologia	Falcke, Denise
2002	Homens casados e fidelidade	Psicologia	Silva, Cristiane Gonçalves Meireles da
2003	Experiência de mulheres sem filhos	Psicologia	Mansur, Luci Helena Baraldo
2003	Família com mãe adoecida por ELA	Psicologia	Borges, Claudia Fernandes
2003	A mulher como principal provedora do sustento familiar	Psicologia	Fleck, Ana Cláudia
2005	Identificação da negligência e da violência doméstica	Psicologia	Delfino, Vanessa
2005	Satisfação Conjugal	Psicologia	Perlin, Giovana
2005	Família e conjugalidade	Psicologia	Cicco, Marina Fibe de
2005	Identidade de gênero	Psicologia	Costa, Maria Ivone Marchi
2006	Profissionais do sexo e sentidos sobre HIV	Psicologia	Esposito, Ana Paula Gomes
2006	A participação do pai nos cuidados da criança segundo a mãe	Psicologia	Crepaldi, Maria Aparecida
2006	Mulheres chefes de família e sentidos de gênero	Psicologia	Testoni, Raquel Jaqueline Freiberger
2006	A vivência do pai na reabilitação de criança com deficiência auditiva	Psicologia	Canho, Paula Guimarães Motta
2007	Terapia feminista da família	Psicologia	Narvaz, Martha Giudice
2007	Novos arranjos familiares: sob o olhar de mulheres chefes de família	Psicologia	Perucchi, Juliana
2008	Trabalho noturno e o novo papel paterno	Psicologia	Cia, Fabiana
2009	O lugar da mãe na psicoterapia da criança	Psicologia (Ministério da Saúde)	Finkel, Lenira Akcelrud
2009	Violência intrafamiliar contra a mulher	Psicologia	Melo, Zélia Maria de
2009	Mãe cuidadora e esquizofrenia	Psicologia	Silva, Gisele da
2009	Violência de gênero e análise do discurso	Psicologia	Azambuja, Mariana Porto Ruwer de
2010	Relações conjugais e familiares na	Psicologia	Coutinho, Sabrina

	perspectiva das mulheres		Mantuan dos Santos
2012	Agentes comunitários e atenção à sexualidade de jovens	Psicologia	Bellenzani, Renata
2012	Atenção e cuidado na gravidez na adolescência	Psicologia	Pariz, Juliane, Mengarda
2012	Educação sexual, identidade nacional e família	Psicologia	Oliveira, Cristiane
2012	Estresse materno e hospitalização infantil pré-cirúrgica	Psicologia	Carnier, Luciana Esgalha
2013	Mulher e jornada tripla de trabalho	Psicologia	Vieira, Adriane
2013	Ideologia do corpo feminino perfeito	Psicologia	Lima, Aluísio Ferreira d

Temática	Tipo de trabalho	Ano	Linha de Pesquisa/referencial	Autor	Instituição
Influência de variáveis maternas e da família sobre o desenvolvimento do bebê	Dissertação	2012	Estudo Transversal/testes estatísticos	TIRELLI, RENATA AJUB	Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Jovens do sexo masculino de famílias de camadas populares	Dissertação	2012	Antropologia, Sociologia e Psicologia	RISK, EDUARDO NAME	USP
Aspectos psicológicos de mães de crianças com câncer	Dissertação	2012	Análise de conteúdo	VINHAL, LAURA MENESES	Centro Universitário FIEO
A mulher pela lente de jovens militantes do MST	Dissertação	2012	Análise de discurso	AGUIAR, GABRIELA AZEVEDO DE	UFRJ
Experiência paterna em diferentes configurações familiares e o desenv. Do self infantil	Dissertação	2012	Psicanálise (Winnicott)	SCAGLIA, ANDRESSA PIN.	USP
Apoio social materno e desenvolvimento infantil	Dissertação	2012	Análises quantitativas (descritivas e correlacionais) e qualitativas (análise temático-categorial do discurso)	VIEIRA, VIVIANE.	UFSC
Investimento da mulher em uma carreira profissional e o impacto na vida conjugal	Dissertação	2012	CONSTRUÇÃO PSICOSSOCIAL DE SABERES E SUBJETIVIDADES	AZEVEDO, FRANCINY FREITAS	UFRJ
Mães negligentes: maternidade e	Dissertação	2012	Psicanálise Lacaniana	RENA, ANA CLAUDIA CASTELLO	PUC-MG

feminilidade				BRANCO	
A experiência de ser mãe e os desafios frente à carreira e à separação do bebê	Dissertação	2012	Psicanálise	BELTRAME, GREYCE ROCHA	Unisinos
Gravidez na adolescência	Dissertação	2012	Testagem	PATIAS, NAIANA DAPIEVE	UFSAM
Representações da mulher contemporânea	Dissertação	2012	SAÚDE, DESENVOLVIMENTO E CONTEXTOS SOCIAIS	CHECHI, PASCALE	UFSAM
Concepções de psicólogos da UBS sobre sexualidades	Dissertação	2012	Foucault	DIAZ, GABRIELA ANDREA	UFSC
O significado da maternidade para mães soropositivas para HIV	Dissertação	2012	Psicologia Cultural	SILVA, RENATA MOREIRA DA.	UFBA
Paternidade no contexto da prematuridade	Dissertação	2012	Estudo longitudinal/Estudo de caso coletivo	MEDEIROS, FERNANDA BORGES DE	UFRGS
Homens parceiros de transexuais	Dissertação	2012	Fenomenologia	AGRELI, MILENE SOARES	USP
RS da maternidade segundo mães de crianças com deficiência	Dissertação	2012	RS	SILVA, FERNANDO ANTONIO DA	UFPE
A função materna e a relação mãe-bebê	Tese	2012	Psicanálise	SIMÕES, FATIMA ITSUE WATANABE	Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
RS sobre mulher e crime	Dissertação	2012	RS	PEDROSA, RICARDO MOREIRA	UFMG
A construção de uma política de saúde para homens no Brasil	Tese	2012	Psicanálise	MULLER, RITA DE CASSIA FLORES	UFRJ
Envolvimento de meninas e mulheres jovens em atos infracionais	Tese	2012	RS	ARANZEDO, ALEXANDRE CARDOSO	UFES

Discurso e imagem do feminino	Dissertação	2012	Análise do discurso (matriz frane)	SILVA, JONATHAN RAPHAEL BERTASSI DA	USP
A construção das relações de gênero na mídia da Igreja Universal	Dissertação	2012	Psicologia Social Discursiva	FILHO, PAULO GILBERTO DE OLIVEIRA	UFPE
Do ser-menina ao ser-mulher	Dissertação	2012	Sócio-Histórica	OLIVEIRA, JOANNE PAOLA MENEZES DE	
Lócus de controle e o conceito de paternidade e maternidade	Dissertação	2012	Análise estatística	BRAGA, LILIANE PEREIRA	UFRN
Gestantes soropositivas ao HIV e histórias sobre ser mulher e mãe	Tese	2012	Saúde, Desenvolvimento e Trabalho	FERREIRA, MARINA SIMOES FLORIO	USP
Mulheres com câncer de mama e coping religioso e espiritual	Dissertação	2012	Análise estatística	VEIT, CARINA MARIA	Universidad e do Vale do Rio dos Sinos
Mulher e política	Dissertação	2012	Método fenomenológico crítico	FERNANDES, JULIANA	UNIFOR
A relação mãe-bebê na estimulação precoce	Dissertação	2012	Psicanálise	GORETTI, AMANDA CABRAL DOS SANTOS	Universidad e Católica de Brasília
Sexualidade e violência em família de adolescentes	Dissertação	2012	Terapia Familiar Sistêmica/ Método Construtivointerpretativo	COSTA, BRUNO NOGUEIRA DA SILVA	UnB
Reconstruções da maternidade por mães na transição dos filhos para vida adulta	Dissertação	2012	Psicologia Cultural de orientação semiótica e abordagens narrativas	SILVA, SANDRA DE CASSIA MENESES	UFBA
Vida profissional e maternidade	Tese	2012	Estudo transversal/exploratório	OLIVEIRA, SILVANA KESSLER DE OLIVEIRA CORREA	UFRGS
Conciliação entre profissão, conjugalidade e paternidade para homens e mulheres com	Tese	2012	Análise estatística	GRAVENA, ANA CAROLINA	UFSCAR

filhos					
Função paterna e sociabilidade violenta	Tese	2012	Psicanálise	FERREIRA, ANTONIO EUSTAQUIO.	PUC-GO
A trajetória da infância à adolescência com implante coclear: vivência de mães	Dissertação	2012	Fenomenologia	YAMADA, MIDORI OTAKE	USP
Experiências e lições de uma vara criminal e juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher	Tese	2012	Etnografia	BRAGAGNOL O, REGINA INGRID	UFSC
Família matrifocal: a perspectiva das crianças	Dissertação	2012	Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano	BARBOSA, JACIRA DA SILVA	UFBA
A influência da família no consumo de bebidas alcoólicas em adolescentes do sexo feminino	Dissertação	2012	Exploratório, descritivo e transversal	BENITES, ANA PRISCILA DE OLIVEIRA	UFSC
Vivência do projeto parental de família homoeróticas	Dissertação	2012	Fenomenologia (Sartre)	LIRA, ALINE NOGUEIRA DE	Unifor
RS de jovens pais e não-pais	Dissertação	2012	RS	DRAGO, AGNES BONFA	UFES
Função paterna e comportamentos das crianças na escola de educação infantil	Dissertação	2012	Psicanálise	SAILE, ALINE ROBERTA DE	Unisinos
A experiência de professores do sexo masculino na educação infantil	Dissertação	2012	Gênero	ALVES, BENEDITA FRANCISCA	UNIFOR
Lei Maria da Penha e aplicabilidade	Dissertação	2012	Análise de discurso (Fairclough)	MENEZES, RHUTE FILGUEIRAS DE	UFPE

Ano	Temática	Área de Conhecimento	1º Autor
1997	O amor e a lei (processo de separação)	Psicologia	Barros, Fernanda Otoni de
1999	ECA: é possível torná-lo uma realidade psicológica?	Psicologia	Mello, Sylvia Leser de
2003	Análise de um caso de extinção do poder familiar	Psicologia	Gomide, Paula Inez Cunha
2004	Estudo psicossocial da Adoção	Psicologia	Campos, Niva Maria Vasques
2007	O tempo na trajetória de famílias na justiça	Psicologia	Santos, Marcia Regina Ribeiro dos
2007	Família pós-divórcio e a visão dos filhos	Psicologia	Brito, Leila Maria Torraca de
2008	Perfil da família biológica e adotante e da criança adotada	Psicologia	Mariano, Fernanda Neísa
2008	Abrigar/desabrigar: o papel da família nesse processo	Psicologia	Azôr, Ana Mafalda Guedes Cabral Courinha Vassalo
2009	Estudo psicossocial forense e estudo da função paterna	Psicologia	Costa, Liana Fortunato
2011	Fracasso na reinserção familiar de adolescentes	Psicologia	Siqueira, Aline Cardoso
2011	Conselho tutelar e crianças encaminhadas pela escola	Psicologia	Fernandes, Priscila Valverde
2012	Experiência de adoção	Psicologia	Otuka, Livia Kusumi
2012	Ovodoação e sigilo	Psicologia	Montagnini, Helena Maria Loureiro
2013	Desenvolvimento infantil e adoção	Psicologia	Baptista, Joana
2013	Crianças e adolescentes e percepção de direitos	Psicologia	Alves, Cássia Ferrazza
2013	Casal divorciado, com filhos biológicos, e adoção tardia	Psicologia (MP-SP)	Otuka, Livia Kusumi

Temática	Tipo de trabalho	Ano	Linha de Pesquisa/referencial	Autor	Instituição
O dever-criança: psicologia, justiça e infância	Dissertação	2012	Cartografia	MAGALHAES, KELLY CRISTINA	UFRJ
Considerações sobre adoção e o processo de subjetivação	Tese	2012	Psicanálise	MARIANTE, INA SUSINI	UFRJ
Adoção de crianças no Brasil e entraves jurídicos	Dissertação	2012	Qualitativa/histórica oral	SILVA, RAQUEL ANTUNES DE OLIVEIRA	Centro Universitário FIEO
A demanda do reconhecimento judicial da paternidade: psicanálise e direito	Dissertação	2012	Psicanálise	DAMASCENO, WADSON	UnB

Família acolhedora e experiência	Dissertação	2012	Análise de conteúdo/Processos Psicossociais	LIMA, NAYRA ERLENE	UFES
Crianças institucionalizadas e significados de família	Dissertação	2012	Processos sociointerativos e Desenvolvimento Humano	LIRA, PEDRO PAULO BEZERRA DE	UFPE
Família acolhedora e experiência	Dissertação	2012	Análise de conteúdo/Processos Psicossociais	LIMA, NAYRA ERLENE	UFES
Lei Nacional de Adoção e Acolhimento Institucional	Dissertação	2012	Qualitativo, descritivo e exploratório	SILVA, MILENA LEITE	UFSM
Experiência em adoção nacional e internacional	Dissertação	2012	Teoria Bioecológica do desenvolvimento	VARGAS, ELISA AVELLAR MERCON DE	UFES
Crianças institucionalizadas e significados de família	Dissertação	2012	Processos sociointerativos e Desenvolvimento Humano	LIRA, PEDRO PAULO BEZERRA DE	UFPE
Adolescentes e a regulação da conduta delituosa pela família	Dissertação	2012	Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa e Modelo da Regulação Familiar	DIB, MARINA AZOR	USP
Programa família acolhedora ampliando a rede de pertencimento	Dissertação	2012	Análise Institucional/Método do cartográfico	PEREIRA, CAROLINA SETTE	UERJ
Família-abrigo-rua: construção de significados dos adolescentes	Dissertação	2012	Construcionismo Social, Psicologia Cultural (Bruner) e Rede de significações	SOARES, SELMA MARIA GOMES DE MIRANDA	UFPE
Crianças acolhidas e reintegração familiar	Dissertação	2012	Rede de significações	SILVA, FERNANDA LACERDA	USP
Construção de um Sistema de Avaliação do Relacionamento Parental	Tese	2012	Testagem	LAGO, VIVIAN DE MEDEIROS	UFRGS
A comum-idade, a prática sócio-educativa de internação e o adolescente infrator	Dissertação	2012	Psicanálise	FINGER, LUCIANA MARA	UFPA
O adolescente autor de ato infracional: rede social e relacionamento interpessoal	Dissertação	2012	PROCESSOS PSICOSSOCIAIS	NEITZEL, SILVIA	UFES
Histórias de crianças e adolescentes	Dissertação	2012	Teoria Psicodinâmica sobre o	FIGUEIREDO, JULIANA GOMES DE	UFES

abrigados			desenvolvimento emocional		
Adolescentes autores de atos infracionais e histórias de vida	Dissertação	2012	Winnicott	GOMES, CLARA COSTA	UnB

Ano	Temática	Área de Conhecimento	1º Autor
1998	Pesquisa com famílias e questões éticas	Psicologia	Dessen, Maria Auxiliadora
1998	Como estudar a “família” e o “pai”?	Psicologia	Dessen, Maria Auxiliadora
2003	Casamento e família no séc. XXI	Psicologia	Gomes, Isabel Cristina
2004	A maternidade na história	Psicologia	Moura, Solange Maria Sobottka Rolim de
2005	Juventude e Modernidade	Psicologia	Gonçalves, Hebe Signorini
2005	Papel dos avós na maternidade adolescente	Psicologia	Falcão, Deusivania Vieira da Silva
2006	Imagem da infância nas teses da Faculdade de Medicina do RJ	Psicologia	Espírito Santo, Adriana Amaral do
2007	Família e adolescência	Psicologia	Pratta, Elisângela Maria Machado
2007	Normatização da infância e da família no Brasil	Psicologia	Silva, Júnior Nelson Gomes de Sant’Ana
2008	Pesquisa com famílias: aspectos teóricos e metodológicos	Psicologia	Böing, Elisângela
2009	Visitas domiciliares e estudantes de medicina	Psicologia	Ramos-Cerqueira, Ana Teresa de Abreu
2009	Casamento contemporâneo e a opção de não ter filhos	Psicologia	Rios, Maria Galvão
2010	Estudando a família em desenvolvimento	Psicologia	Dessen, Maria Auxiliadora
2010	A família no imaginário infantil	Psicologia	Levy, Lidia
2011	Higiene Mental voltada à infância da Liga Brasileira de Higiene Mental	Psicologia	Oliveira, Cristiane
2011	Teoria do desenvolvimento e adolescência	Psicologia	Senna, Sylvia Regina Carmo Magalhães
2012	Saúde da Família e Higiene Mental	Psicologia	Moura, Renata Heller de
2012	Família, adolescência e estilos parentais	Psicologia	Rinhel-Silva, Claudia Maria
2012	Alterações na rede social de apoio na gestação e após o nascimento	Psicologia	Oliveira, Maíra Ribeiro de
2012	Famílias incestuais	Psicologia	Mandelbaum, Belinda
2013	Individualismo, trajetória de vida e projeto de família	Psicologia	Borges, Carolina de Campos
2006	Processos de socialização e a família nos trabalhos de Leiser	Psicologia	Mandelbaum, Belinda

Temática	Tipo de trabalho	Ano	Linha de Pesquisa/referencial	Autor	Instituição
Genealogia-cartográfica: família e cuidado	Dissertação	2012	Foucault e Deleuze	TABORDA, JEFERSON CAMARGO	UNICAP-DOM BOSCO
Problematizações das práticas do UNICEF de atenção à infância e família brasileira	Dissertação	2012	Foucault	SANTOS, CRISTIANE DE SOUZA	UFPA
Vínculo conjugal em relações pós-modernas	Dissertação	2012	Análise de conteúdo	AMORIM, ANA NASCIMENTO DE	PUC-MG
Circulação de crianças: o olhar do cuidador sobre desenvolvimento emocional	Dissertação	2012	Análise de conteúdo/ecomapa/Mauss	VICENZI, LESLY GUIMARÃES VICENZI	UFPA
Introdução à Psicopatologia Fenomenológica	Dissertação	2012	Psicopatologia Fenomenológica	BLOC, LUCAS GUIMARÃES	UNIFOR
Psicopatologia Cultural: a contribuição de Merleau Ponty	Dissertação	2012	Fenomenologia	TELLES, THABATA CASTELO BRANCO	UNIFOR

APÊNDICE B - Dispositivo Analítico: família e discurso psicológico

Sobre o Documento							Sobre o Conteúdo					
Fonte	Título	Nome(s) autor(a/es/as)	Ano	Tipo	Revista	Instituição	Temática	Expressões/Termos	Conceitos	Interlocutores	Vozes	Fundamentação
SciELO	A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar	ANTONI, Clarissa de; KOLLER, Silvia, Helenna.	2000	Artigo	Estud. psicol. (Campinas)	_____	Violência intrafamiliar	Maus tratos intrafamiliares/família organizada/ pais autoritários e pais com autoridade/ família de procriação/família “pensada”, família “vivida”, Sistema integrado, família violenta e negligente, estruturação familiar , segredo e coesão doentia, família e cuidado.	Papéis familiares (proteção, socialização, orientação, apoio, etc.)/violência intrafamiliar/configuração familiar (laços afetivos)/empobrecimento das relações familiares/ risco e proteção/resiliência/desenvolvimento saudável/rede de apoio/identidade.	Meninas institucionalizadas	Berenstein (1988), Minuchin (1982) (Bronfenbrenner, 1979/1996), (Steinberg, 1996), ECA (1990), Szymanski (1994).	Antropologia, Psicologia Teoria Ecológica) e Sociologia.
SciELO	Violência e abuso sexual na família	ARAÚJO, Maria de Fátima.	2002	Artigo	Psicologia em Estudo	_____	Violência sexual e abuso sexual	Famílias abusivas/ famílias vitimadas/ cegueira materna/ a família precisa de ajuda/resistência à ajuda.	Violência (intrafamiliar, doméstica e contra a mulher	Projeto violência de gênero, Centro de Pesquisa e Psicologia Aplicada – CPPA, Conselho Tutelar, Poder Judiciário	Chauf (1985), Rivière (1994), Araújo (1996)	Psicodinâmica
SciELO	Identidade, Família e relações sociais em adolescentes de grupos populares	ARPINI, Mônica Doria; QUINTANA, Alberto Manuel.	2003	Artigo	Estud. psicol. (Campinas)	_____	Relações sociais e familiares	Família nuclear/ monoparental/ ausência da figura paterna e mãe mais durona/ imposição da violência./Relação família e pobreza.	Identidade, Maternagem, estrutura matrilinear.	Jovens, Conselho Tutelar.	Winnicott (1996), Winnicott (1995), Lane (),Alves-Manzotti, Sarti (1994), Ariès (1981),	Não específica.

Fonte	Título	Nome(s) autor(a/es/as)	Ano	Tipo	Revista	Instituição	Temática	Expressões/Termos	Conceitos	Interlocutores	Vozes	Fundação
											Costa (1983) e Santos (1996)	
SciELO	Análise de um caso de extinção do poder familiar	GOMIDE, Paula Inez Cunha; GUIMARÃES, Ana Maria de Abreu.	2003	Artigo	Psicologia : Ciência e Profissão	_____	Destituição do poder familiar	Família de origem/ família substituta/ sociedade conjugal/ pátrio poder/poder familiar/ família natural/ figura materna/ comprometimento das relações familiares/ vida desestruturada / famílias de risco social/ famílias desassistidas.	Destituição do poder familiar, maus tratos, adoção, abandono, negligência, abuso e comportamento anti-social/ apego.	Abrigo, Conselho tutelar , Casa-lar	Código Civil (1916), Código Civil (2002), ECA (1990), Bowlby (1984).	Psicanálise/ Psicologia do Desenvolvimento .
SciELO	Filhos de dependentes químicos com fatores de risco biopsicossociais necessitam de um olhar especial?	FIGLIE, Neliana; FONTES, Andreza; MORAES, Edilaine; PAYÁ, Roberta.	2004	Artigo	Revista Psiquiatria Clínica	_____	Fatores de risco sociofamiliar na vida de crianças e adolescentes	Falta de estimulação no lar/ a maioria dos filhos de dependentes são bem ajustados/ estado de risco/ universo familiar de risco/ padrões inadequados de interação entre pai e filho/ problemas de comportamento;/convívio mais salutar.	Empobrecimento cognitivo/ Psicodiagnóstico/ Psicoterapia familiar/ violência física/ afeto negativo.	Filhos de dependentes químicos em um bairro periférico da cidade de SP; CUIDA (Centro Utilitário de Intervenção e Apoio a Filhos de Dependentes Químicos).	Halpern (2002); Leavit (1995); Sher(1991; 1997); Furtado et al., (2002); Moss et al. (1995); Frank (1992); Nye et. al. (1998)	Psicodiagnostics, Avaliação Psicológica (CAGE-familiar, Desenho de família com estória).
SciELO	A subjetividade e presente no estudo psicossocial da adoção	CAMPOS, Niva Maria Vasques	2004	Artigo	Psicologia : Reflexão e Crítica	_____	Estudo psicossocial da adoção	Família substituta/ estabilidade da família/ família “adequada”/ bons pais/ família sonhada/ família possível/ não poder ter filhos e sentimento de incompetência/ melhor família para criança/ família adequada.	Adoção/ subjetividade	Técnicos do Setor de Adoção de uma VII (psicólogos e assistentes sociais)	ECA (1990) Declaração Universal dos Direitos da Criança; Código Civil (2002), Weber (1999).	Epistemologia Qualitativa de González-Rey
SciELO	Os efeitos	BÖING,	2004	Artigo	Estud.	_____	Maternage	Cuidado materno adequado/	Maternagem/	Maternid	Winnicott	Psicanál

	do abandono para o desenvolvimento psicológico de bebês e a maternagem como fator de proteção	Elisângela; CREPALDI, Maria Aparecida.			psicol. (Campinas)		m como fator de proteção na transferência da família de origem para a adotiva	família nuclear/ família monoparental e abandono/ pais prometidos/ “nova mãe”/ institucionalização e fatores de risco/ bebê abandonado/suporte social - fator de proteção	Conformismo adaptativo/ objeto transicional/ suporte social/ Hospitalismo. Personalidade/ apego/delinquência juvenil.	ade do hospital da Universidade Federal de Santa Catarina/ Juizado de menores/ abrigo.	(1999)/ Bowlby (1988;1989)/ Spitz (1945), Albee (1982; 1984) Szejer, 1999	ise.
Fonte	Título	Nome(s) autor(a/es/as)	Ano	Tipo	Revista	Instituição	Temática	Expressões/Termos	Conceitos	Interlocutores	Vozes	Fundamentação
SciELO	Família, álcool e violência em uma comunidade da cidade do Recife	MELO, Zélia Maria de; CALDAS, Marcus Túlio; CARVALHO, Michelle Maria Campos; LIMA, Anamaria Tavares de	2005	Artigo	Psicologia em Estudo	_____	Relações familiares, uso do álcool e comportamentos violentos.	Lugar de aquisição de identidades pessoais/ transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais/ agência de socialização/ função mediadora/ ensina o certo e o errado/ estrutura familiar /mãe biológica-responsável pela educação dos filhos/família: sistema semiaberto/ Nossa família nuclear-modificações na organização- outros arranjos familiares/ família monoparental/ família recasada e família extensa/ família tradicional	Família/ Violência intrafamiliar/ Violência doméstica/ dependência química/ feminização da pobreza/aprendizado da agressão.	Família de uma comunidade de Recife/ agentes do PSF/ Prefeitura Municipal de Recife/ represent antes da comunidade.	Osório (1996), Ferrari (2002), Levisky (1998)/ Morrison (2002)/ OMS (1993).	Análise estatística
SciELO	A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar	NEVES, Anamaria Silva; Romanelli, Geraldo.	2006	Artigo	Estud. psicol. (Campinas)	_____	Discussão interdisciplinar sobre família e violência doméstica	Modelo tradicional de família nuclear/unidades domésticas unipessoais/ organização familiar/família contemporânea – produto da ação humana e controle social/família como agente de socialização/ família e reprodução social/ família primordial/grupo de convivência/ composto familiar/ desajustes familiares/ instituição primária.	Interdisciplinaridade/violência doméstica/ subjetividade/ideologia/ Síndrome do pequeno poder/ violência intersubjetiva/ violência interpessoal/ maus tratos/violência física/ violência sexual/ negligência/ violência psicológica.	Outros campos discursivos (Antropologia, Ciências Sociais, Psicanálise).	Bourdieu (1996)/ Lasch (1991)/ Guerra, 1998)/ Romanelli (2003).	Reflexão Teórica (Interdisciplinar)
SciELO	Abrigar/desabrigar:	AZÓR, Ana Mafalda	2008	Artigo	Estud. psicol.	_____	Institucionalização	Estrutura familiar/ desestruturação familiar/	Identidade, resiliência, personalidade, maus-tratos	Abriço e famílias	Bronfenbrenner (1996)	Não deixa

	conhecendo o papel das famílias nesse processo	Guedes Cabral Courinha Vassalo; VECTORE, Celia			(Campinas)			internação em abrigo- medida de proteção/ abrigamento e pobreza/ família e desenvolvimento/ frágil organização familiar/ ausência da figura paterna/ negligência.	e atraso no desenvolvimento,	que tiveram seus filhos institucionalizados	Winnicott (1999), Bowlby (1981), Brasil (1988), ECA (1990), LOAS (1993).	claro no texto, mas dialoga com autores da Psicanálise e da Teoria Ecológica.
Fonte	Título	Nome(s) autor(a/es/as)	Ano	Tipo	Revista	Instituição	Temática	Expressões/Termos	Conceitos	Interlocutores	Vozes	Fundamentação
SciELO	Famílias e violência doméstica: condições psicossociais pós ações do Conselho Tutelar	MILANI; Rute Grossi; LOUREIRO; Sonia Regina.	2008	Artigo	Psicologia Ciência e Profissão	_____	Família notificadas pelo Conselho Tutelar e condições psicossociais	Núcleo familiar/ adversidade crônica (temperamento difícil dos pais, alcoolismo, conflitos conjugais)/ rua como extensão da própria casa.	Desenvolvimento infantil/ risco psicossocial/ violência doméstica/ violência interparental/violação de direitos/negligência.	Conselho tutelar e famílias notificadas.	Yunes e Symanski (2001), ECA (1990), Cummings et al. (1999), Masten e Garnezy, (1985).	Não deixa claro no texto.
SciELO	Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção	POLETTI, Michele; KOLLER, Sílvia Helena.	2008	Artigo	Estud. psicol. (Campinas)	_____	Microsistemas ecológicos e fatores de promoção de riscos e proteção	Fator protetivo e de risco/ grupo social básico/ estrutura da família; resiliência e vínculo positivo (criança e cuidador)/ cuidados adequados/ comportamento delinquente em crianças: famílias numerosas, doença mental de um dos pais; discórdia conjugal; habilidades parentais limitadas, desenvolvimento psicológico saudável.	Contexto ecológico/ resiliência/ situação de risco (baixa escolaridade dos pais e baixo status social ou ausência de rede social)/ Desenvolvimento/ crescimento psicológico.	Outros textos (revisão da literatura)	Walker et al. (2007), Hawley e DeHann (1996), Bronfenbrenner (1986, 1995, 1996).	Modelo ecológico de Bronfenbrenner/ modelo bioecológico
SciELO	A drogadição na adolescência contemporânea	SAVIETTO, Bianca Bergamo; CARDOSO, Marta Rezende.	2009	Artigo	Psicologia em Estudo	_____	Contexto familiar e propensão ao uso de drogas	Instituição enfraquecida e fragilizada/ estrutura familiar , família tradicional hierárquica/ família igualitária/falhas, excessos e desamparo/ ausência de autoridade rígida/ nova moral doméstica/ família eticamente renovada/ processo de modernização da família/ drogadição e fragilidade do poder familiar/ diluição das	Transmissão psíquica/desamparo o/ identidade posicional.	Discussão teórica (Outros autores)	Sérvulo A. Figueira (1987), Bauman (2001), Lenoir (2003), Hugo Mayer(1997).	Psicanálise

Fonte	Título	Nome(s) autor(a/es/as)	Ano	Tipo	Revista	Instituição	Temática	Expressões/Termos	Conceitos	Interlocutores	Vozes	Fundamentação
SciELO	Estilos parentais e consumo de drogas entre adolescentes : revisão sistemática.	PAIVA, Fernando Santana de; RONZANI, Telmo Mota.	2009	Artigo	Psicologia em Estudo	_____	Influência dos comportamentos parentais e uso de substâncias psicoativas	figuras de autoridade/ as drogas ocupam o lugar dos pais faltante/ renovação ética da família. Pais e desenvolvimento sociocognitivo dos filhos/ instituição familiar/ fator de proteção/ maior monitoramento parental e menor envolvimento com drogas/ comunicação adequada entre pais e filho/ pais mais conscientes do seu papel.	Estilos parentais/ pais e mães (exigentes e indulgentes)/ suporte e envolvimento parental.	Bancos de dados - Medline, Adolec e Pubmed	Baumrind (1971), Springer, Sharma, Guardado, Nava & Kelder (2006); Borawski, Ievers-Landis, Lovegreen & Trapl, (2003); DiClemente et al (2001).	Trata-se de uma revisão Sistemática (não possui referencial demarcado).
SciELO	Era uma casa ...!? Discurso, dinâmica familiar e contingências da rua.	BARROS, Paula Cristina Monteiro de; LIMA, Albenise de Oliveira; FREJ, Nanette Zmeri; MELO, Maria de Fátima Vilar de	2009	Artigo	Psicologia em Estudo	_____	Crianças e adolescentes discurso sobre família e rua como lugares de pertencimento	Família: casa e rua/ ética particular/ familiar-privado-intimo/fundamental para o desenvolvimento da criança/ constância e estabilidade/ dinâmica familiar, rompimento com a família/famílias numerosas/comprometimento psicoafetivo e social/ grupo familiar (mulher como chefe, pai não presente)/ rua : ausência de adultos de referências, falta de cuidados e rituais/ estrutura familiar / grupo primário/ unidade básica de identificação,	Categoria sociológica fundamental/ Subjetividade/ constituição subjetiva/ vulnerabilidade, negligência/identidade.	Centro de Referência para Infância e Adolescente.(Olin da – PE), meninos e meninas de rua e suas famílias.	Da Matta (1991) Arendt (1972). Ferreira (2001), Winnicott (1999), Ferreira Freud (1909, 1914, 1921).	Psicanálise
SciELO	Importância do contexto sociofamiliar na abordagem de crianças obesas.	TASSARA, Valéria; NORTON, Rocksane Carvalho; MARQUES Walter Ernesto U.	2010	Artigo	Revista Paulista de Pediatria	_____	A criança como sintoma do sofrimento familiar.	Segredo familiar/relação mãe-filho fusionada, emaranhada/ vivências maternas reeditadas (dependência, superproteção, cuidados alimentares excessivos)/ dinâmica familiar/ saúde da família/ pessoas significativas/ reedição do sofrimento/ fortalecimento dos	Sofrimento psíquico/ identidade/ transgeracionalidade/ lealdade familiar/ identidade familiar.	Setor de Nutrologia Pediátrica do Hospital das Clínicas da	Miermont et al (1994); Minuchin (1982); Aun (2005);	Teoria sistêmica

								vínculos familiares.		Universidade Federal de Minas Gerais		
SciELO	Reinserção familiar de adolescentes : processos malsucedidos.	SIQUEIRA, Aline Cardoso; MASSIGNA, Lucianna Tortorelli; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco.	2011	Artigo	Paidéia	_____	Reinserção familiar	Ruptura de vínculos/reunificação familiar/mãe de criação/ famílias monoparentais/ afastamento emocional/ vínculos afetivos.	Identidade,/habilidades parentais/ apoio social/ situação de risco/ resiliência/negligência/reinserção familiar.	Dois adolescentes	ECA (1990); Nova Lei Nacional da Adoção (2009); Bowlby (1976/1981).	Não específica.
Fonte	Título	Nome(s) autor(a/es/as)	Ano	Tipo	Revista	Instituição	Temática	Expressões/Termos	Conceitos	Interlocutores	Vozes	Fundamentação
SciELO	Peculiaridades entre Conselho Tutelar e crianças encaminhadas pela escola.	FERNANDES, Priscila Valverde; ARAGÃO, Elizabeth Maria Andrade.	2011	Artigo	Fractal: Revista de Psicologia	_____	Escola, Conselho Tutelar e famílias.	“Mãe ideal” (construção social)/ estrutura familiar/família burguesa/ sacralização da mãe.	Familiarismo/ cotidiano e discurso psicologizados/intimismo.	Conselheiros tutelares.	Badinter (1980); Donzelot (1980); Coimbra (1995); ECA (1990).	Perspectiva genealógica (Foucault)
CAPES	Mãe e filha na família incestuosa: a composição de um estranho lugar afetivo	TRALLI, Maraysa Pilhiari	2012	Dissertação	_____	UFU	Família incestuosa	Famílias fechadas/ famílias incestuosas/ “estrutura” familiar fragilizada/ cumplicidade da mãe/ família “tradicional”	Incesto/ Família “tradicional”/família moderna, contemporânea ou pós-moderna.	Clínica de Psicologia (UFU), Conselho Tutelar	Chauí (1985); Rivière (1994); Araújo (1996)	Psicanálise
CAPES	O abuso sexual infantil intrafamiliar e os sentidos compartilhados pelos professores em Recife	RIBEIRO, Patrícia Monteiro.	2012	Dissertação	_____	UNESP	Abuso sexual	Família: referenciais, valores/ modelos de identificação/ trocas afetivas, proteção/ vínculo saudável/ família nuclear/ rede familiar/ configurações parentais/ modelo patriarcal/ função afetiva/transmissão de tradição/ laços de solidariedade/ referência simbólica/ locus de identidade/ famílias desfeitas/ dinâmica familiar/ figura paterna e interdição/ família	Violência doméstica/ violência institucional/vínculo/ negligência/ violência (física, psicológica, sexual)/abuso sexual/ pátrio-poder.	Professores da rede municipal do Recife	ARIÈS (2006); MUSZKAT, MUSZKAT (2003); NEDER (1994); PIMENTEL (2002); Código Civil Brasileiro (2002); CF (1988); ECA	Representação Social

								protetora, agressividade da família com a escola/ contexto promíscuo/ família sacralizada/ modelo de família harmônica, família desestruturada, mulher/mãe-cuidado, conjugalidade estável.			(1990); Dessen e Polônia (2007); Szymanski (2002); Sarti (2003, 2007); Vitale (2002); Cruz e Santos (2008); Sattler (2011)	
CAPEs	Processos de significação sobre família em crianças acolhidas institucionalmente	LIRA, Pedro Paulo Bezerra de	2012	Dissertação	_____	UFPE	Sentidos de família para crianças institucionalizadas	Família substituta/ família de origem/ grupo familiar/ família natural/ família biológica/ família e desenvolvimento/unidade procriadora ou parentesco/ família extensa/ laços de consanguinidade, de aliança ou afinidade/ família e vínculo/ família nuclear/ família monoparental/família possível/ família idealizada.	Reintegração familiar/ Teoria do Apego, estabilidade das relações familiares/ acolhimento familiar/ adoção/ configurações familiares/ função familiar/ estrutura familiar/ rompimento dos laços familiares e institucionalização.,	Crianças acolhidas institucionalmente em Recife	ECA(1990); Silva (2006); Lei da Adoção (2009); Menelau (2009); Bronfenbrenner (1979/1996); PNCFC (2006); Fávero, Vitale e Baptista (2008); Rabinovich e Moreira (2008); Nascimeto (2009).	Perspectiva Sociointeracionista
Fonte	Título	Nome(s) autor(a/es/as)	Ano	Tipo	Revista	Instituição	Temática	Expressões/Termos	Conceitos	Interlocutores	Vozes	Fundamentação
CAPEs	O atendimento a famílias em situação de abuso sexual: um estudo exploratório	PINHO, Aline Rose Inácio	2012	Dissertação	_____	UNB	Atendimento a família em situação de abuso	Organização da família/ estrutura das famílias/família extensa/ famílias multiproblemáticas/ arranjos familiares/ organização em rede/ família em situação de risco/ ambiente familiar saudável/ núcleo familiar/ função protetiva/ diversidade de configurações / mediadora de necessidades internas e externas/ relações de parentesco/ família substituta/ instituição básica/ mulher	Grupos familiares/ vínculos familiares/ violência intrafamiliar/ transgeracionalidade/ negligência/ consanguinidade/ intergeracionalidade/ família e desenvolvimento infantil/ monoparentalidade/ reintegração familiar/ manutenção de vínculos/ violência doméstica/ violência sexual/ abuso	Prontuários de famílias atendidas pelo CREAS	Ariès (1973), Petzold (1996), De Antoni e Koller (2000), (Pelisoli, 2008, p. 60), PNAS, Constituição de 88, Fonseca (2007), Soihet (2007), Sarti (2004),	Não específica.

								responsável pelos cuidados e proteção/ mulheres/mães responsabilizadas/ ausência da figura paterna, estrutura familiar nuclear/ famílias jovens e numerosas/ família ampliada/ figuras masculinas adequadas/ família extensa/ sentimento de família/ fonte de suporte, violência.	sexual intrafamiliar,extrafamiliar.		(Macedo, 2008), Praciano (2011), Souza e Ribeiro (2005), SUAS, O Caderno de Orientações lançado pelo Conselho Federal de Psicologia em 2009, ECA , Narvaz (2005), Penso e Neves (2008), Ramos (2010), Melo (2005), Azambuja (2006)	
Fonte	Título	Nome(s) autor(a/es/as)	Ano	Tipo	Revista	Instituição	Temática	Expressões/Termos	Conceitos	Interlocutores	Vozes	Fundamentação
CAPES	Família – Abrigo – Rua: Construção de significados dos adolescentes nas passagens por contextos de desenvolvimento	SOARES, Selma Maria Gomes de Miranda	2012	Dissertação	_____	UFPE	Adolescentes e significados de família-rua-abrigo	Família substituta/desqualificação da família/configurações familiares/ “ família desestruturada ”/família desorganizada”/ família enquanto processo social/ arranjos e composições familiares/ instituição complexa e diversificada/ lugar de reconhecimento./aprendizagem e significados, “naturalização” da família/ famílias pobres/ agente privado de proteção social/ “desnaturalização” da família/ família e influência infracional/ espaço de violência/ família ampliada/ nova família/ família nuclear/ lugar de pertencimento/ família de origem/ obrigações	Situação de risco/ funções parentais/ negligência/ maus tratos/ abandono/ violência familiar/ estabilidade familiar/ rede familiar/ subjetividade/reinserção familiar/ violência intrafamiliar/ desenvolvimento saudável/ centralidade da figura materna/ papéis familiares/ desagregação familiar/ família idealizada/ maternagem/ monoparentalidade/identidade feminina e masculina.	Adolescentes institucionalizados	Neder (1994,2002, 2005), Sarti (1996,2003, 2004), CF (1988); Código de 1927; ECA (1990); Martins (2005); Rizzinni (2003, 1997, 2001); Bastos; Alcântara; Ferreira-Santos (2004); Szymanski (1997); Ariès (1981);	Construcionismo Social, REDESI G e Psicologia Cultural.

								protetivas/ vida extrafamiliar/.			Bruschini (2000); Fonseca, 2008), SOUSA; PNCFC(2006); Assis (1999); Nascimento, Trindade (2010).	
CAPEs	Adolescentes autores de atos infracionais e histórias de vida: construindo histórias em intervenção grupal no contexto da medida socioeducativa de liberdade assistida	GOMES, Clara Costa.	2012	Dissertação	_____	UNB	Adolescentes em liberdade assistida e história de vida	Ausência de referência estável/ falha na família/ droga-sintoma das dificuldades familiares/ grupo familiar/ sistema familiar/ “más companhias” - lealdade- família/ mãe-referência positiva/sustentadora emocional/ omissão do pai-mãe (protetora, interdutora, provedora)/ cuidado materno:proteção ilimitada e confiança/ cuidado paterno:contenção/ envolvimento infracional-conflitos familiares	Ciclo de vida familiar/ convívio familiar/ figuras parentais/ interdição paterna/desenvolvimento saudável/ subjetividade.	21 adolescentes	Sudbrack (1992); Winnicott (1990).	Psicologia e da Psicanálise
Fonte	Título	Nome(s) autor(a/es/as)	Ano	Tipo	Revista	Instituição	Temática	Expressões/Termos	Conceitos	Interlocutores	Vozes	Fundamentação
CAPEs	Sexualidade e violência em famílias de adolescentes que cometeram ofensa sexual	COSTA, Bruno Nogueira da Silva.	2012	Dissertação	_____	UNB	Ofensa sexual cometida por adolescentes	Sentimento de Família e construção da infância/ estrutural familiar/ família é uma instituição/ cíclica/ tem estágios/ função protetora/ família desligada/ família emaranhada/ família é temporal, estrutural e adaptativa/ família extensa/ valores patriarcais/ família de origem/ família que maltrata/pai e limites/ pais insensíveis às necessidades dos filhos/ qualidade da relação familiar/ relação afetiva distante/baixa coesão familiar/ família e espaço doméstico (lar).	Funcionamento saudável/ relações funcionais e disfuncionais/ violência sexual intrafamiliar/ abuso sexual/parentalização/ estilo autoritário/ habilidade ineficaz/diferenciação de papéis/ hierarquia familiar/ estilo familiar centrípeto/ poder familiar/ negligência/ violência aprendida.	Centro de Atendimento de Saúde Pública – Centro de Orientação Médico- Psíquica (COMPP).	Ariès (1975/2006); Minuchin, (1982, 1984); Minuchin & Fishman (1990);Thornton et al. (2008); Watzlawick, Beavin, & Jackson, (1967/2005); Rolland, (1995); Bronfenbrenner (2011); Martins &	Terapia familiar sistêmica

											Bucher-Maluschke, (2005); Fishman (1996).	
CAPES	Construção de um sistema de avaliação do relacionamento Parental para situações de disputa de guarda	LAGO, Vivian de Medeiros.	2012	Tese	_____	UFRGS	Avaliação e disputa de guarda	Dinâmica familiar/ hierarquia familiar/ relacionamento parental/ qualidade da relação pais-filhos/ conflito conjugal/ genitores psicologicamente saudáveis/ práticas parentais (rupturas)/ ensinar aos filhos cuidados físicos e relações familiares/ convívio familiar/ qualidade das interações (pais e filhos)/ figura materna/paterna/ família de origem/ famílias reconstituídas/ sistema familiar/ família e cuidado/ famílias intactas e divorciadas/ família extensa/ estrutura familiar.	Personalidade/ aspectos transgeracionais/ competências parentais/ diferenciação de papéis familiares/ destituição do poder familiar/ problemas de ajustamento/ divórcio/ maternagem/paternagem.	Genitores, crianças, psicólogos e operadores do Direito.	Lansford (2009); Whiteside e Becker (2000); Hetherington (1999); Souza (1989) Minuchin (1982); Nichols & Schwartz (2007); Maciel e Cruz (2009); Minuchin e Fishman (2003).	Não específica.
Fonte	Título	Nome(s) autor(a/es/as)	Ano	Tipo	Revista	Instituição	Temática	Expressões/Termos	Conceitos	Interlocutores	Vozes	Fundamentação
CAPES	a demanda de reconhecimento judicial da paternidade: uma interlocução da psicanálise com o direito	DAMASCENO, Wadson	2012	Dissertação	_____	UNB	Reconhecimento de paternidade	Instituição/ célula social/ entidade familiar/ crise da família conjugal tradicional/ democratização da família nuclear/ relações familiares e afeto/ estrutura da família/ aglomerados familiares/ origem biológica.	Paternidade/, relações familiares/ filiação matrimonial e socioafetiva/ filiação e vínculo jurídico/ exame de DNA.	Outros textos	Mizrahi (1998); CF (1988); Lei da Paternidade (1992); Thurler (2009); Legendre (2012); Diniz (2002); Pereira (2003); Freud (1930,1986); Lacan (1938).	Psicanálise
CAPES	O adolescente em liberdade assistida, genitores e	RIBEIRO, Viviane Terres	2012	Dissertação	_____	UNESP	Adolescentes em liberdade assistida	Família consanguínea biológica ou substituta/ grupo familiar nuclear/ relação genitor-filho com falhas/ boa relação/ família de origem/ sistema complexo/ estrutura familiar/	Relações intergeracionais/ figuras parentais/ desamparo/ apego inseguro/ transmissão intergeracional/ práticas positivas (monitoria	10 jovens inseridos no programa do CREAS	Petzold (1996); Bowlby (1997); Dessen (2010);	Abordagem Bioecológica

	avós: vinculação e práticas parentais.							ciclo de vida familiar/ família e prevenção de comportamentos/ família-fator de risco, famílias estendidas/ família extensa, família nuclear, família monoparental, histórico familiar e personalidade borderline/ fragilidades no suporte familiar famílias (nuclear e a extensiva original, famílias (recombinada e extensiva recombinada)/ ausência do pai/ configurações familiares.	positiva e comportamento moral)/ práticas negativas (negligência, disciplina relaxada, abuso físico, punição inconsistente, monitoria negativa)/ comportamentos pró-sociais/ apego seguro/ apego inseguro evitante/ apego inseguro ambivalente/ negligência/ / violência intra ou extrafamiliar.	II	Minuchin e Fishman (1990); Dessen e Braz (2005); Gomide (2006); ECA (1990); Rios e Williams (2008); Sarti (2003); Lisboa et al. (2007); Winnicott (2005); Carter e Mcgoldrick (1995).	
Fonte	Título	Nome(s) autor(a/es/as)	Ano	Tipo	Revista	Instituição	Temática	Expressões/Termos	Conceitos	Interlocutores	Vozes	Fundamentação
CAPES	Lei Nacional de Adoção e Acolhimento Institucional : o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais	SILVA, Milena Leite.	2012	Dissertação	_____	UFSM	Acolhimento institucional	Família em situação de vulnerabilidade social/ estrutura familiar / lugar de transmissão de afetos/ família e discursos normativos/ cuidados maternos/ desqualificação da família pobre/ família e desenvolvimento/ institucionalização e falha na rede de proteção/ desamparo/ institucionalização e ausências/ reorganização familiar/ famílias numerosas/ família biológica/ família adotiva/ família de origem/ família e proteção social/ organização familiar/ arranjo familiar/ família substituta/ cuidados adequados/ família nuclear/ instituição familiar/ dinâmica familiar/ reestruturação familiar / resgate às famílias/ família em situação de vulnerabilidade social/ a família não sabe...ou não entende/negligência/ declínio da função paterna.	Reintegração familiar/ papéis parentais/ parentalidade/ filiação/ consaguinidade/ adoção moderna/ subjetividade/ reinserção familiar/ reintegração familiar.	Psicólogos, assistentes sociais e técnicos de instituições de acolhimento familiar.	Ariès (1981); Arpini (2003); Badinter (1985); Fonseca (2007, 2008); Costa (1983); Sarti (2004); Código de 1927; Vitale (2006); Rizzini e Rizzini (2004); Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959); ECA (1990), CF (1988); Azôr e Vectore (2008); Faria (2001) ; PNCFC (2006); Silva,	Não específica.

											Mello e Aquino (2004); Unicef (2006); Ayres (2008); Nunes, Sarti, Ohara (2008); Costa (1994); Neder (1994).	
CAPEs	A regulação da conduta delituosa pela família: um estudo comparativo entre adolescentes judicializados e não judicializados no contexto brasileiro.	DIB, Marina Azôr	2012	Dissertação	_____	USP	Família e regulação de conduta delituosa	Transmissão de valores e padrões de comportamentos/ ponto de referência/ vínculo afetivo/ espaço de significação e subjetivação/ fatores de risco e proteção/ família e delinquência/ dissolução familiar/ transições familiares/ monoparentalidade/ relações familiares negativas/ ambiente familiar desfavorável/ práticas parentais/ regulação familiar/ supervisão parental inadequada/ sistema familiar/ instituição familiar/ estrutura familiar / configurações familiares/ famílias numerosas/ famílias com relações mais pobres (menos coesas)/ família monoparental/ funcionamento familiar desfavorável/desarmônico/ experiência familiar positiva na infância e fator de proteção.	Apego/ transmissão intergeracional/subjetivação/ papéis parentais.	68 adolescentes do sexo masculino (judiciados e não judicializados)	Le Blanc e Ouimet (1988); Feijó e Assis (2004); Torrente e Vazsonyi (2008); Castro e Guareschi (2008); Carvalho e Gomide (2005).	Revisão Sistemática
Fonte	Título	Nome(s) autor(a/es/as)	Ano	Tipo	Revista	Instituição	Temática	Expressões/Termos	Conceitos	Interlocutores	Vozes	Fundamentação
CAPEs	A adoção de crianças no Brasil: os entraves jurídicos e institucionais	SILVA, Raquel Antunes de Oliveira	2012	Dissertação	_____	Centro Universitário FIEO	Adoção	Família, carinho e atenção/ convívio familiar equilibrado e justo/ família ideal, "mães desesperadas"/ famílias inaptas/ espaço familiar, ambiente adequado/ espaço acolhedor/ vínculos familiares/ mãe-proteção/ família clássica/	Personalidade/ desenvolvimento emocional/ família e desenvolvimento/ vínculo/ rompimento afetivo/ maternidade-feminilidade e identidade/ adoção tardia/ adoção	4 famílias adotantes e um especialista	ECA (1990); Freire (1993); Rodrigues e Rosin (2007); Osório (1996); ORSI (2003); Rodrigues e	Perspectiva da Rede de Significações

								famílias homossexuais/ família patriarcal, protetora/ incapacidade familiar de cuidados/ família original.	pronta e direta.		Rosin (2007); Winnicot (2008); Bowlby (1982); Foucault (1995); MOTTA (2003).	
CAPES	Como ocorre a reintegração familiar? Investigando esse processo em uma amostra de crianças acolhidas	SILVA, Fernanda Lacerda.	2012	Dissertação	_____	USP	Reintegração familiar	Família de origem/ rede familiar/ instituição em constante transformação/família nuclear conjugal/famílias monoparentais (matrifocais)/ famílias reconstruídas/ famílias extensas ou ampliadas/ estruturas familiares/ família substituta/ institucionalização e pobreza/ família natural e extensa/ / família negligente e não-negligente/pais não-aptos para cuidar/ famílias “ desestruturadas ”/ ajudar a família a se organizar.	Reintegração familiar/ apego/ destituição familiar/ negligência/ violência/ papel parental	Outros textos	Schaffer (1971); Bowlby (1997), Duarte (1996), Fonseca (2002;2005), Sarti (1999; 2008); Bourdieu (1997); Durham (1983); Romanelli (2003); PNCFC (2006); CF (1988); Dessen e Polonia (2007); ECA (1990).	Perspectiva Sócio-Histórica, Rede de Significações, Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia Social.
CAPES	“Família é a gente com quem se conta”: o Programa Família Acolhedora ampliando a rede de pertencimento	SETTE, Carolina Pereira	2012	Dissertação	_____	UERJ	A família nos programas de acolhimento	Família de origem/ família substituta/ organização familiar/ famílias abandonadas/ família pobre/ relações de vínculo/ família extensa/ famílias conjugais/ famílias incorrigíveis são produzidas/famílias recompostas/famílias pobres: discriminação econômica e simbólica/ “melhor família”/ cuidados adequados/dinâmica	Acolhimento familiar/ família acolhedora/ desqualificação das famílias/ negligência/ identidade/ institucionalização e não vivência da intimidade e individualidade/ família em situação de vulnerabilidade/ instituição de acolhimento e constituição de laços afetivos/ adoção tardia/ subjetividade/ “produção	Famílias de origem, famílias acolhedoras e crianças e adolescentes acolhidos	Brasil (2004); CF(1988); ECA (1990); Lei da Adoção (2009); PNCFC (2006); SUAS (2004); GAAS (2004); Costa e Rossetti-Ferreira	Análise Institucional Francesa

								familiar/ construção social, idealização e sacralização da família/ família como instrumento de controle social.	independente” x “mãe solteira”/ controle de natalidade x maternidade assistida/ desejo x instinto, destituição do poder familiar/violência doméstica.		(2009); Fonseca (2006, 2012), Uriarte (2005); Brasil (2006); Foucault (2008); Bourdieu (2011); Ariés (1981); Badinter (1985); Carvalho (1997); Costa (2004); Donzelot (1986); Bittencourt Ribeiro (2012); Vianna (2002).	
Fonte	Título	Nome(s) autor(a/es/as)	Ano	Tipo	Revista	Instituição	Temática	Expressões/Termos	Conceitos	Interlocutores	Vozes	Fundamentação
SciELO	Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei.	ZAPPE, Jana Gonçalves; DIAS, Ana Cristina Garcia.	2012	Artigo	Estud. psicol. (Campinas)	_____	Dinâmica familiar e atos infracionais	Atos infracionais e fragilidade nas composições familiares/ instituição de controle social/ constituição dos indivíduos/ construção da personalidade/ novas composições familiares/instituição sólida, influente e flexível/ espaço de referência para construção de identidade/ ausência familiar/ institucionalização e cronificação de atos infracionais/ famílias divididas/ famílias com infraestrutura prejudicada/ pai ausente/ mãe porta-voz eficiente das demandas do filho/ fator de risco e proteção.	Práticas educativas parentais/ estilos parentais/ violência intra e extrafamiliar/ violência doméstica/ desenvolvimento psíquico/ processo de individuação/ desenvolvimento psicológico saudável.	Adolescentes internados em uma unidade para cumprimento de medida socioeducativa. dinâmica familiar	Roudinesco (2003); Neves (2009); Matias (2006); Winnicott (1994); Rommanelli (2006); Razon (2007).	Psicanálise
SciELO	O olhar de meninos de grupos	POLLI, Rodrigo Gabbi;	2012	Artigo	Estud. psicol. (Campina	_____	Meninos em situação de	Posição fragilizada da figura paterna/ mãe idealizada/ famílias: reconstituídas,	Família monoparental/ reconstituída (recasada)/extensa, adotiva	Meninos de um projeto	Grzybowski, (2002); Oliveira,	Avaliação Psicológ

	populares sobre a família	ARPINI, Dorian Mônica.			s)		pobreza e representação de família	adotivas, monoparentais, homoafetivas/ transformações na estrutura familiar/famílias pobres/ diversificação do modelo nuclear burguês ; “ desestruturação familiar”/ família estruturada nos padrões tradicionais/ família não fragmentada/ família ideal/ aumento da autoridade paterna/família e cuidado.	e abrangente.	socioeducativo	Siqueira, Dell’Aglio & Lopes, (2008); Romanelli, (2002); Roudinesco (2003); Wagner & Levandowski, (2008) Neder (1994) Peres (2001)	ica
SciELO	Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos	OTUKA, Livia Kusumi; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS Manoel Antônio dos	2012	Artigo	Psicologia : Teoria e Pesquisa	_____	Adoção	Famílias adotivas/famílias de origem/ família suficientemente boa/ nova família/ mãe suficientemente boa.	Desenvolvimento saudável/ adoção/ estabilidade/ parentalidade adotiva e biológica/ dinâmica familiar/ construção vincular/adoção e preconceito/ personalidade/adoção pronta/ legítima parentalidade/ maternagem.	Casal adotante, coordenação de um serviço-escola de Psicologia, que dispõe de atendimento especializado em adoção (Grupo de Assistência Integral à Adoção – GAIA).	ECA (1990), Nova Lei de Adoção (2009), Winnicott (1953/1997) Sarti (1996) Motta (2001); Costa e Rossetti-Ferreira (2007)	Psicanálise
Fonte	Título	Nome(s) autor(a/es/as)	Ano	Tipo	Revista	Instituição	Temática	Expressões/Termos	Conceitos	Interlocutores	Vozes	Fundamentação
SciELO	Os direitos da criança e do adolescente na percepção de adolescentes dos contextos	ALVES, Cássia Ferrazza; SIQUEIRA, Aline Cardoso.	2013	Artigo	Psicologia : Ciência e Profissão	_____	Direitos da criança e do adolescente	Família substituta/ família de origem/ família nuclear tradicional/organização familiar/fragilização familiar/ reconstituição/formação de vínculo/ família e cuidado/ família e proteção/ família falha, omissa.	Orientação familiar/ desenvolvimento emocional/ violência doméstica/ convivência familiar.	Adolescentes (47)	PNCFC (2006); Rizzini & Rizzini, (2004); Wagner, (2002); Wagner, Tronco, & Armani	Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

	urbano e rural.										(2011)	
SciELO	Adoção tardia por casal divorciado e com filhos biológicos: novos contextos para a parentalidade	OTUKA, Livia Kusumi; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS Manoel Antônio dos	2013	Artigo	Estud. psicol. (Campinas)	_____	Adoção tardia	Núcleo familiar/ arranjo nuclear tradicional/nova família/ cuidadores parentais/ pais suficientemente bons/ infertilidade e adoção/ filho estruturante do psiquismo/ser mãe- ter um filho.	Personalidade/parentalidade e adotiva e biológica.	Um casal adotante	Lei da Adoção (2009) Winnicott (1965/1999), Sarti (1996), Levy e Féres-Carneiro (2001), Sarti (1996), Féres-Carneiro (2001).	Psicanálise